

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Ciências Políticas

Krishna Mendes Monteiro

O DESENCANTAMENTO DA RAZÃO

A IDEOLOGIA POLÍTICA DE CELSO FURTADO/1972-1992

Campinas, março de 2006

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

M764d Monteiro, Krishna Mendes
O desencantamento da razão: a ideologia política de Celso Furtado, 1972/1992 / Krishna Mendes Monteiro. - - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Reginaldo Carmello Correa de Moraes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Furtado, Celso, 1920-2004. 2. Desenvolvimento economico. 3. Globalização. 4. Neoliberalismo. 5. Estruturalismo. I. Moraes, Reginaldo Carmello Correa II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

mh/ifch

Título em inglês: The disappointment of reason: the political ideology of Celso Furtado/ 1972-1992.

Palavras chaves em inglês Furtado, Celso, 1920-2004
(keywords) : Economic development
Globalization
Neoliberalism
Structuralism

Área de Concentração: Ciência política

Titulação: Mestre em Ciências políticas

Banca examinadora: Reginaldo Carmello Correa de Moraes, Armando Boito Jr., Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr.

Data da defesa: 28-03-2006

Programa de Pós-Graduação: Ciências políticas

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

KRISHNA MENDES MONTEIRO

**O DESENCANTAMENTO DA RAZÃO: A IDEOLOGIA POLÍTICA DE CELSO
FURTADO 1972/1982.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação da Prof.
Dr. Reginaldo Carmello Correa de Moraes.

Este exemplar corresponde a versão final
da dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Correa de Moraes

Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Junior

Prof. Dr. Armando Boito Junior

Suplente:

Pedro Luiz Barros da Silva- IE/UNICAMP

Walquíria Domingues Leão Rego – IFCH/UNICAMP

Março/2006

200824343

Resumo

Este trabalho tem como objetivo estudar a ideologia política de Celso Furtado. Ele abarca um período compreendido entre 1972 e 1992, e usa como fonte livros, artigos e *papers* publicados pelo economista. Seu objetivo é mostrar as reformulações do pensamento furtadiano, estabelecendo as relações entre elas e as rupturas na ordem política brasileira e internacional.

Palavras-chave: estruturalismo; CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)

Abstract

This work studies the political ideology of Celso Furtado. It covers a period comprised between 1972 and 1992, and is focused on his papers, books and articles. Its purpose is to show the reformulations of Furtado's thinking, establishing the connections and relations between them and the ruptures in Brazilian and international political order.

Keywords: structuralism; ECLA (economic commission for Latin America)

Agradecimentos

A Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes – por orientar-me;

Aos amigos – por existirem;

À família – por laços perenes;

e, sobretudo,

a Furtado

a Celso Furtado,

pelo exemplo a ser seguido,

meu obrigado, simplesmente.

*“Lento pero viene
el futuro se acerca
despacio
pero viene”*

Mario Benedetti

Índice

Introdução – O problema	2
Cap. 1 – Nu e errante pelo mundo.....	9
Cap. 2 – Em busca da liberdade global.....	39
Cap. 3 – Crise, abertura e retorno.....	76
Considerações finais.....	105
Anexo I – Metodologia de trabalho.....	107
Anexo II – O terreno: a ideologia política de Furtado e o conflito norte-sul.....	119
Anexo III – Arquiteto do bloco no poder.....	131
Bibliografia.....	149

Introdução – O problema

Mapear as metamorfoses de uma idéia diante de novos desafios e conjunturas históricas. Esse é o objetivo deste estudo. Nossa personagem: o *planejamento democrático*. Nosso intérprete: Celso Furtado. Nosso palco: a América Latina e, em especial, a realidade brasileira.

Cidade do México, outubro de 1962. Celso Furtado, chefe da delegação brasileira presente à IV sessão plenária da Organização dos Estados Americanos, enfatiza, em sua fala perante colegas de outros países, a necessidade de estímulo à criação de uma identidade latino-americana. Em seu ponto de vista, a chave para a realização dessa meta passava pela autonomia dos países de nosso continente na execução de suas políticas de desenvolvimento nacional. “Não se trata de fazer a revolução antes que o povo a faça”, afirma Furtado, “pois não existe revolução sem povo, e sim de contribuir com inteligência e realismo para iluminar os caminhos dessa revolução e evitar que oportunistas e fanáticos assumam seu comando.” (Furtado, 1997: 241)

A referência à revolução iminente expressava a efervescência política que contagiava, à época, o continente latino-americano. Já o desejo de “iluminar seus caminhos” ecoava poeticamente na tribuna os princípios da *corrente estruturalista* – influente escola de pensamento econômico à qual pertencia o chefe da delegação brasileira. Criada como órgão da ONU em 1948, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) atuava como o principal veículo difusor desse ideário. Surge em um contexto de polarização mundial, em meio à Guerra Fria, expressando a necessidade de instituir uma nova ordem internacional que propiciasse a expansão do livre-comércio e evitasse as consequências políticas do período entre guerras – fascismo ou socialismo. A partir desse momento, a miséria resultante do “subdesenvolvimento” – expressão que ganha corpo a essa época – poderia constituir séria ameaça a tal arranjo, em um mundo dividido em dois blocos ideologicamente antagônicos.

Em 1949, Raul Prebisch, secretário geral da CEPAL, publica *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*, um “manifesto” no qual promove críticas à teoria clássica do comércio internacional e aponta as raízes de nossa miséria. Anos depois, em 1961, após a surpresa ocasionada pela Revolução Cubana, o presidente norte-americano John Kennedy lança a *Aliança Para o Progresso*, enfatizando a necessidade de políticas de desenvolvimento para o continente. Economistas como Prebisch e Celso Furtado assumem então, cada vez mais, o papel daqueles que “iluminariam os caminhos” da revolução latino-americana. Formulam estratégias de desenvolvimento visando a uma nova inserção de seus países na divisão internacional do trabalho por meio da industrialização, fazendo uso do *planejamento econômico* como instrumento fundamental para a consecução de seus objetivos.

A “técnica de planejamento” – ou *planejamento democrático* – fazia-se necessária em função das grandes modificações sócio-econômicas, tensões e conflitos que acompanhariam as políticas de desenvolvimento nacional. Dar fim ao subdesenvolvimento implicava enfrentar constelações de interesses solidamente cristalizados e estabelecidos, como a arcaica estrutura agrária e seus representantes, os latifundiários. Ao qualificar o planejamento como ferramenta puramente “técnica” e “neutra”, Furtado e Prebisch adotam uma estratégia persuasiva na qual a *intelligentsia* dotada de Razão atuaria como mediadora entre grupos antagônicos na sociedade, coordenando-os rumo a um consenso comum. Edificam uma *ideologia política da conciliação*, conferindo plena autoridade aos planejadores: a *elite intelectual* que, situada acima dos interesses particulares e controlando os *centros de poder político* – postos-chave no aparelho de Estado –, poderia levar a cabo tal coalizão de expectativas, isolando politicamente as forças responsáveis pelo atraso. Propiciam, dessa maneira, sustentação ideológica aos governos que se propõem a efetuar suas estratégias de desenvolvimento.

“Clínicos”; “cirurgiões”; “arquitetos do futuro”. As denominações que passariam a acompanhar os intelectuais da CEPAL ao longo dos intensos e turbulentos anos seguintes dariam mostras de seus propósitos – atuar como “parteiras da história” (Furtado *apud* Moraes, 1995: 53) – e de sua principal

ferramenta – a Razão como elemento ordenador do caos. Furtado e Prebisch assumem cada vez mais, em paragens tropicais, o papel de herdeiros e difusores da doutrina de Karl Mannheim, maior representante da sociologia do conhecimento e defensor entusiasta dos intelectuais como agentes de “síntese” das contradições de uma dada ordem social.

A obra de Mannheim se fundamentava em dois pressupostos: a) o caráter *fragmentário* de todo conhecimento; b) a possibilidade de *sínteses gerais* entre uma multiplicidade de ideologias e visões distintas. Em seu ponto de vista, “it has become incontrovertibly clear today that all knowledge which is either political or which involves a world-view, is *inevitably partisan*. The *fragmentary* character of all knowledge is clearly recognizable. But this implies the possibility of *an integration of many mutually complementary points of view into a comprehensive whole*” (Mannheim, 1960: 148) [grifos nossos]

Aos intelectuais caberia integrar tais *distintos pontos de vista* em um *todo abrangente*. Sua habilidade para a execução desta tarefa estaria relacionada à sua *bagagem cultural* – uma memória viva do legado histórico da humanidade – e a seu *treinamento específico* para abordar problemas de maneira distante, fria, ponderada e racional: “A *valid synthesis* must be based on a political position which will constitute a progressive development in the sense that it will *retain* and *utilize* much of the *accumulated cultural acquisitions* and social energies of the previous epoch. (...) Such an experimental outlook (...) is not likely to be developed by a class occupying a middle position but only by a *relatively classless stratum* which is not too firmly situated in the social order. (...) This unanchored, *relatively classless stratum* is, to use Alfred Weber’s terminology, ‘the socially unattached intelligentsia’” (ibidem, p. 154) [grifos nossos]

Integrar, contudo, implicaria disciplinar e reger. *Controlar* uma ordem social que, se abandonada à espontaneidade, mergulharia no caos já observado nos catastróficos anos trinta. Reginaldo Moraes, ao analisar o pensamento de Mannheim, Prebisch e Furtado, observa que na visão destes teóricos “a ordem social não é *espontânea*, é *organizada*, e o saber tem obrigação de assumir um papel reitor. Delineia-se

desse modo o novo poder que Comte pretende ver edificado. A simples ‘mão invisível’ seria incapaz de ‘manter cada um em seu lugar’” (Moraes, 1995: 84)

O “parto da história” seria regido pela Razão. E a criança – a nova realidade latino-americana – não prescindiria de tutela. Mais do que uma estratégia momentânea para romper com os entraves ao desenvolvimento, Furtado e seus companheiros defendem uma nova e permanente arquitetura de representação política. Ainda segundo Moraes, “no projeto da Cepal, *programação e programadores vieram para ficar e não constituem intervalo da história*. Não há lugar, na tela do futuro, para uma imagem de sociedade em que interesses particulares, admitidos no plano imediato, ajustem-se automaticamente. A comunidade dos gestores politicamente referendados é, nos sonhos cepalinos, a única sociedade possível, no futuro e nos níveis nacional e mundial.” (ibidem, p. 48) [grifos nossos]

Legitimam-se os planejadores atribuindo-se *leis racionais* à marcha da história – que, se corretamente interpretadas, estabeleceriam o curso da mudança. “O discurso reformador de Furtado tem um desenho nítido, uma trajetória clara: *parece* transitar da afirmação de ‘realidades’ à *dedução* de projetos políticos coerentes com os ‘fatos’. Suas recomendações programáticas são apresentadas e defendidas como *corolários* inevitáveis de *premissas* profundamente encravadas na história política brasileira. E é desse vínculo que pretende fazer depender a legitimidade, o acerto e a necessidade da programação consensual.” (ibidem, p. 73) [grifos nossos]

O racional está inscrito no mundo. Desvendá-lo implica *reformular* a sociedade. A argumentação de Moraes encontra pontos de convergência com as análises de Marilena Chauí (2003) sobre o papel do *discurso competente*. “O discurso competente”, argumenta a filósofa, “é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como

tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.” (Chauí, 2003:7)

A origem deste discurso estaria estreitamente ligada ao processo de *burocratização* e *racionalização* das sociedades modernas. “Com o fenômeno da burocratização e da organização, a ideologia deixou de ser discurso legislador, ético e pedagógico fundado na transcendência das idéias e dos valores para converter-se em *discurso anônimo e impessoal, fundado na pura racionalidade de fatos racionais*. Não deixou de ser legislador, ético e pedagógico, mas deixou de fundar-se em essências e valores, como deixou de ser proferido do alto para fundar-se no racional inscrito no mundo e proferir-se *ocultando o lugar de onde é pronunciado. Ganhou nova cara: tornou-se o discurso neutro da cientificidade ou do conhecimento.*” (ibidem, p. 11) [grifos nossos]

“Em uma palavra”, conclui a autora: “tem-se a aparência de que *ninguém exerce poder* porque este *emana da racionalidade imanente do mundo organizado* ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados.” (ibidem, p. 9)

Mas a própria dinâmica política e econômica do capitalismo na segunda metade do século XX iria abalar os alicerces da fantasia organizada de Furtado, de seu *discurso competente*, de sua *ideologia política* e – por que não – de seu *projeto de poder*. Passo a passo, ano após ano, a possibilidade de controle dos Estados nacionais periféricos sobre seus “centros de poder político” se esvai diante de eventos que reduzem o raio de manobra para a execução de políticas autônomas de planejamento. 1971: Richard Nixon acaba com as taxas de câmbio fixas, liberando o terreno para a globalização financeira; 1973: o fim da conversibilidade do dólar em ouro abre outra fissura na ordem econômica instituída no pós-guerra; 1979: o Banco Central norte-americano eleva suas taxas de juros, fato que, somado aos dois “choques do petróleo” na década de 70, acabaria por provocar a “crise da dívida” em países como o Brasil; *década de 80*: iniciam-se os programas de “ajuste” estrutural impostos pelo FMI e Banco Mundial,

acentuando a inoperância das políticas econômicas realizadas na periferia. Por fim, a transnacionalização produtiva e financeira do capital, com a conseqüente emergência das grandes corporações como atores globais, agrava ainda mais esta tendência. A ordem política e econômica mundial se modifica e reestrutura. E, sob estas novas condições, “a arte de governar resume-se em evitar o pior a curto prazo”, declara Furtado em 1980 (Furtado, 1980: 153).

Mas o “demiurgo do Brasil” não se abstém de formular proposições políticas de *médio e longo prazo* e de sustentar o engajamento de sua obra durante o período. Furtado segue à risca seu propósito de pautar a ação dos homens em meio às *estruturas* que os condicionam, visando a modificá-las. Publica diversos livros nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, com o objetivo de apreender a nova realidade e apontar novos caminhos de atuação para os países da periferia. Porém, nesta nova conjuntura histórica, uma indagação se faz presente: se “a análise dos processos econômico-sociais não tem outro objetivo senão produzir um guia para a ação”, (Furtado 1962: 16) *qual o caráter do “guia” advogado neste novo cenário de profunda reestruturação econômica mundial?* Em termos mais precisos: considerando que Furtado procura por políticas alternativas de desenvolvimento; deslocados boa parte de nossos “centros de poder político” para o exterior; tendo em vista, portanto, nosso reduzido raio de manobra para a execução de *políticas consensuais de planejamento democrático* capitaneadas por uma elite intelectual acima dos interesses particulares, *como o economista lida com as tensões e conflitos sociais que necessariamente acompanhariam suas proposições de novos caminhos para a periferia?*

Furtado ainda caminha sobre os trilhos da conciliação? Ainda acredita em uma *racionalidade imanente* à história, que, se desvendada por uma elite, conduziria *ordeiramente* as sociedades latino-americanas rumo às tão desejadas reformas sociais? Afirmativa ou negativa, a resposta a este questionamento comporta necessariamente uma *reformulação de sua ideologia política* – seja para fundar a conciliação em novas bases, seja para tomar outros trilhos, desvios e rumos. E é na constante reelaboração de seu discurso perante a realidade, no diálogo por ele empreendido com novas conjunturas

históricas e com suas próprias expectativas anteriores, que se inscreve a motivação desta pesquisa – mapear as *opções de percurso* escolhidas por Furtado “para iluminar os caminhos” do desenvolvimento.

Nossa história terá início na Paris da década de setenta, onde Furtado, banido pelo golpe que derrubara o governo Goulart, faria um balanço de sua atividade nos anos anteriores e revelaria, por meio de uma conversa com o cineasta Glauber Rocha, seus planos e estratégias para o futuro.

Capítulo 1 – Nu e errante pelo mundo

*Hermano...tuya es la hacienda...
la casa el caballo y la pistola...
Mia es la voz antigua de la tierra.
Tu te quedas con todo
y me dejas desnudo y errante por el mundo...
mas yo te dejo mudo...! mudo!
Y como vas a recoger el trigo
y alimentar el fuego
si yo me llevo la canción?*

Leon Felipe

“Desnudo y errante por el mundo”, banido de sua pátria pela força das armas e refugiado em Paris, Celso Furtado, ex-ministro do planejamento do ex-presidente João Goulart, disporia, nos anos seguintes, de apenas uma arma: a das idéias. E com ela – somente com ela – tentaria “alimentar el fuego” e carregar consigo “la canción”.

A capital francesa era então, em fins da década de sessenta e início dos anos setenta, a Meca dos exilados latino-americanos. Paris acolhia toda sorte de intelectuais, burocratas, guerrilheiros e quadros políticos que se reuniam em círculos de debates com um único objetivo: planejar a retomada do poder – ou ao menos alimentar-se dessa fantasia. Instalado em uma pequena casa suburbana e voluntariamente distante de seus companheiros, Furtado atravessa noites em claro com o objetivo de apreender a nova conjuntura política e econômica mundiais. “Eu estava convencido de que a luta no plano das idéias era, de

todas, a mais importante e a mais difícil”, afirma, “pois nossa debilidade resultava, acima de tudo, de não sabermos usar nossa própria cabeça. Minha admiração por Sócrates, que mudou o mundo fazendo perguntas inteligentes, não tinha limites.” (Furtado, 1997: 187)

Questionado, interpelado, convocado por militantes de esquerda a traçar prognósticos, apontar caminhos, antever soluções, Furtado passa a remar contra a corrente. Afirma a Glauber Rocha – então de passagem por Paris a caminho de Cuba – que o combate armado à ditadura não passava de uma rematada “besteira”:

“Empenhava-me em fazer ver a muitos brasileiros com quem debatia esses problemas, na época, que a arma mais poderosa é o pensamento aplicado a desnudar a realidade social. Os homens, quando se apercebem dessa realidade, facilmente distinguem entre o certo e o errado, o bem e o mal. Discuti esse tema com Glauber Rocha, quando ele passou por Paris em trânsito para Cuba disposto a ‘alçar-se’, como dissera o Che. Perguntou-me sobre o que pensava sobre o apelo à violência para derrubar a ditadura no Brasil. Respondi sem titubear que considerava essa saída ‘uma besteira’, a qual estava servindo para consolidar o poder militar. Ele deu voltas e voltas aos mesmos argumentos, tentando demonstrar que não havia escolha fora da violência, mas, ao despedir-se, afirmou: ‘Eu queria apenas ouvir a sua opinião’.”(ibidem, p. 192)

Se a arma das idéias seria a única dotada de eficácia, Paris, para Furtado, representava a trincheira a partir da qual elas poderiam ser irradiadas para todo o mundo. Ao pretender recuperar o papel da França no cenário internacional, De Gaulle, em fins da década de sessenta, expusera as fissuras no equilíbrio bipolar da Guerra Fria. O líder máximo da resistência francesa buscava capitalizar com gestos espetaculares o evidente declínio da hegemonia norte-americana do pós-guerra. Ao reconhecer o governo popular de Mao Tse-tung, ao desvincular as forças francesas do comando da Organização do Tratado do

Atlântico Norte (OTAN), ao elevar a França ao status de potência nuclear, o marechal dava uma clara advertência àqueles que desejavam relegar seu país a um papel subalterno no jogo político de então: “Ninguém nos dá lição de universalismo” (ibidem, p. 174)

Furtado se dá conta, assim, da abertura de uma nova “janela de oportunidade” para a batalha das idéias – uma mudança na conjuntura adversa e maniqueísta que justificara os inúmeros golpes de estado na América Latina. Os novos tempos pareciam trazer consigo uma transição do *bipolarismo* ao *policentrismo*. Um novo *terreno*¹, que deveria ser mapeado, compreendido e politicamente explorado:

“Eu havia percebido com clareza que em um mundo dominado por dois gigantes antagônicos nós estávamos condenados a um estreito satelitismo político, visto que a independência com respeito a um dos dois pólos levava necessariamente à subordinação ao outro. Assim, a evidência de que o próprio avanço da tecnologia militar estava possibilitando uma saída policêntrica – o que era confirmado pela linha estratégica adotada pela França – me parecia indicar que entrávamos em uma fase em que os países do Terceiro Mundo disporiam de mais espaço de manobra. De Gaulle foi o primeiro estadista a perceber essa mudança no quadro político mundial. O que explica as inúmeras viagens que fez a países da esfera de influência soviética e do Terceiro Mundo – inclusive a nove da América Latina – no correr da segunda metade dos anos sessenta.

Havia, portanto, espaço para iniciativas de denúncia do maniqueísmo que dominava a política internacional.” (ibidem, p. 178)

¹ No Anexo II discutimos a noção de *terreno histórico* à luz da idéia de *conflito estrutural* entre norte e sul no sistema internacional.

E Furtado denuncia. Os primeiros anos da década de setenta veriam as “fissuras” do sistema internacional darem lugar a fraturas expostas. Eventos históricos como o fim da conversibilidade do dólar, a falência do sistema de Bretton Woods, o primeiro choque do petróleo e a guerra no Oriente Médio evidenciariam, para o economista brasileiro, a urgência de novas análises, prognósticos, prescrições de ação. (ibidem, p. 225) Furtado publica, em 1972 e 1974, dois ensaios sobre a nova ordem mundial e as perspectivas para a periferia. O primeiro deles, intitulado *Análise do Modelo Brasileiro* e escrito graças a uma arriscada viagem de estudos ao Brasil de Médici, visava a contestar a idéia de que passávamos por um “milagre econômico”; o segundo - *O Mito do Desenvolvimento Econômico* – tinha como objetivo criticar as conclusões de estudos então difundidos pelo Clube de Roma, segundo os quais a generalização do desenvolvimento poderia resultar em esgotamento dos recursos naturais em escala planetária. Tal idéia, segundo Furtado, baseada na suposição de que o Terceiro Mundo poderia atingir padrões de consumo similares aos dos países centrais, constituiria um mito, apenas um mito – útil para mobilizar povos em função de grandes projetos políticos e econômicos, mas sem qualquer aderência à realidade.

“Desnudo y errante por el mundo”. Ao utilizar assim os versos de Leon Felipe como epígrafe de *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado reconhece sua condição de exilado e, ao mesmo tempo, define seu novo – e polêmico – programa político: tal como Sócrates, influir nos rumos do mundo por meio de “perguntas inteligentes”.

Mas qual seria a natureza das perguntas formuladas por Furtado a partir deste momento? A leitura atenta de *Análise do Modelo Brasileiro* e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* revelará rupturas e continuidades entre o ideólogo do governo Goulart² e o professor no exílio; entre o profeta armado e o desarmado. Este, a exemplo de Sócrates, questiona a si mesmo. Empreende rupturas em seus antigos

² Para uma idéia da atuação de Furtado durante o governo Goulart, ver Anexo III.

paradigmas, formula novos *programas* de ação e desenha renovadas *molduras*³, com o objetivo de convencer, conquistar, cativar – de manter viva “la canción”.

E é sobre estas análises que, a partir deste momento, iremos nos debruçar.

I) Paradigmas: piões, terremotos e modernização do subdesenvolvimento.

Em *Entre a Nação e a Barbárie*, estudo dedicado à análise das obras e trajetórias intelectuais de Celso Furtado, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999) lança mão de uma metáfora para iluminar a teoria do desenvolvimento de Furtado: a comparação entre piões e terremotos.

Piões, segundo o autor, giram em torno de seu próprio eixo, em uma existência independente, isolada, fechada em si mesma. Terremotos, por sua vez, propagam-se em ondas por toda região à sua volta; modificam, destroem, transfiguram o mundo exterior. Sampaio Jr. argumenta que a oposição entre piões e terremotos, isolamento e expansão, constituiria uma imagem de grande utilidade para a compreensão dos efeitos distintos, nas teorias de Furtado, da dinâmica capitalista nos países centrais e na periferia. Ou de como, nos primeiros, a acumulação de capital se fez acompanhar pela distribuição de renda e reestruturação dos processos produtivos – um abalo sísmico progressivo – enquanto a segunda terminou por abrigar um capitalismo excludente, isolado e sem efeitos transformadores – um pião solitário.

Tanto *O Mito do Desenvolvimento Econômico* quanto *Análise do Modelo Brasileiro*, obras de Furtado que analisaremos neste capítulo, podem ser compreendidas neste contexto. Constituem um

³ No Anexo 1, dedicado à discussão de nossa metodologia de trabalho, analisamos em detalhe os conceitos de *paradigmas*, *molduras*, *programas* e *eventos históricos*.

episódio da batalha das idéias então promovida pelo autor, com o objetivo de revelar que, oculto atrás do pretenso abalo sísmico promovido pela ditadura militar com seu “milagre econômico”, havia um pião isolado, cujo giro e energia poderiam esgotar-se a qualquer momento. Lidos em conjunto, tais livros possibilitam apreender o novo *paradigma* com qual Furtado trabalhará, fundamentado em dois conceitos-chave – o *anel de feedback fundamental* e a *modernização do subdesenvolvimento* – e em uma análise histórica da formação econômica do Brasil no quadro de *três fases do desenvolvimento capitalista*.

a) O anel de feedback fundamental

Por *anel de feedback fundamental*, Furtado compreende a interação entre o progresso tecnológico, o crescimento da produção e o aumento da massa de salários. Nas economias capitalistas desenvolvidas, o aumento da produção industrial provocaria, necessariamente, o crescimento dos custos, sob a forma de maiores salários repassados aos trabalhadores e incremento nas contratações – com reflexos positivos, assim, na renda global disponível para o consumo. Maior a renda, maior a demanda de bens finais e maiores, da mesma forma, os estímulos a novos aumentos na produção. Fecha-se o anel. *Produção, custos, salários, renda, demanda, produção*: tal seria a dinâmica capitalista nos países *centrais*. (Furtado, 1972: 59)

Já nas economias periféricas observa-se a interrupção do ciclo. O rompimento do anel. A dinâmica *produção, custos, salários, renda, demanda, produção* seria interrompida a partir do momento em que o *excedente estrutural de mão-de-obra* – provocado pela existência de um *setor arcaico* em nossa sociedade – forçasse a baixa de nossa média salarial, impedindo, assim, a transferência de parte dos frutos do aumento de produção para a classe trabalhadora. “Na economia industrial subdesenvolvida”, argumenta Furtado, “em que prevalece o excedente estrutural de mão-de-obra, que condiciona a taxa de salário do setor moderno, o fluxo de salários tende a ser insuficiente para que se forme esse anel.” (ibidem, p. 59)

“O anel que tu me deste era vidro e se quebrou”. Que condicionamentos históricos seriam responsáveis pela interrupção do anel de feedback fundamental nas sociedades periféricas? A resposta a tal pergunta está ligada, necessariamente, à compreensão do que Furtado denomina *três fases do desenvolvimento capitalista*. Passemos ao exame de cada um destes momentos.

b) A primeira fase da evolução capitalista

Tal etapa teria sido marcada pela intensificação do comércio mundial, pela expansão do excedente e por sua canalização para a Inglaterra – centro orientador das finanças do mundo capitalista. Nas palavras de Furtado,

“Quando observamos de forma panorâmica a economia mundial no correr do século XIX, particularmente na sua segunda metade, percebemos que as enormes transformações ocorridas se ordenam em torno de três processos: o primeiro diz respeito a uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, e o segundo a uma não menos considerável intensificação do comércio internacional. Ambos os processos engendraram aumentos substanciais da produtividade do fator trabalho, dando origem a um fluxo crescente de excedente que seria liberado para intensificar ainda mais a acumulação e para financiar a ampliação e diversificação do consumo privado e público. Como foi apropriado esse excedente e como foi orientada sua utilização, constitui o problema fundamental no estudo do capitalismo industrial em sua fase de amadurecimento. *Durante uma primeira fase*, grande parte do referido excedente foi canalizado para a Inglaterra, transformando-se Londres no centro orientador das finanças do mundo capitalista. Financiando os investimentos infraestruturais em todo o mundo em função dos interesses do comércio internacional, a Inglaterra promoveu e consolidou a implantação de um sistema de divisão internacional do trabalho que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo

industrial. Esse sistema tendeu a concentrar geograficamente o processo de acumulação de capital, pelo simples fato de que, em razão das economias externas e das economias de escala de produção, as atividades industriais – às quais correspondia o setor da demanda em mais rápida expansão – tendem a igualar-se.” (Furtado, 1983: 22) [grifos nossos]

c) A segunda fase da evolução capitalista

Neste momento, para Furtado, teria ocorrido a reação à concentração de capitais em solo inglês. Era chegada a época dos *sistemas econômicos nacionais* – conjunto de economias capitalistas desenvolvidas que constituiriam, nas décadas seguintes, o novo centro do sistema e que disputariam o primado da acumulação de capital.

“A reação contra o projeto inglês de economia mundial logo se fez sentir. A *segunda fase* de evolução do capitalismo industrial está marcada por essa reação: é o período de consolidação dos *sistemas econômicos nacionais* dos países que formariam o clube das economias desenvolvidas no século atual. A forma como ocorreu essa tomada de consciência constitui capítulo fascinante da história moderna (...). Basta assinalar que, em toda parte, o êxito da reação esteve ligado a uma centralização das decisões econômicas bem maior do que aquela que havia conhecido o capitalismo industrial inglês em sua fase de consolidação. Em algumas partes sua maior centralização seria obtida através da preeminência do sistema bancário, o qual conheceria importante evolução estrutural; em outras o Estado nacional assumiu funções mais amplas na direção do processo de acumulação. Por toda parte essa orientação levou a alianças de classes e grupos sociais – burguesia industrial, comercial e financeira, proprietários rurais, burocracia estatal em torno de um “projeto nacional”, com repercussões significativas na evolução do capitalismo industrial. Ao passo que na fase

inglesa o comércio internacional crescia mais rapidamente que a produção no centro do sistema, a tendência agora será em sentido inverso. A evolução dos termos de intercâmbio tende a ser desfavorável à periferia do sistema – isto é, aos países produtores de produtos primários – e a acumulação continua a concentrar-se no centro, agora transformado em grupo de países em distintos graus de industrialização.” (ibidem, p. 23) [grifos nossos]

d) A terceira fase da evolução capitalista

A formação dos sistemas econômicos nacionais se faria acompanhar de uma maior centralização das decisões econômicas em cada Estado, facilitaria a concentração do poder econômico e pavimentaria o terreno para a *terceira fase do desenvolvimento capitalista*: o desenvolvimento, no sistema internacional do pós-guerra, de uma *superestrutura tutelar*, articulada em torno da hegemonia estadunidense, materializada nos acordos de Bretton Woods e marcada pelo predomínio das grandes corporações transnacionais. Inserida neste período histórico, a industrialização tardia dos países periféricos se daria de forma reflexa, comandada, dirigida e condicionada pela dinâmica dos grandes oligopólios internacionais.

“A rápida industrialização da periferia do mundo capitalista, sob a direção de empresas dos países cênicos, que se observa a partir do segundo conflito mundial e se acelera no último decênio corresponde a uma *terceira fase* na evolução do capitalismo industrial. Essa fase se iniciou com um processo de integração das economias nacionais que formam o centro do sistema. Da formulação da Carta de Havana e criação do GATT ao Kennedy Round, passando pela formação do Mercado Comum Europeu, foram dados passos consideráveis no sentido de estruturar um espaço econômico unificado no centro do sistema capitalista. O movimento de capitais, dentro desse espaço em vias de unificação, alcançou volume considerável (...), o que permitiu que *grandes empresas se implantassem em todos os*

subsistemas nacionais e também que as estruturas oligopólicas viessem a abranger o conjunto desses subsistemas. A formação, a partir da segunda metade dos anos 60, de um importante mercado internacional de capitais constitui o coroamento desse processo, pois permite às grandes empresas liberar-se de muitas limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais.” (ibidem, p. 28) [grifos nossos]

“Criou-se assim”, conclui Furtado, “uma superestrutura política a nível mais alto, com a missão principal de desobstruir o terreno ali onde os resíduos dos antigos Estados nacionais persistiam em criar barreiras entre os países. (...) No plano interno os Estados nacionais ampliaram a sua atuação para reconstruir as infra-estruturas, modernizar as instituições, intensificar a capitalização, ampliar a força de trabalho, etc. Tudo isso contribuiu, evidentemente, para reforçar a posição das grandes empresas dentro de cada país. Mas foi a ação no plano internacional, promovida pela *superestrutura política*, que abriu a porta às transformações de fundo, trazendo as grandes empresas para uma posição de poder vis-à-vis dos Estados nacionais.” (ibidem, p. 37) [grifos nossos]

Realizada ao longo destas três fases da evolução capitalista, a formação econômica reflexa dos países periféricos seria condicionada por *determinantes culturais*. E na raiz deste processo residiria um dos conceitos-chave desenvolvidos por Furtado no exílio: a *modernização do subdesenvolvimento* ou *dependência cultural*, elemento fundamental para a compreensão do papel histórico de nossa burguesia, das opções políticas por ela assumidas, das tensões, conflitos e dilemas que terminariam por resultar na onda de ditaduras que avassalou o continente latino-americano nas décadas de sessenta e setenta do século XX.

e) Dependência cultural e subdesenvolvimento

Para Furtado, a existência, no Brasil e demais países periféricos, de classes dirigentes com padrões de consumo similares àqueles praticados nos países capitalistas desenvolvidos constituiria a base da *dependência cultural* ou *modernização do subdesenvolvimento*. Em seu afã de reproduzir os hábitos, gostos e estilos de vida das burguesias centrais, as elites periféricas se apropriariam da maior parte do excedente produzido em nossa economia, empregando-o na importação de bens de consumo. A última moda em Paris ditaria a última tendência no Brasil; novos produtos lançados em Londres deveriam, necessariamente, ocupar prateleiras no Brasil. A situação de dependência cultural terminaria por engendrar uma característica recorrente nas sociedades subdesenvolvidas: a *dualidade estrutural*, ou a convivência, em um mesmo país, de arcaísmo e modernidade, progresso e atraso; de mundos e modos de vida antagônicos; de economias marcadas por profundas fissuras e divisões internas.

Entretanto, muito mais do que uma simples opção econômica e política articulada nos países subdesenvolvidos, a condição de dependência cultural seria resultado da convergência de interesses entre burguesias centrais e periféricas. Furtado detalha este processo:

“Nos países periféricos, o processo de colonização cultural radica originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional e cujo principal interesse é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos engendrados pela revolução industrial. *Uma vez estabelecida esta conexão, estava aberto o caminho para a introdução de todas as formas de intercâmbio desigual*, que historicamente caracterizaram as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista.”
(ibidem, p. 85) [grifos nossos]

Como a introdução de novos produtos, processos e tendências constitui um dos fundamentos da dinâmica capitalista, as sociedades periféricas passariam por sucessivas fases de *modernização reflexa*, cujo ritmo seria ditado a partir das economias centrais. Inovações surgidas nos países desenvolvidos se difundiriam, como ondas circulares propagando-se sobre a água, em direção aos satélites do sistema. Estes, por possuírem níveis de renda *per capita* significativamente menores do que os observados nas sociedades desenvolvidas, são forçados, a cada nova “onda”, a concentrar renda nas mãos de poucos, criando assim ilhas de progresso em um mar de atraso – a *modernização do subdesenvolvimento*:

“Como a pressão no sentido de acompanhar a renovação dos padrões de consumo no centro se mantém, surge uma tendência à concentração de renda com reflexos nas estruturas sociais, as quais tendem a assemelhar-se às dos países tipicamente subdesenvolvidos. *Este ponto põe em evidência que o fenômeno que chamamos dependência é mais geral que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência.* Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido. Mais ainda: a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro da dependência. Mas o mesmo não se pode dizer do processo inverso, se a necessidade de acompanhar os padrões de consumo dos países cêtricos se alia a uma crescente alienação de parte do excedente nas mãos de grupos externos controladores do aparelho produtivo.” (ibidem, p. 87) [grifos nossos]

Presença determinante no quadro das três fases do desenvolvimento capitalista, a situação de dependência cultural atingiria seu ápice no último destes estágios – momento no qual a simples imitação de padrões de consumo cederia lugar ao enraizamento, nas economias subdesenvolvidas, das grandes empresas transnacionais:

“À medida em que avança o processo de industrialização na periferia, mais estreito tende a ser o controle do aparelho produtivo, aí localizado, por grupos estrangeiros. Em consequência, a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados.” (ibidem, p. 89)

x x x

Recapitulemos os pontos (a), (b), (c), (d) e (e), partes constituintes do *paradigma* desenvolvido por Furtado no exílio. O economista constata que há uma quebra, nas sociedades periféricas, no anel de feedback fundamental observado nas economias centrais – anel articulado em torno do ciclo *produção, custos, salários, renda, demanda, produção* e que resultaria, nestes países, em distribuição de renda, uniformização dos processos produtivos e difusão do progresso técnico. Tal quebra encontraria suas raízes nas especificidades de nossa formação econômica ao longo de *três fases do desenvolvimento capitalista*, a saber: I) a expansão do comércio internacional e a canalização do excedente para a Inglaterra, no período imediatamente posterior à Revolução Industrial; II) a formação de novos sistemas econômicos nacionais, como reação à hegemonia inglesa; III) o surgimento de uma superestrutura tutelar no sistema internacional

do pós-guerra. E, ao longo desse processo histórico, desempenhando papel determinante na manutenção de nosso subdesenvolvimento, residiria a situação de *dependência cultural*, responsável pela concentração do excedente nas mãos de uma minoria, por sucessivas rodadas de *modernização do subdesenvolvimento* e pela convivência, em uma mesma sociedade, de setores modernos e arcaicos.

Desenvolvido seu novo paradigma, Furtado o aplicará na elucidação de um ponto crucial: como as especificidades de nossa formação resultaram no modelo econômico dependente, associado e autoritário implantado após o golpe de 64.

II) *Análise do modelo brasileiro: uma aplicação do novo paradigma.*

“É pena que o senhor não tenha a oportunidade de tomar contato direto com a realidade econômica brasileira de hoje, que seguramente é outra; nada mais lembra a desordem e o desencorajamento da época de Jango.” Essa era, segundo Furtado, a frase recorrente na boca dos estudiosos que, no início do anos setenta, dedicavam-se ao estudo da política econômica da ditadura e de sua realização maior: o “milagre” brasileiro. (Furtado, 1997: 207) “Havia quem pensasse que o Brasil estava em trânsito rápido para o Primeiro Mundo, que as discussões em torno de ‘problemas estruturais’ estavam superadas”, recorda o economista em suas memórias. “Em razão da abundância de recursos naturais e da dimensão da população, dava-se por certo que a oferta de recursos financeiros externos se manteria elástica pelo tempo suficiente para que o Brasil realizasse seu *take-off*.” (ibidem, p. 206)

Para Furtado, entretanto, a política econômica promovida pela ditadura representava apenas mais uma rodada de *modernização do subdesenvolvimento*, com base na aliança entre a burocracia estatal, as empresas transnacionais e a classe média alta, ávida consumidora de bens de consumo duráveis:

“Ora, o que acontecera no Brasil fora simplesmente uma intensificação do processo de concentração de renda, um maior arrocho salarial permitido pelo desmantelamento das resistências sindicais. Com efeito, o salário mínimo real diminuía em cerca de 60%. A novidade estava em que os recursos advindos da maior concentração de renda eram canalizados para financiar a expansão do consumo de bens duráveis, e não principalmente, como ocorrera no período anterior, para financiar investimentos em capital fixo, particularmente na infra-estrutura.” (ibidem, p. 207)

Com o objetivo de investigar essa nova realidade, Furtado abandona temporariamente sua trincheira em Paris e desembarca no Rio de Janeiro dos anos de chumbo. “Em 1971, decidi visitar o Brasil e tomar conhecimento dessa realidade nova”, recorda. “Era o momento de máxima repressão, da caçada final ao capitão Lamarca, que ‘resistia’ sozinho, qual um Dom Quixote dos pobres, perdido na caatinga nordestina, ocupando os dias de vida que lhe restavam a escrever cartas de amor a uma dama que seria morta pela polícia portando um filho seu no ventre.” (ibidem, p. 207)

Ao fim de três meses de pesquisa, dificultada por entraves burocráticos e perseguições por parte dos órgãos da repressão, o economista retorna a Paris. De lá, produz *Análise do modelo brasileiro*, uma contundente crítica ao “milagre” econômico, publicada no Brasil em 1972. Tal livro pode ser compreendido como a aplicação de duas idéias chave do novo paradigma de Furtado ao estudo de uma conjuntura social concreta: 1) “a ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional”; (Furtado, 1983: 85) 2) o controle de grande parte do aparelho produtivo nacional por grupos estrangeiros, tendo como consequência o fato de que “a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a

forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados.” (ibidem, p. 89)

Passemos, portanto, à investigação detalhada de *Análise do modelo brasileiro*.

a) A quebra e recomposição do *anel de feedback fundamental*

Furtado inicia seu estudo pela constatação de que o “milagre” brasileiro representou a reação de nossa tecnocracia estatal à quebra do anel de feedback – *produção, custos, salários, renda, demanda, produção* – discutida na seção I. A industrialização por substituição de importações, finalizada ao longo dos cinco anos de governo Kubitschek (1956-1961), trouxera consigo diversos problemas estruturais. A instalação de nosso sistema industrial fora realizada com base em intensos subsídios do Estado, em especial ao setor de equipamentos. Com o fim desses subsídios, os custos de operação das indústrias aqui instaladas tenderam a se elevar, resultando em aumento de preços e, conseqüentemente, diminuição da parcela da população que poderia consumir seus produtos. Tal condição era agravada pelo fato de que a tecnologia usada por estas indústrias tendia a poupar mão-de-obra – resultado de tendência a imitar os padrões de consumo dos países centrais. Ao fim da euforia dos “cinquenta anos em cinco”, o sistema industrial brasileiro estava, dessa maneira, impossibilitado de caminhar com suas próprias pernas, sendo incapaz de gerar a demanda que estimularia novos ciclos de produção. “Parecia evidente”, argumenta Furtado, “que o sistema de acumulação, ao engendrar uma extrema concentração da riqueza e reduzir a criação de emprego – em um país de nível de salário extremamente baixo – se havia incapacitado para gerar o fluxo de demanda requerido para seu normal funcionamento.” (Furtado, 1972: 48)

Uma economia subdesenvolvida industrializada. Essa era, nas palavras de Furtado, a expressão que melhor definiria a sociedade brasileira de fins dos anos sessenta:

“O esforço para dotar países de baixo nível de renda per capita de um setor industrial com um grau de diversificação similar ao dos países em que a acumulação já realizada (dotação média de capital por pessoa ocupada) é muitas vezes superior, tende a produzir um tipo particular de estrutura, que qualificamos de *economia subdesenvolvida industrializada*. Assinalamos que nesse tipo de estrutura *não se formam os automatismos básicos que nas economias capitalistas desenvolvidas articulam os processos de acumulação e produção com a geração de um fluxo de demanda capaz de impulsionar o sistema*. A *insuficiência do anel de feedback fundamental* é responsável pelos fenômenos de frenação de crescimento, tendência à estagnação, etc., que se apresentam em muitos países subdesenvolvidos que avançam no processo de substituição de importações.” (ibidem, p. 65). [grifos nossos]

Nessa conjuntura, qual o caminho para restabelecer a dinâmica da economia brasileira, eliminando suas deficiências estruturais? Como recompor, na década de sessenta, o anel de feedback?

Furtado distingue três opções possíveis: 1) uma política global de distribuição de renda, visando a criar uma massa de empregos e salários que pudesse novamente estimular a demanda; 2) uma política de concentração de renda, com o objetivo de elevar relativamente os salários superiores de nossa economia; 3) uma dinamização da demanda de bens duráveis de consumo mediante a concentração de riqueza em benefício da classe média alta, formando, assim, um setor de semi-rentistas. (ibidem, p. 48)

Muito embora constituísse a via mais progressista, a opção (1), para Furtado, só poderia ser realizada no contexto de profundas modificações no sistema de poder – exatamente aquilo que o golpe e a ditadura instituída em 64 visavam a evitar. O caminho seguido, portanto, foi uma combinação das opções (2) e (3), com ênfase especial na segunda. O anel de feedback foi recomposto por meio da criação de um grupo de consumidores de altos rendimentos, que se encarregariam de estimular a demanda por bens de consumo duráveis – carro-chefe das transnacionais aqui instaladas. A renda deste grupo seria garantida

pela ação do Estado em duas frentes: em um primeiro momento, pela compressão dos salários das camadas menos favorecidas da população e pela transferência destes recursos, via crédito, para a classe média alta; em uma segunda etapa, pela institucionalização de um mercado financeiro que permitisse às empresas distribuir dividendos a esta classe de semi-rentistas. Ao Estado também caberia acomodar as tensões e conflitos sociais que necessariamente resultariam dessa política, por meio de investimentos públicos e da criação de um fluxo mínimo de empregos.

Cria-se assim, segundo Furtado, uma variante particular da economia capitalista subdesenvolvida – um “capitalismo popular”, em benefício de uma minoria.

“O ‘modelo’ brasileiro consiste essencialmente em uma tentativa para restabelecer o anel mediante ação do Estado, a quem cabe: a) assegurar que a demanda de bens duráveis de consumo se expanda adequadamente, e b) promover a criação de um fluxo mínimo de novos empregos. O primeiro ponto significa que a renda deve concentrar-se em benefício da classe média alta, que constitui o mercado direto de bens duráveis de consumo e principal mercado indireto das indústrias produtoras de bens intermédios. Em uma primeira fase esse objetivo pôde ser alcançado mediante a reorientação do crédito para o consumo de bens duráveis e o alongamento da escala de salário, ou seja, fazendo crescer os salários altos mais intensamente que a média dos salários. Contudo, a mais longo prazo o êxito do sistema depende da transformação dos assalariados de alto nível em titulares de rendas mistas, ou seja, em semi-rentistas. *Estamos, assim, em face de uma variante da economia capitalista em que é a própria remuneração do capital (ou a apropriação do excedente) que alimenta a demanda de bens finais originários das indústrias em que mais rápido é o progresso técnico. Falta dizer que ainda se está longe de haver alcançado a articulação que permitirá a formação do novo anel. Mas parece fora de dúvida que o objetivo é criar um ‘capitalismo popular’ em benefício de uma minoria.*” (ibidem, p. 61) [grifos nossos]

“Falta dizer que ainda se está longe de haver alcançado a articulação que permitirá a formação do novo anel”. Atentemos para esta crítica de Furtado ao modelo econômico instituído pela ditadura. Pois o economista, com o objetivo de apontar as deficiências, limitações e fragilidades do tão celebrado “milagre” brasileiro, passará a enumerar os requisitos para a continuidade deste. Requisitos que, como os anos seguintes iriam demonstrar, dificilmente poderiam ser sustentados a longo prazo.

b) Requisitos à continuidade do modelo.

“Que condições são requeridas para que o atual sistema brasileiro gere seu próprio crescimento?”, pergunta Furtado a seus leitores. “Em que difere o referido sistema das formas correntes de economia capitalista? Que possibilidades de generalização, com vistas à sua adoção por outros países, tem esse modelo?” (ibidem, p. 56) Furtado enumera três requisitos à continuidade do “milagre”: 1) o aumento da capacidade de pagamento no exterior a taxas superiores a do PIB; 2) a continuidade da expansão do setor público, responsável pela geração de empregos; 3) o crescimento constante dos setores industriais de ponta, produtores de bens de consumo duráveis.

A primeira condição se justificaria em função dos custos em divisas crescentes apresentados por uma economia industrial em crescimento. Nas palavras de Furtado,

“Uma economia em que o setor industrial, cuja taxa de crescimento terá de ser substancialmente superior à do PIB, apresenta custos financeiros em divisas crescentes, dificilmente poderá furtar-se a problemas de balança de pagamentos, que pressionarão numa das três direções seguintes: a) criação de capacidade de pagamento no exterior pelo próprio setor industrial, seja globalmente, seja ao nível de empresas internacionais operando

individualmente ou mediante transações compensatórias entre duas ou mais delas; b) crescentes restrições administrativas a pagamentos no exterior, o que teria de repercutir negativamente na entrada de recursos e técnicas, acarretando perda de dinamismo ao sistema e abrindo o caminho ao abandono da política global que vem sendo seguida; c) absorção progressiva pelas empresas internacionais da capacidade de pagamento no exterior, com asfixia de outros setores e redução da taxa de crescimento. As situações b e c não nos interessam aqui diretamente. Admitiremos, portanto, que uma solução do tipo a seja encontrada, sem o que a sobrevivência do sistema não estará assegurada.” (ibidem, p. 56)

Já a segunda condição estaria ligada às tarefas que, tradicionalmente, sempre foram desempenhadas pelo setor público:

“Os investimentos públicos continuam desempenhando as funções tradicionais de integração da sociedade e da economia do país, de criação de economias externas às demais atividades econômicas, de construção da infra-estrutura social, de aperfeiçoamento do fator humano, etc. Dada a estrutura atual do sistema, a essas funções veio adicionar-se uma outra ainda mais fundamental: *a de assegurar a geração de um fluxo mínimo de emprego, sem o que importantes setores da atividade produtiva permanecerão deprimidos*. Coloca-se, portanto, em primeiro plano o problema do financiamento dos investimentos públicos, os quais puderam ser ampliados nos últimos anos graças a recursos externos; *o esgotamento da capacidade de endividamento externo terá que traduzir-se em redução dos investimentos públicos ou em aumento da carga fiscal e/ou maior pressão inflacionária*.” (ibidem, p. 57)

[grifos nossos]

“A terceira condição básica para que o sistema se mantenha em expansão”, conclui Furtado, “é que seu setor de ponta – o bloco de indústrias cuja demanda é direta ou indiretamente gerada pelos consumidores de rendas altas – esteja em crescimento” (ibidem, p. 59)

Nota-se, portanto, que nessa variante brasileira da economia capitalista subdesenvolvida o Estado desempenharia papel central, distanciando-se de qualquer tendência ao automatismo ou ao *laissez-faire*:

“Quando o observamos em conjunto, comprovamos que o funcionamento desse sistema depende essencialmente de uma complexa ação do Estado. Por meios indiretos, provavelmente sem o pretender, o Brasil afastou-se consideravelmente da economia de *laissez-faire*, criando uma variante de ‘capitalismo de Estado’ que requer para seu funcionamento uma íntima articulação entre a classe empresarial e os poderes públicos. Se se tem em conta que o setor mais importante da classe empresarial também está inserido em consórcios internacionais, infere-se que o sistema requer dos órgãos centrais de decisão uma grande capacidade administrativa dentro de estreitas opções políticas. Nenhum *automatismo* existe que assegure um nível adequado de demanda de bens duráveis de consumo, pois a extensão mesma das empresas tende a induzi-las a reter os lucros para autofinanciamento.” (ibidem, p. 63) [grifos do autor]

E quais seriam as possibilidades de generalização do modelo dissecado por Furtado? Pois, se o embate intelectual promovido pelo economista tinha como objetivo maior a desconstrução da idéia de “milagre” econômico, de “Brasil potência”, de “arrancada rumo ao Primeiro Mundo”, tão difundidas *pela*

ditadura brasileira, a eficácia de sua crítica – eficiente na demonstração da montagem deste sistema – vinculava-se, necessariamente, a um combate final: evidenciar que o arranjo econômico, político e social aqui promovido não poderia ser reproduzido em outros países. Não constituía uma regra, mas sim uma exceção; não era, portanto, aquilo que mais apregoava e aparentava ser – um “modelo”.

c) A impossibilidade de generalização do modelo.

“Que possibilidades de generalização existem para esse ‘modelo’?”, questiona Furtado. “Em outras palavras: até que ponto constitui ele uma opção válida – um meio de alcançar uma taxa alta de crescimento, ainda que de elevado custo social para outros países?” (ibidem, p. 66)

Para Furtado, a montagem de um modelo econômico similar ao brasileiro estaria condicionada por duas variáveis: a dimensão demográfica e a renda *per capita*:

“A criação de um mercado de bens de consumo duráveis capaz de justificar a instalação de um parque industrial diversificado – condição *sine qua non* para que opere o modelo – depende primordialmente de duas variáveis: a dimensão demográfica do país e sua renda *per capita*. Um país de menos de oito milhões de habitantes e uma renda *per capita* de cerca de 2500 dólares, como a Suécia, comporta um sistema industrial altamente diversificado. Um país de cem milhões de habitantes e cerca de 400 dólares *per capita*, como o Brasil, também o comporta, pois se um terço da renda total se concentra em mãos de 5 por cento da população, a renda média dessa minoria constituída de cinco milhões de pessoas será da ordem de 2700 dólares.” (ibidem, p. 66)

Ora, quantos países do Terceiro Mundo atenderiam a estes dois requisitos?

“Na América Latina, somente os três maiores países reúnem condições para dotar-se de um complexo industrial similar ao dos países capitalistas desenvolvidos, sem que as indústrias mais dinâmicas dependam desde o início e de uma forma principal do mercado exterior. A busca de caminhos distintos da parte de países como o Peru e Chile é menos do que se pensa uma opção voluntária. Dadas as dimensões respectivas de renda *per capita* e população, para que as minorias privilegiadas desses países possam reproduzir os padrões de consumo dos países industrializados, faz-se necessária uma forte inserção no mercado internacional.” (ibidem, p. 67)

x x x

Feita esta longa incursão pelo novo *paradigma* de Furtado e por sua aplicação prática, convém não esquecer a clássica advertência do economista: “A análise dos processos econômicos e sociais não constitui nada mais do que um guia para a ação”. Passemos, portanto, ao guia; aos *programas* políticos que, nu e errante pelo mundo, Furtado elaborará como arma na batalha das idéias.

III) Novos paradigmas, novas formas de ação.

As estratégias de ação defendidas por Furtado no início da década de setenta se inserem em uma conjuntura marcada, segundo o economista, pela simultânea *impotência* e *modernização* dos Estados nacionais. Impotência que ocorreria como fruto da dificuldade de direção e coordenação das economias periféricas no plano interno, tendo em vista o crescente controle de seus mercados pelas grandes empresas transnacionais; modernização resultante da necessidade da ação estatal “na construção e operação de serviços básicos, na garantia de uma ordem jurídica, na imposição de disciplina às massas trabalhadoras” (Furtado, 1983: 61) As tensões sociais que acompanhariam as sucessivas rodadas de modernização do subdesenvolvimento necessitariam, dessa maneira, de um aparato estatal que pudesse dar conta de novas mediações, distintos arranjos e renovadas coerções:

“A crescente inserção das economias periféricas no campo de ação internacional das grandes empresas está contribuindo para a modernização dos Estados locais, os quais tenderam a ganhar considerável autonomia como organizações burocráticas. Sendo *por um lado impotentes* e *por outro necessárias e suficientes*, essas burocracias tendem a multiplicar iniciativas em direções diversas. A orientação das atividades econômicas, impondo a concentração de renda e acarretando a coexistência de formas suntuárias de consumo com a miséria de grandes massas, é origem de *tensões sociais que repercutem necessariamente no plano político*. O Estado, incapaz para modificar a referida orientação, se exaure na luta contra os seus efeitos. As frustrações políticas levam à instabilidade institucional e ao controle do estado pelas forças armadas, o que contribui para reforçar mais ainda o seu caráter burocrático.” (ibidem, p. 61)

Mas, confrontadas por dificuldades e restrições no plano externo e empolgadas por movimentos e contestações políticas internas, tais burocracias poderiam, subitamente, assumir posturas nacionalistas, fazendo uso de sua autonomia como estratégia de ação no sistema internacional, visando a romper com a condição de dependência:

“O crescente controle ‘internacional’ das atividades econômicas dos países periféricos acarreta uma precoce autonomia do aparelho burocrático estatal. Frequentemente esse aparelho é controlado de fora do país, mas por toda parte ele está sujeito a ser empolgado por grupos surgidos do processo político interno, o qual varia de lugar para lugar e, com as circunstâncias, dentro de um país, mas em toda parte está marcado pelo sentimento de impotência que resulta da dependência em que se encontram as atividades econômicas fundamentais de centros de decisão externos ao país.” (ibidem, p. 62)

Mas em que esferas específicas poderia se dar a ação política das elites do Terceiro Mundo? Diante da intensa mobilização promovida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Furtado chega a considerar a possibilidade de que o controle sistemático dos preços dos recursos não renováveis pudesse constituir uma estratégia de ação efetiva. Entretanto, tal caminho, segundo o economista, se esgotaria em função da desigualdade na distribuição destes recursos, o que acabaria por criar classes rentistas em alguns países periféricos e reforçar a posição das grandes empresas do ramo petrolífero:

“A política de elevação dos preços relativos dos produtos não facilmente substituíveis, que exportam os países periféricos, constitui seguramente um marco na evolução desses países, mas, conforme indicamos, não significa mudança de rumo no processo evolutivo do conjunto do sistema capitalista. *Não se exclui a hipótese de que a posição internacional das grandes empresas seja reforçada*, encarregando-se elas de absorver grande parte dos novos recursos líquidos encaminhados para o mercado financeiro internacional. Uma pequena parte da população periférica, localizada em uns poucos países, terá acesso às formas mais avançadas de consumo, e alguns Estados poderão ascender a um papel hegemônico em certas sub-áreas. Contudo, *as modificações no conjunto da periferia serão pouco perceptíveis.*” (ibidem, p. 65) [grifos nossos]

Assumir paulatinamente o controle sobre o processo de acumulação capitalista. Esta seria, para Furtado, a estratégia a seguir. E se a política de elevação dos preços dos recursos não renováveis não constituía uma boa tática – dada a desigualdade na distribuição destes recursos –, a ação política do Terceiro Mundo poderia ocorrer em um campo passível de ação concertada, generalizada e sistemática: a defesa do valor real do trabalho.

“Mas é possível que a experiência adquirida no setor dos recursos não renováveis venha a ser utilizada na defesa do valor real do trabalho, que exploram nos países periféricos as grandes empresas. Conforme foi assinalado antes, a rápida expansão da economia internacional – setor mais dinâmico do sistema capitalista – tende a fundar-se na utilização das grandes reservas de mão-de-obra barata que existem na periferia. Apresentam-se aqui dois problemas: o da apropriação dos frutos da expansão econômica e o da orientação

geral do processo de acumulação. Dada a grande disparidade de níveis de vida, que se observa atualmente dentro da periferia, as grandes empresas estão em uma posição de força para conservar os salários ao mais baixo nível. Toda pressão no sentido de elevá-los poderá ser contida com um desvio dos investimentos para outras áreas que ofereçam condições mais favoráveis. A grande empresa que produz produtos manufaturados, na periferia, para o mercado do centro, tem uma margem de manobra tanto maior quanto mais baixos são os salários que paga. Essa margem lhe permite, seja expandir o mercado a curto prazo, seja aumentar sua capacidade de auto-financiamento. Em qualquer dos dois casos, maior a margem, maior a parte do valor adicionado que permanece fora do país periférico em que se localiza a indústria. Tudo se passa como se o trabalho fosse um recurso que se exporta, sendo a taxa de salário o preço de exportação. Se o conjunto dos países periféricos decidisse subitamente dobrar, em termos de moeda internacional, o preço de exportação da força de trabalho, o resultado seria similar ao que ocorre quando aumentam os preços de um produto de exportação que goza de uma demanda inelástica no centro.” (ibidem, p. 66)

Se bem sucedida, a defesa do valor real do trabalho resultaria na expansão do departamento “moderno” das economias periféricas, ligado às transnacionais. Ao Estado caberia reter parte dos recursos gerados neste setor, canalizando-os para políticas de crescente homogeneização social. Furtado reconhece as dificuldades que acompanhariam a execução desta estratégia. Mas as tensões sociais decorrentes do subdesenvolvimento poderiam conduzir, inapelavelmente, as burocracias periféricas a esta opção. Nota-se que Furtado, ainda que no exílio e não dispondo mais de poderes efetivos sobre a gestão de nossa economia, mantém firme sua crença no papel da burocracia estatal como elemento ordenador e condutor:

“A questão última está na orientação do processo de acumulação e essa orientação continuaria na mão das grandes empresas. *Assumir essa orientação, vale dizer, estabelecer prioridades em função de objetivos sociais coerentes e compatíveis com os esforço de acumulação, seria a única forma de liberar a economia da tutela das grandes empresas.* Esse caminho não é fácil e é natural que as burocracias que controlam os Estados do mundo periférico se sintam pouco atraídas por ele. Contudo, as tensões sociais crescentes que engendram as atuais tendências estruturais do sistema poderão forçar muitas dessas burocracias a adotar caminhos imprevistos, inclusive o de uma preocupação efetiva com os interesses sociais e busca de formas de convivência com as grandes empresas que sejam compatíveis com uma orientação interna do processo de desenvolvimento.” (ibidem, p. 67)

[grifos nossos]

IV) Conclusões

Retomemos um trecho do diálogo entre Furtado e Glauber Rocha, na Paris dos anos setenta. Questionado pelo diretor de *Terra em transe* sobre a eficácia da luta armada no combate à ditadura, Furtado é enfático e categórico: qualifica tal atitude como uma rematada “besteira”. Em seu ponto de vista, a única arma eficaz seria “o pensamento aplicado a desnudar a realidade”, mediante o qual os homens facilmente distinguiriam “entre o certo e o errado, o bem e o mal.” (Furtado 1997: 192)

Ao longo da primeira metade dos anos setenta, esta cruzada de Furtado no plano das idéias se dá em uma conjuntura simultaneamente adversa e favorável. Se, por um lado, o ex-ministro do planejamento de João Goulart enfrentava a dura realidade do exílio e do fracasso de seu projeto de desenvolvimento, a nova conjuntura internacional, marcada pela emergência de potências como a França

de De Gaulle, parecia romper com a lógica maniqueísta da Guerra Fria, abrindo novamente espaço de manobra para os países do Terceiro Mundo.

O mito do desenvolvimento econômico e Análise do modelo brasileiro são expressões desse contexto. Marcam a ênfase, nas análises de Furtado, em temáticas relacionadas à terceira fase do desenvolvimento capitalista, caracterizada pela sua *superestrutura tutelar* e pelas possibilidades de ação concertada da periferia no plano internacional. A partir deste momento, questões como o papel das transnacionais, o enraizamento da condição de dependência na periferia, a tutela política exercida pelos Estados Unidos no plano externo e a unificação dos mercados dos países centrais passarão a ser elementos constantes nas análises de Furtado. Mobilizando a tipologia definida no anexo I, podemos afirmar que, diante de *eventos históricos* que marcam o esgotamento do processo de substituição de importações e o aparente fim da ordem bipolar, Furtado reformula seu *paradigma*, incorporando a ele uma nova visão do processo de desenvolvimento capitalista e fazendo uso de renovados conceitos, sintetizados em *molduras* como a *modernização do subdesenvolvimento*.

Mas, se o economista avança em sua compreensão global do capitalismo e de suas conseqüências para o Terceiro Mundo, sua ideologia política ainda permanece atrelada a velhos cânones. A mesma burocracia de Estado que articula uma nova rodada de modernização do subdesenvolvimento, mediante a dinamização de nosso mercado de bens de consumo duráveis, constitui o grupo em que Furtado deposita suas esperanças. Relembremos parte de suas conclusões em *Análise do modelo brasileiro*: “As tensões sociais crescentes que engendram as atuais tendências estruturais do sistema poderão forçar muitas dessas burocracias a adotar caminhos imprevistos, inclusive o de uma preocupação efetiva com os interesses sociais e busca de formas de convivência com as grandes empresas que sejam compatíveis com uma orientação interna do processo de desenvolvimento” (Furtado, 1983: 67)

“Caminhos imprevistos”. Abre-se uma possibilidade – influenciada, é certo, pelo papel central de muitas burocracias periféricas na luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional – para o papel

dos intelectuais de Estado como elementos de “síntese das contradições sociais”; para os *planejadores* que, a partir de seus postos estratégicos, traduziriam “tensões sociais crescentes” em projetos articulados de desenvolvimento; para ferramentas de conciliação de interesses, como o planejamento econômico.

A despeito da nova conjuntura, Mannheim ainda se faz ouvir. E Furtado ainda é seu porta-voz. Os anos seguintes, entretanto, trariam muitas mudanças a este conjunto de crenças.

Capítulo 2 – Em busca da liberdade global.⁴

“La libertad, Sancho, es uno de los más preciosos dones que dieron los cielos; con ella no pueden igualarse los tesoros que encierran la tierra ni el mar encubre; por la libertad, así como por la honra, se puede y debe aventurar la vida...”

“El ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”. Miguel de Cervantes Saavedra

Liberdade. Talvez a procura incessante por aquilo que Cervantes considera uma das mais preciosas dádivas concedidas pelos céus ao homem explique as inquietações teóricas e políticas de Furtado ao longo da década de 70. A idéia de liberdade – entendida como superação dos constrangimentos impostos à humanidade pela civilização industrial – surge recorrentemente em seus escritos posteriores a *O mito do desenvolvimento econômico*, publicado em 1974. Tal livro, assim como os outros que a ele se seguiriam até 1980, seria produto de reflexões empreendidas como professor da Universidade de Cambridge, durante os anos de 1973 e 1974, e faria parte de um amplo mosaico de obras destinadas a pensar a especificidade do subdesenvolvimento no quadro de uma *visão global* das relações internacionais e do processo de propagação do progresso tecnológico. (Furtado, 1997: 222)

O conceito de liberdade se manifestaria nas novas concepções sobre o desenvolvimento econômico, fortemente alicerçadas na *cultura*, difundidas nos artigos, intervenções públicas e entrevistas de Furtado. Nestes debates, o processo de desenvolvimento é relacionado à idéia de *invenção sociocultural*, cujas origens vinculam-se à dupla capacidade transformadora do homem: ao modificar o

⁴ Devo muitas das idéias deste capítulo à excelente análise de Mallorquin (2005) sobre este mesmo período de elaboração intelectual de Furtado.

mundo, transformamos também a nós mesmos. Alterar e dominar a natureza implicaria portanto dar vazão a nosso anseio mais recôndito – o desejo de *libertar-nos* dos constrangimentos impostos pelo mundo exterior. (Furtado, 1980: 11)

Mas se o estudo do desenvolvimento deveria buscar suas raízes neste processo de *invenção* e *superação*, tal temática, segundo Furtado, teria permanecido intocada pela teoria social contemporânea. O autor aponta a inexistência de uma teoria geral do homem – *uma antropologia filosófica* – que pudesse dar cabo dessa tarefa, razão pela qual as teorias do desenvolvimento terminaram por se confinar aos campos restritos da economia ou da sociologia. Mobilizando duas categorias weberianas – a racionalidade instrumental, relativa a *meios*, e a racionalidade substantiva, relacionada a *fins*⁵ – Furtado argumenta que, nas sociedades contemporâneas, a noção de desenvolvimento ligou-se à primeira delas e a seu corolário: a idéia de *progresso técnico* e de *eficiência*. “A teoria do desenvolvimento tendeu a confundir-se com a explicação do comportamento do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial. Os *valores* são implicitamente considerados como transcendentais à sociedade ou simples epifenômenos” (Furtado, 1980: 11) [grifos nossos]

Propondo-se a superar e a ampliar esta visão, nosso autor estabelece assim sua meta:

“Meu objetivo era elaborar uma linguagem comum aos diversos ramos das ciências sociais que permitisse captar o desenvolvimento como *realização das potencialidades humanas*. Esse desenvolvimento, no que respeita aos países do Terceiro Mundo, somente seria possível mediante a reconstrução das estruturas sociais. Fora desse trabalho de reconstrução, ele seria inalcançável, devendo ser visto como um simples mito.” (Furtado, 1997: 224) [grifos nossos]

⁵ Ao falar em racionalidade *instrumental* e *substantiva*, Furtado recupera dois clássicos conceitos presentes nas reflexões de Max Weber. O primeiro deles diz respeito aos *meios* utilizados para a realização de determinados fins; já o segundo se relacionaria aos *fins últimos* – ou valores – de um indivíduo ou grupo social.

Se os mitos só poderiam ser desmascarados por meio de uma renovada análise social, de um novo *guia* que pautasse e orientasse a reconstrução estrutural dos países periféricos, não é de surpreender que Furtado tome para si a tarefa de elaboração desta nova linguagem comum às ciências do homem. Seu objetivo consistirá em apreender o desenvolvimento como um processo global: “Transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também destruição de valores e supressão da capacidade criadora.” (Furtado, 1980: 110)

Investigar a construção progressiva deste novo *paradigma* de Furtado, assim como dos *programas* políticos que nele encontrarão sua origem, será nosso objetivo nas páginas seguintes. Para tanto, devemos compreender o papel de obras como *Prefácio à nova economia política* e *Pequena introdução ao desenvolvimento* na sistematização de uma nova teoria geral das formações sociais. E como esta teoria, aplicada à análise do surgimento do capitalismo moderno – em livros como *Criatividade e dependência na civilização industrial* –, terminará por dar origem a novas concepções sobre a política, sobre as relações entre a burocracia de Estado e as organizações da sociedade civil e sobre a função a ser desempenhada por estes atores no combate ao subdesenvolvimento.

I) Paradigmas: uma nova teoria geral das formações sociais

Tanto *Prefácio à nova economia política* quanto *Pequena introdução ao desenvolvimento* podem ser compreendidos como peças-chave do projeto teórico que Furtado levará adiante a partir de fins da década de setenta: a tentativa de construção de uma *teoria social global* que, rompendo com os estreitos limites da análise econômica, pudesse elucidar as especificidades históricas do subdesenvolvimento e servir de base para novas estratégias de ação.

Já na introdução de *Prefácio à nova economia política*, Furtado expõe as limitações do quadro de referência com o qual os economistas haviam trabalhado até então:

“Um quarto de século tateando os labirintos das teorias econômicas e esforçando-me para descobrir relações entre os ensinamentos que daí se derivam e os problemas práticos de nossa época, convenceu-me sobejamente da insuficiência do quadro conceitual com que trabalhamos nessa ciência. Um prolongado esforço para compreender os processos históricos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apoiado nos instrumentos da análise econômica, levou-me à convicção de que a elaboração de uma ‘dinâmica econômica’ que seja algo mais do que uma série de exercícios engenhosos para distração de professores universitários, é objetivo inalcançável dentro do quadro de referência em que trabalhamos.” (Furtado, 1976: 9)

Se a teoria econômica havia sido relegada à condição de meros “exercícios engenhosos” sem qualquer aderência à realidade, tal fato se devia, para Furtado, à sua incapacidade de aplicação a problemas sociais que se desdobravam em horizontes de longo prazo. Essa característica se fazia evidente

no próprio objeto de estudo dos economistas: questões em geral simplificadas e restritas, como aquelas tratadas pela estática comparativa. Questões relativas a uma conjuntura particular e específica, confinadas ao curto prazo e desprovidas da variável *tempo*. (ibidem, p. 11)

Mas esta limitação não passou despercebida a muitos economistas, que tentaram *dinamizar* a análise econômica, lançando mão do *método histórico*. Tal estratégia, contudo, segundo Furtado, pecou pela excessiva simplificação:

“O erro metodológico da chamada ‘dinâmica econômica’ consiste exatamente em pretender reintroduzir o fator tempo mantendo os problemas com o mesmo grau de simplificação, como se o tempo existisse em si mesmo, independentemente de qualquer conteúdo. Dinamizar significa, necessariamente, tornar os problemas mais espessos, mais complexos, portanto desbordar os limites do ‘econômico’. O avanço na direção de uma dinâmica econômica passa por uma compreensão dos processos sociais globais, ou seja, pela construção de um quadro teórico que permita abordar o estudo do conjunto dos processos sociais. Apesar de sua vaguidade, o método histórico tem ocasionalmente contribuído para suprir a ausência desse enfoque global dos processos sociais. Ocorre, entretanto, que a sofisticação dos métodos de que se utiliza o economista fez-se no sentido de a-historicidade, abrindo-se assim um fosso entre a visão global derivada da história e a percepção particular dos problemas sobre os quais a análise econômica projeta alguma luz.” (ibidem, p. 11)

Com o objetivo de superar as limitações impostas por este “fosso”, conferindo *densidade* à análise dos processos sociais, Furtado se propõe a *reconstruir* o quadro conceitual utilizado pelos economistas, apoiando-se “numa visão global de estruturas sociais historicamente identificadas” (ibidem, p. 11). Mas tal reconstrução, adverte, por tratar-se de obra extensa e ambiciosa, deverá ser parte de um

projeto coletivo; o autor de *Prefácio à nova economia política* apenas indica caminhos, sob a forma de *prefácio* e *índice* de um livro a ser escrito por muitas mãos:

“O primeiro ensaio do presente volume constitui uma tentativa para sair desse impasse, com base numa reconstrução do quadro conceitual de que se utiliza o economista, reconstrução essa apoiada numa visão global de estruturas sociais historicamente identificadas. Ao apresenta-lo sob a forma de *prefácio* e *índice* de um livro que não existe, minha intenção é chamar a atenção para a situação atual de carência de uma teoria geral das formações sociais, que sirva de ponto de partida para o estudo dos problemas particulares que preocupam os economistas. Não se trata do que convencionalmente se chama enfoque interdisciplinário, e sim de sair em busca de uma teoria social global, na qual entronquem a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais (acumulação), a teoria da estratificação social e a teoria do poder. Ao limitar-me a rascunhar o prefácio e a sugerir alguns temas à reflexão, pretendo expressar a opinião de que o de que mais necessitamos, no momento presente, é estimular o debate e confrontar opiniões.” (ibidem, p. 11)

Acumulação, estratificação social, poder. Os temas que Furtado elege como alicerces da nova teoria global tomam forma já nas primeiras páginas de *Prefácio à nova economia política*. A acumulação, sustenta o autor, deve ser entendida de maneira mais ampla, vinculada aos conceitos de *excedente*, *estratificação social* e *estruturas de poder*. Para tanto, torna-se necessário romper os limites estreitos que a definiram na teoria econômica tradicional, retomando alguns debates-chave da economia política clássica.

A idéia de acumulação, em autores como Smith, Malthus e os fisiocratas, ligava-se ao estudo do progresso e da riqueza das nações, sendo esta riqueza definida em torno de duas variáveis: um *fluxo* (formação de capital: investimento) e um *estoque* (capital já acumulado: capacidade de produção). Ao privilegiar o estudo dos fluxos em detrimento dos estoques, os autores clássicos teriam lançado luz sobre algumas dimensões do processo de acumulação, deixando outras, contudo, na sombra. “Não se necessita de muita argúcia”, argumenta Furtado, “para perceber que ao estudarem os *investimentos* os economistas não estão propriamente preocupados com o processo de acumulação, e sim com um caso particular do mesmo: a acumulação diretamente ligada ao aumento da capacidade produtiva de um sistema econômico. As fronteiras entre esta e as demais formas de acumulação permanecem na sombra. Pouco ou nada ficamos sabendo sobre a acumulação global, sobre a estrutura desta e suas variações no tempo, sobre os fatores que comandam a dinâmica dessa acumulação, e assim por diante.” (ibidem, p. 15) [grifos do autor]

Furtado propõe, dessa maneira, a recuperação da idéia de *excedente* – mobilizada pelos fisiocratas e pelos primeiros clássicos ingleses – como novo ponto de partida para o estudo da acumulação global. (ibidem, p. 16)

Tal opção estaria ligada à abrangência deste conceito. Segundo os fisiocratas, a noção de excedente vincula-se à agricultura, base econômica da sociedade. A diferença entre o *consumo* de produtos agrícolas pelos camponeses e a *produção total* resultante de seu trabalho constituiria o *produto líquido*. Este, ao ser comercializado pelos senhores rurais, assumiria a forma de “renda da terra, de dízimos (pagos ao clero) e de impostos (pagos ao Estado)”, alimentando assim “os circuitos comerciais, permitindo o desenvolvimento das atividades artesanais, das manufaturas e do comércio exterior.” (ibidem, p. 17) O mérito desta análise residiria, para Furtado, no fato de ela basear-se em uma teoria da *estratificação social*, pois o circuito *excedente*, *produto líquido*, *comercialização* e *estímulo* às demais atividades econômicas não existiria sem a divisão da sociedade entre a classe dos que produzem – os camponeses –, e a dos que se apropriam do fruto do trabalho alheio e o comercializam – os grandes

proprietários de terra. Abandonando a riqueza deste enfoque em nome de uma suposta *universalidade*, a ciência econômica convencional teria restringido a abrangência de seus estudos:

“O abandono progressivo do conceito de excedente, que ocorre no séc XIX, reflete o propósito de fundar uma ciência econômica *pura*, ou seja, com validade explicativa independentemente do conhecimento das estruturas sociais. Ora, como pretender ignorar as estruturas não é mais nem menos do que aceitar as que existem no presente como imutáveis, explica-se como o campo de estudo do economista se haja restringido tanto, e que tenham sido eles os últimos a compreender a própria evolução da economia capitalista.” (ibidem, p. 17)

Visando a combater esta pseudo-universalidade, Furtado *atualiza e expande* o conceito de excedente⁶, elegendo-o como fundamento de sua nova teoria global. A idéia dos fisiocratas de um *produto líquido* ancorado na divisão de classes renasce nas análises e intervenções que o economista fará nos próximos anos. *Pequena introdução ao desenvolvimento*, livro em que Furtado sistematiza seu novo *paradigma* de forma concisa e didática, é exemplo desta orientação. Nele, o conceito de excedente é articulado em quatro dimensões: 1) a idéia de *divisão social do trabalho* como fator de *elevação da produtividade*; 2) a *estratificação social* e os *sistemas de poder* como instrumentos de *acumulação* dos frutos do trabalho; 3) o uso destes recursos com base em um *horizonte de opções*, definido a partir dos

⁶ Por *excedente*, Furtado compreende tudo aquilo que uma sociedade produz além de suas necessidades essenciais, definidas, em seu *paradigma*, pelo custo de reprodução do trabalhador manual não especializado. (Furtado, 1980: 49)

valores hegemônicos em cada sociedade; 4) a *luta* de diversos grupos sociais em torno do excedente como elemento de *desenvolvimento das forças produtivas e homogeneização social*.

A chave para a leitura das mais diversas formações sociais residiria, assim, na aplicação destas quatro dimensões a realidades concretas e específicas. Como uma dada sociedade estrutura a divisão do trabalho? Como esta se vincula a determinados arranjos de poder? Quais os valores e fins que norteiam o uso do excedente acumulado? Qual a natureza das disputas em torno deste e como elas contribuem para a mudança social? Com base nestas questões, Furtado incorpora uma *teoria da história* à sua análise econômica, postulando a existência de dois tipos básicos de apropriação do excedente. “Sempre que as sociedades alcançaram um certo grau de complexidade”, afirma, “a apropriação do excedente apresentou-se sob duas formas básicas: a *autoritária* e a *mercantil*.” (Furtado, 1980: 72)

A forma autoritária seria caracterizada por seu caráter *coercitivo*, que poderia assumir tanto dimensões explícitas como sutis:

“A todo sistema de dominação social – o enquadramento da população para a guerra ou para a produção inclui-se entre as formas mais simples – corresponde necessariamente a geração de um excedente. O caso extremo do excedente gerado autoritariamente é dado pela escravidão. Os sistemas impositivos têm origem idêntica, o que não impede que eles hajam evoluído no sentido da legitimação pelo consenso dos indivíduos tributados. Formas mais sutis de extração autoritária do excedente são as normas que fazem as profissões hereditárias, que freiam a mobilidade geográfica das pessoas, que impedem a circulação de bens, que restringem o acesso à terra arável e à água. Formas ainda mais sofisticadas são os sistemas de patentes, o controle da informação, o controle do acesso às escolas de prestígio e coisas similares. *Por definição, toda vez que se apresentem assimetrias nas relações entre os membros de uma sociedade cabe imaginar que está subjacente uma forma autoritária de apropriação do excedente.*” (ibidem, p. 72) [grifos do autor]

Já a forma *mercantil* encontraria seu fundamento nas operações de intercâmbio:

“A segunda forma primária de apropriação do excedente – a *mercantil* – funda-se nas operações de intercâmbio. Ela também gera a estratificação social, mas o seu ponto de partida não é a dominação e sim o aumento da produtividade criado pela especialização, possibilitada pelo intercâmbio. Com efeito, o intercâmbio pode existir no quadro de relações simétricas, ou seja, entre parceiros totalmente independentes um do outro. É verdade que todo intercâmbio pressupõe um fluxo de informações, cujo controle por um ou outro dos que o praticam rompe a simetria da relação. Mas neste caso a apropriação do excedente envolve um elemento de autoridade.” (ibidem, p. 73) [grifos do autor]

Mas a forma autoritária e a mercantil de extração do excedente seriam expressão de *tipos ideais*, não sendo encontradas historicamente de maneira pura e isolada. Ao contrário: para Furtado, elas se combinariam nas mais diversas formações sociais, desde o escravismo dos tempos antigos até o moderno capitalismo informatizado. Nas palavras do autor,

“Em todas as sociedades complexas as duas formas primárias apresentam-se combinadas das maneiras mais variadas. As mais das vezes, a forma autoritária alimenta os canais de comercialização. Assim, a produção agrícola baseada no trabalho servil foi por muito tempo a fonte de excedentes comercializados internacionalmente. Nem sempre é fácil saber onde começa uma forma e onde termina outra: é o caso, por exemplo, da renda de um agente que ocupa uma posição estratégica, ou está na vanguarda tecnológica. Como não

reconhecer que uma empresa como a IBM está em condições de administrar certos preços e por esse meio captar um excedente que não é exatamente de origem mercantil? Como separar o critério mercantil do autoritário no caso da exploração monopolista de um serviço público? Que dizer do especulador que, mediante a manipulação da informação, obtém um ganho de capital com a valorização de ativos imobiliários?” (ibidem, p. 73)

A chave para decifrar a natureza de cada formação social seria, portanto, investigar qual forma de apropriação do excedente seria *predominante*.

Recapitulemos o caminho seguido até este momento por nosso autor. Tendo em mente a idéia de *produtividade*; considerando a presença de elementos *coercitivos*; levando em conta a *acumulação* de recursos; enfatizando os *valores* e *fins* norteadores das sociedades e, finalmente, elegendo a *luta* como elemento de progresso, Furtado agrega novos elementos ao quadro teórico da ciência econômica, caminhando em direção ao objetivo proposto em *Prefácio à nova economia política*: a criação de uma *teoria geral das formações sociais*. Após incorporar a seu paradigma uma teoria da história baseada nas formas de *extração do excedente social*, Furtado desenvolverá uma interpretação do processo de surgimento do capitalismo como uma progressiva passagem das formas *autoritárias* de apropriação do excedente para as *mercantis*. E tal leitura, sistematizada em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, se fará acompanhar de importantes cisões e rupturas em sua ideologia política.

Passemos, portanto, a estes novos temas.

II) Paradigmas e sua aplicação: o predomínio da racionalidade instrumental

Criatividade e dependência na civilização industrial representa, no conjunto das obras de Furtado, o momento em que questões há muito esboçadas atingem a maturidade. Se em *O mito do desenvolvimento econômico* a ênfase no papel da cultura já surge como elemento central na análise da subordinação e da dependência periféricas, *Criatividade e dependência* constitui um passo ambicioso em direção àquilo que autores como Francisco de Oliveira (1983) intitulam “fase filosófica” do economista. Aqui, o campo de análise é a própria história da civilização ocidental. Propondo-se a escrever “um antilivro acadêmico”, Furtado empreende longos vôos por temas como o Renascimento, o Iluminismo, o papel da criatividade nos processos de desenvolvimento econômico, o cerceamento da liberdade e o confinamento da existência do homem a limites estreitos, como consequência do advento da civilização industrial.

Mas se nesta obra os horizontes de Furtado se descortinam em um campo muito mais extenso, *Criatividade e dependência* não deixa de possuir seus fios condutores, tecidos em torno da *teoria do excedente social* – analisada no item anterior – e alicerçados em uma *antropologia filosófica*, ou visão global do homem. Em linhas gerais, o argumento central deste livro pode ser desdobrado em quatro dimensões: a) o advento da civilização industrial se dá por meio da passagem das formas *autoritárias* para as *mercantis* de apropriação do excedente; b) tal mudança, entretanto, termina por subordinar os *finis* e *valores* das sociedades ocidentais à acumulação capitalista, vinculando a criatividade humana aos critérios de mercado; c) entendido como um processo de *invenção sociocultural*, o desenvolvimento econômico, nesse contexto, limita-se àquilo que Furtado denomina critérios de *racionalidade instrumental*; d) retomá-lo requer abrir as portas para a expressão da criatividade inerente ao homem, mobilizando, para tanto, a *racionalidade substantiva*, por meio da reinvenção das formas de participação política

a) Uma visão retrospectiva do surgimento do capitalismo

Em capítulo intitulado *Ensaio de visão retrospectiva*, Furtado sustenta a tese de que o advento da civilização industrial pode ser compreendido como a convergência de dois processos: a *revolução burguesa* e a *revolução científica*. Atuando de maneira conjunta, tais revoluções marcariam a passagem das formas *autoritárias* para as *mercantis* de apropriação do excedente; e assinalariam, da mesma forma, a transformação de uma concepção de mundo firmemente hierarquizada e fundamentada em valores espirituais em uma visão secular e laica, assentada no princípio da igualdade entre os homens.

Já de início, Furtado mobiliza o conceito central de que fará uso ao longo de sua análise – a idéia de *excedente social*:

“Dentre os conceitos que elaboraram os economistas clássicos, o de *excedente*, ainda que imprecisamente definido, é o que mais ajuda a obter uma visão abrangente do processo social global. Utilizaremos esse conceito em sua acepção mais ampla: com referência a todos os recursos de que dispõe uma sociedade além daqueles de que necessita para reproduzir-se, adotando-se como parâmetro para medir o custo dessa reprodução o nível de vida da massa da população. Concebido dessa forma ampla, o excedente terá existido em praticamente todas as sociedades de que temos registro histórico. Ele poderá minguar ou mesmo desaparecer em períodos de vacas magras, mas reponta quando volta a normalidade. Graças a ele as populações cresceram e as sociedades se diversificaram engendrando as desigualdades sociais. È evidente que se os membros de uma sociedade têm diante de si um horizonte de opções – fazer a guerra, empreender viagens espaciais, construir pirâmides, cultivar o ócio e coisas similares – é porque dispõem de recursos acima do necessário para reproduzir-se.” (Furtado, 1978: 129)

De posse deste conceito, Furtado empreenderá um longo retorno rumo ao primeiro momento em que as formas autoritárias de apropriação do excedente viram-se confrontadas pela economia mercantil: o malogro da experiência carolíngia e o surgimento das cidades como síntese de um novo estilo de vida e de uma nova visão de mundo.

Com o fim do reinado de Carlos Magno, fracassa a tentativa de reunificação do império romano do ocidente. Antes unido sob a égide de um poder central, o território europeu será palco da emergência de inúmeros centros urbanos e da ascensão de um novo grupo social: o patriciado urbano, ou burguesia. A expansão progressiva do poder e da influência dessa classe assinala aquilo que Furtado aponta como “a primeira rachadura no sistema de dominação social” (ibidem, p. 31), pois, ao tentar generalizar as relações mercantis, defendendo a abolição de privilégios supostamente arcaicos e danosos ao comércio, tal grupo entra em confronto direto com as corporações de ofício, representantes da antiga ordem estratificada.

“As corporações haviam emergido, como mecanismos de proteção das profissões artesanais, no longo período de desorganização da economia romana. Agora elas ressurgem com muito mais poder como sistema de defesa dos artesãos – progressivamente da camada superior do artesanato – em face da ofensiva da burguesia, que pretendia ampliar sua área de domínio social. O esforço para estender a mercantilização das relações sociais fora assim barrado dentro das próprias áreas em que o patriciado exercia a hegemonia do poder.” (ibidem, p. 132)

Mas a “primeira rachadura” não representará nada mais do que isso – uma rachadura. A forma autoritária de apropriação do excedente vence, segundo Furtado, o primeiro embate; o confronto entre artesãos – representantes da velha ordem estratificada – e burgueses – partidários da abolição dos privilégios feudais – termina com a vitória dos primeiros. Impedida de generalizar as relações mercantis em solo europeu e tolhida em suas ambições políticas, a burguesia se lança, assim, em meados do século quatorze, naquilo que o autor denomina *expansão horizontal*. Alia-se a algumas das mais importantes casas monárquicas européias e faz-se ao mar, em busca de novas rotas para o mercado das Índias, até então dominadas por flamengos e venezianos.

Portugal, país de unificação política precoce, constitui exemplo desta nova investida. A aliança orgânica entre burguesia mercantil e nobreza se expressa, neste reino, em um claro, articulado e sistemático projeto político: dotar seu país de meios que permitissem o domínio do atlântico. E ninguém melhor que o infante Dom Henrique representaria tais ambições. “A Dom Henrique”, sustenta Furtado, “se aplicam as palavras que Alexandre Koyré utilizou para traçar o perfil de Leonardo da Vinci, em que se define o espírito do Renascimento: um homem da *práxis*, construtor de instrumentos, para quem o conhecimento não era objeto de contemplação e sim instrumento de ação.” (ibidem, p. 135) [grifos do autor]

Furtado – ele próprio um homem da *práxis* – aponta a escola de Sagres, fundada pelo monarca português, como evidência desse arrojo:

“Na escola de navegação que Dom Henrique criou em Sagres emerge um novo espírito orientado para a idéia de *tecnologia*: trata-se de fundar em conhecimentos empíricos adrede recolhidos e criticados à luz da ciência da época, um projeto de ação em grande

escala. A preocupação em ampliar os conhecimentos geográficos e em aperfeiçoar e criar instrumentos visando a uma maior eficácia na ação, prefigura a mentalidade de engenheiro que é uma das marcas dos tempos modernos. Já no decênio seguinte à morte de Dom Henrique, um representante da burguesia de Lisboa assume a responsabilidade de financiar as expedições, ao mesmo tempo que tinha início a exploração comercial da costa africana recém descoberta. Antes de terminado o século os portugueses haviam estabelecido de forma operacional contacto transoceânico com a Ásia oriental, abrindo uma fase de expansão comercial sem par na história anterior da Europa. A chegada de Colombo, à frente de navios castelhanos, às supostas Índias ocidentais, situa-se nesse mesmo quadro de expansão transoceânica que fora concebido na primeira metade do século quinze, em Sagres.” (ibidem, p. 135)

Lançando-se por “mares nunca dantes navegados”, firmando contato com a Ásia e a África e consolidando rotas alternativas de comércio pelo atlântico, os portugueses, seguidos dos espanhóis, seus companheiros de península, dariam início a uma fase sem precedentes de *expansão horizontal* do capitalismo mercantil, que transformaria, ao longo dos séculos seguintes, a “rachadura” apontada por Furtado em uma fenda progressivamente maior. Fenda esta que terminaria por ruir os alicerces das formas autoritárias de apropriação do excedente e conduziria o patriciado urbano ao poder. Mas o entendimento deste processo de *revolução burguesa* não se faria completo sem a análise de sua contrapartida – a *revolução científica*, que, ao tempo do infante Dom Henrique, ocorria nas cidades italianas:

“Na mesma época em que os portugueses acumulavam metodicamente conhecimentos da geografia dos espaços oceânicos e das costas continentais e desenvolviam

os meios técnicos que levariam a uma nova fase de expansão do comércio europeu, ocorria na Itália uma outra revolução, cujo alcance e significado não é captado facilmente pelo homem de nossa época, na qual a fronteira do saber se encontra no futuro. Essa revolução constitui na incorporação ao universo intelectual, no curso de umas poucas gerações, da parte essencial do estupendo acervo de conhecimentos que havia produzido a cultura grega clássica. Não se duvida de que o pensamento escolástico havia assimilado Aristóteles à sua maneira, e que toda uma ciência de tipo contemplativo se formara na linha do empirismo aristotélico a partir do século doze. Os *Comentários* estagiritas de Averroés eram tão conhecidos que Dante não pode deixar de assinalar esse filósofo em sua passagem pelo Limbo. Mas o que ocorre pela metade do século quinze é uma autêntica revolução cultural: a brusca descoberta de que o conhecimento do mundo havia sido no passado incomensuravelmente maior e o desejo sem medida de descobrir e abarcar esse conhecimento.” (ibidem, p. 136)

Furtado argumenta que o cerne dessa “revolução cultural” reside na progressiva substituição, capitaneada pelos pensadores renascentistas, da *filosofia empirista*, fundamentada em Aristóteles, pelo *neoplatonismo*. Enquanto a primeira privilegiava aspectos qualitativos, tomando a *experiência sensível* como alicerce de suas análises, a segunda, da qual Galileu e Descartes se tornariam os maiores representantes, baseava-se em um conjunto de abstrações construídas *a priori*. “Na visão de mundo que surge com Galileu e Descartes”, argumenta Furtado, “tudo é matematizável; não existe espaço para o qualitativo que nos vem pela percepção sensível. Identifica-se o espaço real como o da geometria e o movimento é concebido independentemente dos corpos em movimento. A mecânica passa a ser um ramo das matemáticas.” (ibidem, p. 155)

Tem início, assim, o primado do *mundo das idéias*. “Todas as outras formas de conhecimento”, prossegue o autor, “serão a seu lado desqualificadas; só o conhecimento científico será verdadeiro” (ibidem, p. 156)

Difundindo-se a partir da Itália por meio de veículos como a imprensa, que então ganhava impulso, esta concepção não tardaria a tornar-se hegemônica. O típico homem renascentista passaria a aplicar tais critérios “científicos” a dimensões que iam além da física dos corpos e da mecânica celeste. Maximizar, medir, prever, quantificar. A própria organização da economia e da produção seria objeto de estudo criterioso. E, antes tida como ente imerso em mistérios, ao qual o humano estava integrado, a natureza, a partir do Renascimento, desencanta-se; torna-se campo a ser dominado por sociedades enquadradas e regidas por um princípio maior: a razão. Furtado descreve este processo.

“A aplicação dos critérios de racionalidade à organização da produção não era outra coisa senão a quantificação de todos os ingredientes da produção, vale dizer, a redução do processo de produção a esquemas ‘geometrizáveis’. Também neste plano o qualitativo será evacuado de toda especificidade, perdendo significação na medida em que não possa ser reduzido ao quantitativo. Desta forma, o núcleo central da estrutura social – a organização da produção – tendeu a ser moldado pelas técnicas do pensamento quantitativo. A ação do homem como agente transformador do mundo passou a ser cada vez mais consciente, posto que passível de previsão.” (ibidem, p. 156)

Dominada a natureza e reorganizada a produção, o campo da racionalidade expande-se de tal forma que passa a enquadrar todas as dimensões da vida, relegando os aspectos qualitativos – relacionados a *fins* e não a *meios* – a segundo plano:

“Por outro lado, na medida em que os processos sociais de maior relevância passaram a estruturar-se com base no cálculo, o comportamento dos agentes sociais em outras esferas tendeu a refletir essas estruturas, espécie de balizamento que passa a ser visto como substrato da ordem social. O segmento da realidade social estruturado com base nos critérios de racionalidade tendeu a expandir-se, vendo-se nessa expansão a manifestação da razão da história. *A visão de mundo a partir do qualitativo foi relegada ao plano da consciência pré-racional ou ingênua, ou foi desviada para a esfera não-cumulativa da intuição artística.* O neoplatonismo galileano, ao produzir uma linguagem que será comum à visão da natureza e à prática social, apresenta-se como autêntica mutação no plano cognoscitivo. Dentro dessa perspectiva, organizar a produção com base em critérios racionais não era outra coisa senão submeter-se às ‘leis na natureza’” (ibidem, p. 156) [grifos nossos]

Mas deixemos de lado a *revolução científica* e retomemos o processo paralelo de *expansão horizontal* do capitalismo mercantil. Se a mudança na visão de mundo promovida pelos filósofos renascentistas fez-se acompanhar da abertura de novas rotas de comércio e da ascensão de Portugal e Espanha ao *status* de potências européias, este último movimento encontrava-se, segundo Furtado, em vias de esgotar-se. A conquista da África, de novos caminhos para a Ásia e a descoberta da América dinamizaram, ao longo do século dezesseis, a economia do velho mundo, promovendo o afluxo de metais preciosos e a ativação de regiões como Flandres, Holanda e Inglaterra, rivais dos mercadores venezianos.

Entretanto, o surgimento de novas nações mercantis terminaria por engendrar a concorrência que debilitaria o grande impulso europeu:

“Quando observamos mais de perto esse quadro, comprovamos que *as próprias forças postas em marcha pelo impulso externo contribuíram com o tempo para debilitá-lo*. O caso do comércio transoceânico com a Índia é ilustrativo a esse respeito. Conforme vimos, o monopólio exercido pelos portugueses durante um século não destruiu a rota do Levante – o que permitiu a Veneza conservar uma importante fonte de renda – e proporcionou margens substanciais de lucros às economias européias. Em 1595, os holandeses, que há muitos anos já recolhiam as especiarias em Lisboa (...) tomam a decisão de autonomizar-se: tentam o controle total do comércio estabelecendo contato com os portos da Índia. Cinco anos depois os ingleses os seguem e também contornam com seus barcos o cabo da Boa Esperança. Instala-se pela primeira vez uma efetiva concorrência, que se traduzirá em declínio substancial de preços. (...) Dada a inelasticidade da demanda, a consequência principal da baixa de preços seria reduzir as margens comerciais em benefício de uma camada da população que desfrutava de elevada renda e se caracterizava por uma altíssima propensão a consumir e/ou a investir em atividades improdutivas. Se se tem em conta a importância das especiarias no comércio da época, compreende-se que a nova situação haja repercutido negativamente no potencial acumulativo sob controle da burguesia.” (ibidem, p. 143) [grifos nossos]

A criação pelos holandeses de uma indústria açucareira nas Antilhas também contribuiria para esta tendência:

“O caso do açúcar nos descortina outros aspectos das transformações ocorridas nessa época. A criação de uma indústria açucareira nas Antilhas pela metade do século dezessete – com assistência técnica e financiamento dos holandeses, que vinham de ser expulsos do Nordeste brasileiro – acarretou forte e persistente declínio nos preços do produto, o qual se prolongaria pelo século seguinte. A nova situação leva à fragmentação do mercado no quadro do Pacto Colonial, o que beneficiaria as burguesias inglesa e francesa em detrimento dos interesses holandeses, que haviam realizado grandes investimentos na refinação e até então controlavam a comercialização em grande parte da Europa.” (ibidem, p. 143)

Neste novo quadro de perda de dinamismo, a economia inglesa, como ressalta Furtado, seria particularmente beneficiada. O autor demonstra como o ambiente de escassez de divisas, resultante da drenagem de metais preciosos em direção à Ásia, terminou por provocar a elevação de barreiras protecionistas por parte das potências européias, numa tentativa de reter meios de pagamento em solo nacional. Devido à sua relação privilegiada com a Coroa portuguesa, os ingleses, contudo, constituem exceção a esta regra. A canalização do ouro brasileiro para a compra de manufaturas produzidas em solo britânico faz com que a Inglaterra, em uma conjuntura marcada pelo comércio *bilateral*, gozasse das vantagens proporcionadas pelo *multilateralismo*:

“Na época que estamos considerando, o comércio internacional era de caráter essencialmente bilateral. Em face da relativa escassez de meios de pagamento – convém ter em conta que o comércio com o Oriente acarretava uma drenagem permanente de metais preciosos na direção da Ásia – todos os países procuravam *defender as suas reservas*, o que conduzia inexoravelmente ao bilateralismo. (...) Ora, é o multilateralismo que permite gozar do máximo de flexibilidade: manter a iniciativa, escolher os clientes, estar presente ali onde surge a boa condição. Porque se transformou em centro de transações multilaterais, a Inglaterra pôde emitir moeda de poder liberatório mundial, o que constitui um privilégio sem par. Em síntese: o importante saldo em ouro que obtinha no comércio com Portugal, proporcionou à economia inglesa grande flexibilidade em pleno período de perda de dinamismo do conjunto da economia européia” (ibidem, p. 146) [grifos do autor]

E tal flexibilidade permitiria à burguesia inglesa retomar seu processo de ascensão ao poder a partir de uma plataforma mais alta. Dava-se, a partir desse momento, o segundo embate entre patriciado urbano e corporações de ofício; entre tradição e modernidade; entre hierarquia e igualdade; entre as formas *autoritárias e mercantis* de apropriação do excedente.

Detalhemos este movimento. Diante de uma conjuntura internacional adversa, marcada pela recessão e escassez de divisas, a burguesia mercantil britânica lidera aquilo que Furtado denomina *expansão vertical* do capitalismo mercantil:

“As tensões do segundo período de perda de dinamismo transplantam, destarte, da Holanda para a Inglaterra o principal centro de comando da economia européia, ao mesmo

tempo em que o fulcro do processo de acumulação se deslocaria da abertura de novas linhas de comércio – expansão horizontal – para a transformação das atividades produtivas – expansão vertical. Em face de um universo comercial que já não se expande, a única forma de prosseguir com a acumulação é *desenvolver as forças produtivas*. Colocava-se, portanto, de imediato, o problema do controle das atividades produtivas, vale dizer, de substituição da forma tradicional de extração do excedente. Em linguagem atual: tratava-se de elevar a produtividade para gerar excedentes exportáveis e também para disputar o próprio mercado interno a certas importações. Coube ao setor têxtil algodoeiro exercer essa dupla função: gerar o fluxo de exportações e ao mesmo tempo reduzir a demanda interna de produtos do Oriente e assim limitar a drenagem de metais preciosos.” (ibidem, p. 147) [grifos do autor]

X X X

Recapitulemos o amplo percurso histórico descrito por Furtado. O autor, ao analisar retrospectivamente o processo de desenvolvimento do capitalismo, o faz por meio de um conceito central – o *excedente*, entendido em sua variante *autoritária e mercantil* – e de uma periodização marcada pelas tentativas de ascensão do patriciado urbano ao poder. Em um primeiro momento, com a desagregação do império de Carlos Magno, as corporações de ofício, representantes da velha ordem tradicional e hierárquica, impõem seu modelo de organização da sociedade. Como reação a esta derrota, a burguesia mercantil se *expande horizontalmente*, abrindo novas rotas de comércio, estabelecendo feitorias na Ásia e África, ampliando os horizontes geográficos da humanidade com a descoberta da América.

Ao mesmo tempo em que se dava a expansão horizontal da burguesia, uma nova concepção de mundo nasce em cidades italianas como Veneza e Florença. O Renascimento traz consigo a substituição da *visão aristotélica* – firmemente enraizada no empirismo e em uma ordem hierárquica do universo – pelo *neoplatonismo galileano*, segundo o qual o mundo das idéias e das abstrações comanda a realidade sensível. Inaugura-se o primado da matemática; impõe-se o *discurso científico* como expressão de *leis racionais* que regem a natureza, e que passariam, nos próximos anos, a serem aplicadas à própria ordenação das sociedades e dos processos produtivos.

Com o esgotamento da expansão horizontal capitalista – fruto da concorrência entre as potências européias pelas rotas de comércio e da conseqüente queda nos preços das especiarias – inaugura-se a fase de *expansão vertical* das relações mercantis, liderada pela burguesia inglesa. A partir deste momento, a ordem do dia é *desenvolver as forças produtivas* com o objetivo de aumentar os excedentes exportáveis e eliminar a necessidade de importação de produtos do Oriente, retendo-se, assim, os meios de pagamento em solo nacional.

E é precisamente na conjunção entre as revoluções *burguesa e científica* que Furtado observa o cerne e o sentido da civilização industrial. A expansão vertical do capitalismo se faria mediante a *racionalização* progressiva dos processos produtivos, a substituição – muitas vezes tensa e conflituosa – das formas autoritárias pelas mercantis de apropriação do excedente, a dissolução dos privilégios baseados na tradição, o fim de formas arcaicas de sociabilidade, a hegemonia progressiva de uma ideologia laica, cientificista, anti-hierárquica, e o submetimento da *criatividade* humana a critérios relacionados à *acumulação* e à *produtividade*.

Tem início a era moderna. E Furtado, ao longo das próximas páginas de *Criatividade e dependência na civilização industrial*, mostrará como a civilização burguesa, ao substituir a lógica dos *fins* pela dos *meios*, forjaria as cadeias que aprisionariam o homem dos países centrais a uma vida desprovida de sentido, e os cidadãos da periferia à condição de dependência.

b) As ciladas da modernidade

Em uma das mais belas passagens de *Criatividade e dependência*, Furtado recupera trechos de *A Gaia Ciência*, de Nietzsche, com o objetivo de ilustrar a grande peça pregada pela modernidade ao homem. O fragmento em questão é clássico. Refere-se à parábola do louco.

Em plena luz do dia, um homem acende uma lanterna em praça pública e lança uma interrogação aos transeuntes: “Onde está Deus?”. Vítima de escárnio geral, ele mesmo responde a sua pergunta: “Não sabem? Pois eu vou lhes dizer: nós matamos Deus” (ibidem, p. 161)

Tal passagem representaria, para Furtado, um lúcido grito de alerta para o fato de que a civilização moderna, ao basear-se em uma lógica cientificista, havia abandonado valores essenciais à existência. Regendo-se por critérios pautados pelos *meios* e predominantemente voltados para a *acumulação*, as sociedades industriais terminariam por confinar a criatividade humana aos limites impostos pelo mercado. *Matando Deus*, ou seja, dissolvendo o conjunto de valores transcendentais que atuavam como liga nas sociedades tradicionais, o homem contemporâneo perderia seu norte. E a lanterna nas mãos do louco de Nietzsche constituiria um derradeiro aviso; a luz que dela emanava em praça pública seria uma advertência à cegueira de nosso tempo. Nas palavras de Furtado,

“Graças a seu gênio profético, Nietzsche teve uma aguda percepção do impasse que parece ser inerente a nossa civilização. No centro de sua reflexão está a preocupação com os valores, a ansiedade com a *redefinição* dos valores, a identificação dos *fins*. Num mundo que se ordena em função dos *meios*, a sua solidão teria que ser total. É interessante notar que o clarão que se fez no seu espírito e o levou a entrever o fundo do abismo produziu-se em sua juventude quando meditava sobre a civilização grega clássica. Em última instância, quando se referiu ao nascimento da tragédia e à sua morte sob a influência crescente da ascensão do

‘homem teórico’, o que fez foi criar uma série de símbolos que nos permitem captar o que em seu espírito estava em gestação e não chegou plenamente a desenvolver-se até o grito confuso de *Ecce Homo*, já na fronteira da loucura. Esse clarão e a dolorosa gestação que se lhe seguiu não foram senão uma percepção aguda de que nossa civilização ao subordinar os fins aos meios avança aceleradamente para um despenhadeiro.” (ibidem, p. 160)

O louco de *A Gaia Ciência* será, a partir desse momento, referência constante na análise de Furtado. O alerta em praça pública constituirá a base sobre o qual o economista construirá uma *antropologia filosófica*, ou visão global do homem. A essência do humano, em seu ponto de vista, reside na *capacidade criativa*, que, nas sociedades marcadas pelas formas *tradicionais* ou *autoritárias* de extração do excedente, se manifestava de múltiplas formas – desde a expressão artística até as relações de produção. Pintar, representar, fazer música, criar a moeda, aperfeiçoar a divisão do trabalho; tais seriam, para Furtado, exemplos da particularidade maior do homem: a ânsia por ser *livre*.

Nas sociedades industriais, contudo, tal criatividade se transformará em mero instrumento de acumulação, reduzindo o trabalho – antes fundamento da sociabilidade – a um conjunto de relações difusas e estereotipadas, e estreitando os horizontes de entendimento do homem. O antigo mestre da corporação de ofício, que detinha consigo uma *visão global* do processo produtivo, é progressivamente substituído pelo alienado operário de fábrica, a executar repetidamente, dia após dia, como um autômato, funções mecânicas. Estava dada a armadilha da modernidade. O projeto renascentista – ampliar o domínio da humanidade sobre a natureza e sobre si própria – terminaria por atuar em sentido oposto, *fragmentando* o homem e submetendo seus valores e sua criatividade a um deus maior: o mercado.

“Colocar a serviço da satisfação das necessidades humanas a vontade de poder do homem: eis o projeto de ordem social subjacente à economia de mercado que alcançou plena maturidade no século dezenove. Ora, uma observação mais atenta desse sistema logo põe em evidência que nele a criatividade está subordinada à lógica dos meios, pois o conceito de necessidade humana não possui significado preciso e é definido à conveniência desses meios. Dessa forma, a liberdade assume o caráter de instrumento. Assim, a criação científica tende a subordinar-se às conveniências da inovação técnica; e a criação tecnológica às conveniências do processo de acumulação.” (ibidem, p. 164)

Expandindo-se em direção à África e Ásia, submetendo as antigas colônias portuguesas e espanholas a uma nova divisão mundial do trabalho e conferindo, assim, uma dimensão *imperial* aos ideais de europeus de civilização, a racionalização apontada por Furtado ocuparia progressivamente o lugar de culturas ditas “arcaicas”, homogeneizando-as, conformando-as, tutelando-as, dissolvendo-as. Países tão díspares como Índia e Brasil se integrariam a este sistema, caracterizado pela produção de manufaturas nos países centrais e pelo fornecimento de matérias-primas por parte da periferia. Tal integração se faria acompanhar da aliança estratégica entre elites européias, portadoras de hábitos, modos de vida e padrões de consumo “refinados”, e classes dominantes dos países agrícolas, para as quais o grande modelo de civilização a seguir encontrava-se em cidades como Londres, Paris, Roma, Berlim.

Inicia-se, dessa forma, o processo já definido em obras anteriores de Furtado como *modernização do subdesenvolvimento*. Nos países periféricos, o *excedente social* acumulado nas mãos das elites seria gasto na importação de bens de consumo, mimetizando padrões de vida externos. Entretanto, dado o nosso baixo nível de renda *percapita*, tal situação só se faria viável por meio de sucessivas rodadas de *concentração de renda*, que acompanhariam cada avanço nas técnicas e produtos dos países

desenvolvidos. Inaugura-se, abaixo do Equador, a *dependência*: tentativa constante de perseguir um ideal cada vez mais remoto de progresso; impõe-se o primado da *racionalidade instrumental* sobre a *racionalidade substantiva*, dos *meios* sobre os *fins*, das *técnicas* sobre os *valores*, da acumulação imitativa sobre nossas particularidades culturais:

“Posto que a tecnologia da civilização industrial está em permanente progresso e o vetor desse progresso é a acumulação, todo atraso relativo na acumulação traduz-se em aumento do custo das técnicas importadas em termos de unidades de mão-de-obra do país que as importa. A dependência deve ser percebida inicialmente como um conjunto de traços estruturais que emergem da história: a forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho gerando um atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas; a industrialização supeditada pela modernização reforçando as tendências à concentração de renda; a necessidade de importar certas técnicas facilitando o controle das atividades econômicas pelas empresas transnacionais.” (ibidem, p. 112)

Deus está morto – tanto no centro como na periferia. E, tal como o louco de *A Gaia Ciência*, Furtado também acenderá sua lanterna, sob a forma de *programas políticos* que visariam a repor a *criatividade*, os *fins* e os *valores* dos homens em seu devido lugar.

III) Novos paradigmas, novas formas de ação.

As estratégias políticas defendidas nos escritos de Furtado ao fim da década de setenta se desdobram em duas dimensões. Se, de um lado, o economista reforça a necessidade de ação conjunta das burocracias periféricas no plano internacional, nota-se, da mesma forma, a emergência em suas análises de novos temas, agendas, atores, propostas de ação. Em *Criatividade e dependência* movimentos até então ignorados por Furtado, como as *feministas* e os *ecologistas*, ganham espaço, articulados em torno de um conceito central – a criatividade.

Como o Quixote que adverte Sancho para o valor da liberdade, Furtado alerta seus leitores para a tendência preponderante da civilização moderna a aprisionar o homem às engrenagens da racionalização, do cientificismo, das novas formas de organização das sociedades industriais. Nesta conjuntura, a política, entendida como manifestação maior do anseio humano por liberdade, constituiria espaço criador por excelência:

“A engrenagem e o labirinto, que com freqüência são a face visível da *organização*, produzem no homem uma insegurança essencial, raiz das grandes vagas de idolatria que assinalam este século. Perdido o sentido de propósito, a confiança em si mesmo para orientar-se, o homem tende a sobrevalorizar a segurança e volta-se submisso para quem lhe oferece. Que outra coisa, senão segurança, oferece o Estado, ‘esse monstro frio’ de que nos fala Nietzsche, em cujo seio o ‘suicídio de todos recebe o nome de vida’. A abdicação diante do Estado significa a destruição do único espaço em que na civilização industrial floresceu autêntica atividade criadora, que é o da política. Se criatividade é liberdade, em nossa época a única forma autêntica de liberdade que existe é a política.”(ibidem, p. 167)

[grifos do autor]

E quais seriam, nas sociedades industriais, as vias de manifestação dessa liberdade? Furtado descarta os partidos políticos e a mobilização sindical como espaços de exercício de uma autêntica atividade criadora. Em seu ponto de vista, tais organizações estariam aprisionadas no interior de estruturas burocráticas – espaço de ação dos partidos – ou seriam regidos, como no caso dos movimentos sindicais tradicionais, por motivações ligadas unicamente a aumentos de salários e expansão do poder de consumo. Mas tal confinamento da atividade política tradicional a lógicas *unidimensionais* não ocorreria, argumenta, em movimentos como o *ecologista*, marcado pela *crítica às formas estabelecidas de poder*:

“O observador da vida política nos países que estão na vanguarda da civilização industrial facilmente percebe uma multiplicidade de gretas de importância real difícil de estabelecer. Uma delas desperta particular atenção, em razão da dificuldade de inserir as forças que produz nas correntes que dominam tradicionalmente a vida política. È o *movimento ecologista*.” (ibidem, p. 176)

Tal movimento encontraria a fonte de sua criatividade na mobilização das formas de *associação política direta*, há muito excluídas das estruturas burocratizadas:

“Que os homens hajam tomado tanto tempo para perceber que a lógica do sistema capitalista – no qual a administração dos recursos não-renováveis está subordinada a interesses privados – leva a um implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza, ficará como o maior paradoxo de uma civilização que pretendeu ter na razão seu princípio unificador. Mas, uma vez

formada a consciência desse problema, tudo indica que ele tenda a ocupar posição de crescente relevo na vida política. *É que por essa via se reintroduzem na cidade forças que há muito haviam sido dela excluídas, e com elas as formas de associação direta que canalizam para a arena política o máximo de iniciativa dos indivíduos, ao mesmo tempo que reduzem ao mínimo o risco de manipulação que engendra o tratamento técnico da informação.*” (ibidem, p. 176) [grifos nossos]

“O ressurgimento da atividade política direta”, prossegue Furtado, “poderá ser o ponto de partida para a neutralização das forças que estão produzindo a burocratização da vida política nas sociedades industriais. Todo processo de concentração de poder engendra burocratização, que outra coisa não é senão a tomada de consciência do poder por aqueles que tem o controle dos instrumentos desse poder.” (ibidem, . 176) E da mesma forma que o movimento ecologista, o *feminismo*, assinala o autor, poderia constituir uma trincheira contra a burocratização, a racionalização, a supressão e o cerceamento da liberdade:

“Outro ponto que merece referência, como anunciador de possível metamorfose no processo político, é a tomada de consciência pelas mulheres da situação subalterna que lhes corresponde na sociedade industrial. Nas sociedades em que a instituição familiar serviu de quadro ordenador de múltiplas funções – abrangendo a reprodução humana, a transmissão da herança cultural, atividades econômicas e políticas – o sexo constituiu referência fundamental na formação da visão do mundo. As linhas de parentesco eram a trama básica da ordenação social e a divisão do trabalho tinha no sexo seu mais importante plano de clivagem” (ibidem, p. 179) [grifos nossos]

Retomar a *pluridimensionalidade* do homem, mediante novas formas de ação política. Este é, em síntese, o objetivo que transparece nestes escritos de Furtado. Mas o economista, ao mesmo tempo em que enfatiza o papel central dos novos atores que entram em cena na cidade, não deixa também de ressaltar a importância de um grupo social já presente em seu pensamento desde os anos cinquenta: a burocracia de Estado. Esta se faria necessária a partir do momento em que o processo de *racionalização* assumisse, nos países periféricos, dimensões específicas, relacionadas à condição de *dependência*. A mobilização dos ecologistas e das feministas deveria assim se fazer acompanhar, no plano internacional, de alianças políticas entre Estados nacionais do Terceiro Mundo, visando a ganhar espaços de manobra na ordem política e econômica mundial, rumo à condição de *interdependência*:

“Se admitimos que o isolamento não é solução, o objetivo estratégico passa a ser minimizar o custo da dependência e explorar todos os caminhos que conduzem à substituição desta pela *interdependência*. *Deixando de lado os circunlóquios: trata-se de modificar as relações de força que são o substrato da ordem econômica internacional*. A luta contra a dependência passa, portanto, por um esforço para modificar a conformação global do sistema.” (ibidem, p. 114) [grifos nossos]

E resquícios de otimismo com a articulação política do Terceiro Mundo também se fazem evidentes:

“Que se esteja atualmente discutindo essa questão – mais precisamente que a conformação global do sistema haja sido questionada – é clara indicação de que a relação de forças se está modificando a favor dos países dependentes. Certo: em grande parte dos países periféricos, as relações externas de dependência estão introjetadas nas estruturas de dominação social. *Mas, conforme já observamos, isso não impede a emergência de estruturas de poder tecnoburocrático capazes de explorar a nova situação que se está formando.* Demais, a evolução se apresenta inicialmente como sendo exterior a cada país considerado isoladamente, e é principalmente explorada por alguns dos países que reúnem as condições internas para fazê-lo. A iniciativa que assumem estes países em situações concretas ativa a evolução global e repercute favoravelmente em outros.” (ibidem, p. 115) [grifos nossos]

Para Furtado, a mobilização política do Terceiro Mundo deveria levar em conta cinco *recursos de poder* preponderantes no sistema internacional: o controle da tecnologia; o controle das finanças; o controle dos mercados; o controle do acesso à fontes de recursos não-renováveis; o controle do acesso à mão-de-obra barata. (ibidem, p. 115) Como os três primeiros estariam nas mãos dos países centrais, caberia às nações periféricas mobilizar os dois últimos como elementos de modificação das estruturas hegemônicas de poder, lideradas pelo estrato social capaz de articular *sínteses* entre as particularidades políticas, econômicas e culturais dos países dependentes: a tecnoburocracia.

“Seria erro subestimar a margem de manobra das tecnoburocracias que controlam grande parte dos Estados periféricos, mesmo quando elas não emanam diretamente das estruturas tradicionais de poder. Não se trata do tipo clássico de burocracia weberiana: instrumento ou aliado de um poder com fontes próprias de legitimação. A estrutura

tecnoburocrática do novo Estado, mesmo quando está ligada a estamentos tradicionais, assume um papel hegemônico graças às funções que exerce nas relações exteriores e principalmente na confrontação com as empresas transnacionais. Porque têm acesso a certas fontes de informação e dominam certas técnicas de comunicação, os elementos que constituem o estamento tecnoburocrático dispõem de meios para descobrir as oportunidades de cooperação externa.” (ibidem, p. 106)

Mas aqui observamos uma *ruptura* entre o pensamento de Furtado das décadas de cinquenta e sessenta, marcado pela crença ferrenha no planejamento e no papel diretor a ser desempenhado pela burocracia, e sua ideologia de fins da década de setenta. Se o discípulo de Manheim não deixa de ainda enfatizar a posição estratégica dos intelectuais de Estado, a ação destes, entretanto, poderia, caso não fosse *impulsionada pela mobilização das sociedades civis*, resultar em apatia, passividade e conformismo:

“Porque goza dessa autonomia, o poder técnico-burocrático tem em certos casos enveredado pelo caminho das reformas de estrutura, quase sempre objetivando acelerar o processo de modernização. O nasserismo dos anos cinquenta e o velasquismo das sessenta são exemplos notáveis de reconstrução de estruturas sociais empreendidos por líderes que manipulavam tecnoburocracias. *Esse trabalho de reconstrução, empreendido de cima para baixo, só excepcionalmente penetra na consciência das populações que dele se beneficiam.* Daí o clima de passividade social que muitas vezes acompanha muitas dessas reformas e a facilidade com que em muitos casos são anuladas ou neutralizadas. Quando são profundas e conduzem à destruição das formas tradicionais de dominação social, aumentam

consideravelmente o poder da tecnoburocracia, que passa a exercer a tutela direta sobre a população.” (ibidem, p. 106)

IV) Conclusões

No capítulo anterior, tentamos demonstrar como *Análise do modelo brasileiro* e *O mito do desenvolvimento econômico* representam *momentos de transição* nas reflexões empreendidas por Furtado, e como tais obras carregam consigo a principal característica das transições: a presença simultânea do velho e do novo, do passado e do futuro. Se nelas Furtado incorpora novos elementos a seu *paradigma* – como o conceito de *modernização do subdesenvolvimento* – seus *programas políticos*, como nos esforçamos por evidenciar, ainda são marcados pela crença no papel central da burocracia de Estado e em sua ação como elemento de *síntese* e de *conciliação* entre elementos antagônicos. É certo que Furtado caminha passos adiante, inserindo definitivamente questões como a *cultura* em seu sistema conceitual. Mas, ao caminhar, volta insistentemente os olhos para trás, em direção a concepções consagradas nas décadas de 50 e 60.

Prefácio à nova economia política, *Pequena introdução ao desenvolvimento* e *Criatividade e dependência na civilização industrial* representam a maturação das novas idéias de Furtado sobre o fazer político. Com efeito, nelas o povo – entendido como as organizações articuladas no seio da sociedade civil – entra definitivamente em cena, não mais como coadjuvante, mas como protagonista; não mais como elemento a ser tutelado pela *intelligentsia*, mas como real portador da *criatividade*. Nunca é demais relembrar uma passagem central de *Criatividade e dependência* acerca do papel das tecnoburocracias e das possíveis conseqüências de seus trabalhos de reconstrução social: “Esse trabalho de *reconstrução*, *empreendido de cima para baixo*, só excepcionalmente penetra na consciência das populações que dele se

beneficiam. Daí o clima de passividade social que muitas vezes acompanha muitas dessas reformas e a facilidade com que em muitos casos são anuladas ou neutralizadas” (ibidem, p. 106) [grifos nossos]

Notamos, portanto, uma inversão na *ênfase* do pensamento político de Celso Furtado. Se nele a burocracia ainda desempenhará papéis fundamentais – vale lembrar a alusão do autor a sua função central na articulação global da *interdependência* – a ação política verdadeiramente criadora, aquela que romperá as armadilhas da modernidade, será levada adiante por movimentos sociais ainda não atrelados a normas, ritos e rotinas consagradas. As *feministas* e os *ecologistas* constituem claros exemplos desta nova tendência.

Acreditamos que tal *ruptura* em seu paradigma encontra suas raízes teóricas na recuperação do conceito de *excedente* tal como formulado pelos fisiocratas; na idéia da *estratificação social* como elemento basilar da acumulação. Ao ampliar a noção de excedente, vinculando-a a distintos *projetos*, a diferentes *fins*, a valores conflitantes, ao relaciona-la ao conflito, às tensões, às lutas sociais e ao progresso material, Furtado caminha na direção dos propósitos estabelecidos em *Prefácio à nova economia política*: criar uma *teoria social global* que, rompendo com os estreitos limites da análise econômica, pudesse elucidar as especificidades históricas do subdesenvolvimento e servir de base a novas estratégias de ação. Transcendendo o campo da economia, Furtado sistematiza, modifica e aperfeiçoa reflexões já presentes em textos da década de 60, como *Dialética do desenvolvimento*, criando uma teoria do excedente calcada em um elemento central – o *conflito*.

Da mesma forma, ao vincular, por meio de sua *antropologia filosófica*, a idéia de desenvolvimento ao processo de expressão das potencialidades inerentes ao homem, Furtado subverte as discussões de suas teorias formuladas no período anterior à década de 70. A industrialização, antes vista como estratégia de superação do atraso, agora é encarada como veículo de transmissão unilateral dos valores das sociedades capitalistas centrais; de racionalização, controle e tutela das pulsões criativas do humano. A técnica constitui *uma das muitas* formas de expressão da criatividade, e não mais um elemento

libertador por excelência. É claro que Furtado não nega os benefícios da formação de um sistema industrial autônomo. Mas este deverá ser desenvolvido a partir de nossas especificidades culturais, e de forma alguma poderá uniformizar e dissolver nossa singularidade enquanto povo. -

Nosso autor move-se, assim, da ênfase na *racionalidade instrumental* dos anos 50 e 60 para a valorização da *racionalidade substantiva* de suas obras “filosóficas”⁷; do primado do intelectual para o estímulo à mobilização popular autônoma. Seus *programas políticos* desdobrar-se-ão, a partir desse momento, em dois planos: a defesa da articulação internacional entre as nações periféricas e a necessidade de entrada em cena, na política interna destes países, de setores historicamente alijados do poder. Tais estratégias guardariam estreitas relações com a desagregação da ordem econômica internacional e com progressivo enfraquecimento do regime que exilara Furtado e toda uma geração de militantes e intelectuais. Os anos seguintes seriam anos de anistia; de retorno do ex-ministro de João Goulart à cena política brasileira.

Mas esta é uma história que será contada no próximo capítulo.

⁷ Novamente usamos, aqui, a expressão mobilizada por Francisco de Oliveira para o entendimento das obras escritas por Furtado a partir de fins da década de 70.

Capítulo 3 – Crise, abertura e retorno.

“...Meu Brasil
Que sonha
com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
num rabo de foguete
Chora
A nossa pátria-mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil...”

João Bosco e Aldir Blanc

O fim da década de setenta e o início dos anos oitenta seriam tempos de crise, abertura e retorno para os brasileiros. A crise se manifestaria por meio do fim da idéia de “milagre econômico”, da falência do modelo político instituído em 1964 e da erosão dos sonhos associados ao projeto de Brasil-potência. A abertura, ainda que contida, tutelada e incompleta, representaria o ato inicial da desmontagem do edifício autoritário. E o retorno do círculo de intelectuais que assessoraram João Goulart traria de volta à cena política de nosso país toda uma geração comprometida direta ou indiretamente com o programa de Reformas de Base dos anos sessenta.

Tempos de crise, tempos de abertura, tempos de retorno de Celso Furtado à atividade pública. Após um longo exílio, marcado pela reflexão e reconstrução de *paradigmas*, nosso autor assume novamente funções de homem de Estado. Em 1985 é nomeado embaixador brasileiro perante a Comunidade Econômica Européia, cargo que deixaria para assumir, até 1988, o posto de ministro da Cultura de José Sarney. (Mallorquin, 2005: 292)

Em seus escritos ao longo deste período, as reflexões epistemológicas – característica central de seu pensamento de fins da década de setenta – cederão lugar à análise de conjunturas específicas e concretas; à aplicação prática de termos e conceitos desenvolvidos em seus tempos de pensador “errante

pelo mundo”. Após mergulhar em questões tão amplas como a relação entre cultura e dependência, como o papel da criatividade nos processos de desenvolvimento econômico, como o lugar da periferia no longo e tortuoso processo de formação das sociedades industriais, Furtado mobilizará, agora como embaixador e ministro de Estado, seu arsenal teórico com o objetivo de apreender a realidade brasileira e mundial de sua época. Proporá novas formas de ação política, definirá reformas a serem executadas, posições a serem assumidas, rumos a serem tomados. Dirigirá seus textos a um público mais amplo, parecendo haver novamente encontrado aquilo que definira como o verdadeiro papel do intelectual: fornecer subsídios à ação.

Nas páginas seguintes, analisaremos os momentos finais das mudanças, re-elaboraões e rupturas na ideologia política de Celso Furtado e nos *programas de ação* a ela associados. Sustentaremos a seguinte tese: suas reflexões ao longo da década de oitenta e noventa dão-se em torno de um diagnóstico de *crise*, fundamentado nas idéias de *construção interrompida* da nação, de falência do sistema de Bretton Woods, de inexistência de centros reguladores da economia internacional e de desagregação dos *sistemas econômicos nacionais*⁸ da periferia. Nessa conjuntura, Furtado propõe estratégias e programas de ação baseados na necessidade de um novo *pacto político*, por meio do qual segmentos historicamente alijados de nossos processos de tomada de decisão ocupariam espaço na arena do poder. Pois a *nação brasileira*, em seu ponto de vista, somente seria forjada e plenamente construída se sua cultura popular – historicamente relegada a segundo plano pelo processo de modernização do subdesenvolvimento – pudesse se fazer, finalmente, ouvir.

⁸ Por *sistema econômico nacional* Furtado compreende “a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem estar coletivo” (Furtado, 1992: 30)

I) A construção interrompida: condicionantes *externos* da desarticulação dos centros nacionais de decisão.

Um retorno à visão global de Prebisch. Este seria, para Furtado, o principal requisito ao entendimento da ordem política e econômica capitalista de fins do século XX.

Segundo Furtado, o grande mérito da análise desenvolvida pelo economista argentino em seus estudos clássicos da década de quarenta ligava-se à formulação dos conceitos de *centro* e *periferia*. Prebisch, ao retratar a dinâmica capitalista como um processo de *difusão desigual* do progresso técnico dos países centrais em direção aos periféricos, teria desenvolvido a mais bem embasada crítica à teoria clássica das vantagens comparativas. A *deterioração dos termos de troca*, idéia síntese que atuou como liga política entre os países do Terceiro Mundo, seria expressão desta força e alcance. Mas as modificações estruturais que marcaram o capitalismo a partir da década de sessenta teriam colocado na ordem do dia uma *atualização* dos conceitos clássicos da CEPAL.

Prebisch criara suas teorias como consequência de estudos sobre as *flutuações cíclicas* da economia capitalista. Identificando os países centrais como origem tanto do estímulo quanto da depressão por que passavam de tempos em tempos as regiões exportadoras de matérias primas, o economista teria exposto a fratura estrutural do sistema de divisão internacional do trabalho. Suas idéias se fundamentavam na crítica às teorias clássicas sobre o desequilíbrio das balanças de pagamentos, segundo as quais fugas de divisas seriam compensadas por afluências futuras, tendendo o sistema, assim, ao equilíbrio.

Tal convergência, para Prebisch, poderia de fato ter ocorrido enquanto a Inglaterra desempenhava o papel de centro dinâmico do sistema capitalista internacional – visto que seu coeficiente de importações era da ordem de 30% entre 1870 e 1914. Mas a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica teria modificado fundamentalmente essa estrutura, com grande prejuízo para os países periféricos. A economia estadunidense, caracterizada por seu baixíssimo grau de abertura – da ordem de 3,1% em 1949 – nunca poderia ter o mesmo poder indutor global da britânica. Os desequilíbrios

nas balanças de pagamentos tenderiam, portanto, a perpetuar-se, assim como o atraso, a pobreza e o subdesenvolvimento. (Furtado, 1992: 63)

A despeito de ter apontado corretamente as conseqüências do surgimento de um novo *centro hegemônico*, Prebisch, segundo Furtado, não aprofundou suas análises nesse sentido, talvez contagiado pelo otimismo que se seguiu aos acordos de Bretton Woods. A ordem econômica e política internacional então instituídas pareciam trazer consigo um retorno aos tempos de dinamismo e equilíbrio. Entretanto, a erosão progressiva deste conjunto de instituições a partir da década de sessenta implicava atualizar as idéias de Prebisch, de maneira que estas pudessem ser mobilizadas em uma nova conjuntura, marcada pela *desarticulação dos centros reguladores da economia internacional*:

“Ao contrário da primeira vertente da visão ‘centro-periferia’ – ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento –, esta segunda não foi devidamente elaborada nos anos que se seguiram à sua formulação, se bem que os desequilíbrios da balança de pagamentos houvessem passado a ser o problema principal da economia internacional a partir do decênio de 60” (ibidem, p. 64).

Furtado, em textos como *O Brasil pós-milagre* e *Brasil: a construção interrompida*, sustenta a tese de que tal desarticulação se desdobrou em *quatro linhas de força*: a) a integração dos mercados dos países capitalistas centrais; b) o avanço da acumulação no bloco socialista; c) os impactos da corrida armamentista na orientação do progresso tecnológico; d) a emergência do Terceiro Mundo como ator político global.

O *primeiro movimento* seria expressão da tutela política e econômica promovida pelos Estados Unidos no quadro da guerra fria:

“Em primeiro lugar se delineou um processo de crescente integração dos mercados dos países industrializados capitalistas, sob a tutela política e égide militar dos Estados Unidos. Essa integração permitiu que se intensificasse a concentração do poder econômico e que este engendrasses centros de decisão de âmbito de ação transnacional com crescente autonomia vis-à-vis dos Estados nacionais. Em consequência, as atividades econômicas se foram internacionalizando em seus segmentos mais dinâmicos o que se traduziu em declínio da capacidade dos Estados nacionais para coordená-las.”(Furtado, 1981: 97) [grifos nossos]

Já a acumulação na área que Furtado denomina de “coletivista autoritária” seria caracterizada pela *dependência tecnológica* em relação ao bloco capitalista.

“Em segundo lugar, manifesta-se um avanço considerável da acumulação numa ampla área que se demarca fora do sistema capitalista, área constituída por uma constelação de países em que prevalece o que poderíamos chamar de coletivismo autoritário. À diferença do que ocorre no mundo capitalista, esta área é bipolar no que respeita à superestrutura militar. Demais, a acumulação que dá dinamismo a essas economias é em grande parte tributária de tecnologia transplantada da área capitalista.” (ibidem, p. 98) [grifos nossos]

A corrida armamentista, por sua vez, seria responsável pelo financiamento público do desenvolvimento tecnológico em função de objetivos militares, estimulando a *lógica dos meios*, privilegiando a *racionalidade instrumental*, orientando o *progresso tecnológico*, confinando a *criatividade humana* e fragmentando, dessa forma, nossa *compreensão* da vida e do mundo.

“*Em terceiro lugar*, cabe assinalar o peso crescente na economia mundial de uma carreira armamentista de reflexos profundos na orientação do progresso tecnológico. Sendo financiada em grande escala por orçamentos militares, a tecnologia tende a ganhar autonomia no quadro da vida social, na qual instila formas de irracionalidade que estão na raiz da *inaptidão do homem contemporâneo para apreender globalmente o processo histórico*.”
(ibidem, p. 98) [grifos nossos]

Por fim, a ascensão do Terceiro Mundo como *ator político global* evidenciaria a conscientização de parcelas significativas da população do planeta acerca da condição de subdesenvolvimento.

“*Em quarto lugar*, está a emergência na esfera política internacional do que se convencionou chamar de Terceiro Mundo, ou seja, a vasta área, que abarca metade da humanidade, em que a civilização industrial penetrou pela via da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho engendrado pelo poder expansionista das economias capitalistas industrializadas. Nessa área os sistemas de poder mundial, capitalista e coletivista autoritário, se recortam zonas de influência de maior ou menor estabilidade. *Mas o que*

caracteriza a heterogênea constelação de países que a formam é a progressiva tomada de consciência da situação de dependência em que se encontram e da necessidade de unir forças para modificar a estrutura de poder mundial, sem o que dificilmente poderão romper as amarras dessa dependência” (ibidem, p. 99) [grifos nossos]

As quatro linhas de força apontadas por Furtado guardariam entre si uma relação eminentemente *política*. A integração dos mercados centrais sob tutela dos Estados Unidos se justificava, assim como o financiamento público da corrida armamentista, em função de considerações ligadas à segurança do bloco ocidental. Os mesmos imperativos regeriam, no bloco socialista, o caráter da acumulação. E a ascensão do Terceiro Mundo como ator global poderia ser compreendida como uma tentativa de abertura de espaços de manobra no interior desta ordem bipolar.

A dissolução do sistema de Bretton Woods se daria, portanto, por meio da interação entre estas quatro dimensões, tendo como pano de fundo a progressiva incapacidade dos Estados Unidos de atuarem como centro hegemônico. “Com efeito”, salienta Furtado, “a tutela norte-americana, legitimada pela guerra fria – exercício de política internacional sem qualquer fundamento racional a que se prestou a defunta União Soviética –, entrou em franco declínio sem que se haja avançado na montagem de um quadro institucional que se incline a operar sem atritos uma multipolaridade de contornos ainda incertos” (Furtado, 1992: 16)

Mas quais teriam sido as causas imediatas dessa decadência? Furtado argumenta que a ascensão e queda dos Estados Unidos como *hegemon* do sistema internacional deram-se ao longo de alguns momentos históricos centrais: de início, beneficiando-se da destruição da economia européia na Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos mantêm amplo saldo comercial em conta corrente, o que lhes permite financiar gastos no exterior e acumular grandes reservas de câmbio (ibidem, p. 65); tal período de

“escassez de dólares”, porém – marcado pela drenagem de divisas em direção à economia estadunidense – , daria lugar, em fins da década de sessenta e início dos anos setenta, à *sobrevalorização* e ao *fim da conversibilidade* desta moeda. Segundo o autor,

“O que se observou a partir dos anos sessenta foram modificações profundas nas relações entre as economias cêntricas, que afetaram seriamente a posição norte-americana como centro principal. O sistema de taxas de câmbio fixas, que vinculava o dólar ao ouro, dava lugar a uma evidente sobrevalorização dessa moeda, o que repercutiu negativamente na competitividade externa da economia norte-americana. De forma paradoxal, essa situação favoreceu os investimentos das empresas norte-americanas no exterior, o que também se traduziu em pressão sobre as reservas de ouro do centro principal. Em 1963, o governo Johnson introduziu a lei chamada *Interest Equalization Act*, tentando frear a saída de capitais – primeiro sinal de debilidade de uma economia que desempenhava o papel de centro motor do mundo capitalista. Ora, consequência dessa medida foi o reforçamento do emergente mercado do eurodólar, já que as empresas norte-americanas que operavam no exterior começaram a reter fora do país seus ativos líquidos. Ao acumular-se uma grande massa de liquidez em dólares nos bancos centrais dos países cêtricos, e também em bancos privados norte americanos no exterior, a convertibilidade do dólar em ouro tornou-se insustentável.”
(ibidem, p. 66) [grifos do autor]

Notemos que o primeiro *evento histórico* apontado por Furtado como causa da crise de hegemonia dos Estados Unidos guarda estreitas relações com o processo de *integração dos mercados centrais* e de *transnacionalização* das multinacionais estadunidenses. A tendência destas a reter seus

lucros no exterior, burlando o *Interest Equalization Act* de Johnson, dará origem à imensa massa de liquidez do mercado de eurodólares. Mas a posição deste país também seria afetada em função de gastos ligados à *segurança do bloco ocidental*. Ou seja: à *segunda* e à *terceira* das quatro linhas de força estabelecidas pelo economista.

“Se aprofundarmos a análise desses fatos, veremos que não foi somente a sobrevalorização do dólar que atuou no sentido de comprometer a posição de centro principal que certamente ocupou a economia norte-americana até começos do decênio de 1970. Também contribuiu para esse resultado o peso dos gastos que realizou o governo norte-americano na montagem de um sistema de segurança que compreendia instalações militares em todos os continentes. O fato de que a economia dos Estados Unidos era relativamente pouco aberta para o exterior restringia sua capacidade de realizar gastos que incorriam em custos em divisas. Com o correr do tempo, os enormes gastos militares forçariam o governo de Washington a cobrir os desembolsos no exterior com emissões de papel-moeda de circulação internacional forçada, vale dizer, obrigando os bancos centrais de outros países a acumular excessivas reservas em dólares, as quais se transformavam em títulos da dívida pública do governo dos Estados Unidos. Basta observar o comportamento dos gastos militares, realizados em proporção crescente fora do território do país nos anos 60, para comprovar a magnitude das deslocções que se produziram na economia norte-americana, levando-a a uma situação de dependência financeira com respeito a outras economias cêntricas. Em 1973, os gastos militares representavam 5,6% do PNB desse país. Esses gastos reduzem o potencial de investimento do setor público em atividades econômicas e sociais. E, a partir desse ano, observa-se uma sensível diminuição da taxa de crescimento da produtividade média da economia.” (ibidem, p. 67)

Já a *quarta linha de força* – o papel político desempenhado pelo Terceiro Mundo – se faria sentir sob a forma da elevação abrupta dos preços do petróleo. Os dois choques comandados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) acentuariam as turbulências do sistema internacional, provocando desequilíbrios nas contas externas dos países centrais, aumento da liquidez global e endividamento desenfreado dos países periféricos.

“Esse quadro de desajustes foi agravado no segundo semestre de 1973 pela elevação brutal dos preços do petróleo, o que permitiu a um grupo de países sem capacidade para absorver grandes recursos financeiros acumular de maneira precipitada enormes reservas sob a forma de certificados de depósito em bancos internacionais. O desequilíbrio provocado nas contas externas dos países cêntricos – quase todos eles grandes importadores de petróleo – levou-os a buscar por todos os meios o aumento de suas exportações. O esforço de abertura adicional das economias industriais, realizado em seguida à comoção do aumento do preço do petróleo, teve como contrapartida o incremento das importações dos países periféricos, assim como uma transformação do excesso de liquidez dos bancos internacionais em créditos sobre esses países. As economias subdesenvolvidas, que lutavam tradicionalmente com grande escassez de capital, encontram-se repetidamente em face de uma oferta completamente elástica de recursos financeiros no mercado internacional a taxas de juros negativas.” (ibidem, p. 68)

Articuladas e determinando-se mutuamente, as quatro linhas de força que erodiriam o sistema de Bretton Woods encontravam, dessa forma, sua síntese na expansão da liquidez, da inflação, do desequilíbrio e do endividamento externo no sistema capitalista internacional:

“A conjunção de uma oferta de capitais sem restrições no plano internacional e do empenho dos países cêntricos em corrigir o desequilíbrio de suas contas externas – provocado pela brusca elevação dos preços do petróleo – explica a rápida acumulação de dívida externa por países que buscavam meios para intensificar seu crescimento ou simplesmente para elevar o nível de seus gastos.” (ibidem, p. 68)

Tomando como ponto de partida a visão de *centro e periferia* formulada por Prebisch e adaptando-a a um contexto de *crise de hegemonia* global, Furtado estabelece assim o pano de fundo para suas análises políticas das décadas de oitenta e noventa. Como apontamos na introdução deste capítulo, a progressão de seu pensamento é clara: o progressivo enfraquecimento dos Estados Unidos no plano externo, acompanhado da inexistência de novos centros reguladores de âmbito internacional, traria graves conseqüências para os países periféricos, interrompendo e obstaculizando a construção de *sistemas econômicos nacionais*. E o último passo rumo à recessão da década de oitenta seria dado em 1979, quando o aumento abrupto das taxas de juros por parte da Reserva Federal elevaria a dívida externa do Terceiro Mundo a patamares insustentáveis:

“Em 1979, o governo norte-americano decidiu abandonar a atitude negligente face à inflação e optou por uma política de choque, de tipo cruamente monetarista. Mas ocorre que o sistema monetário internacional se baseia no dólar, e a criação do eurodólar não é mais do que um multiplicador de crédito, a partir de depósitos em dólares realizados fora dos Estados Unidos. As autoridades monetárias norte-americanas têm, portanto, o poder de atuar sobre o mercado monetário internacional mediante a manipulação da base monetária de seu país. Se as taxas de juros são elevadas pela Reserva Federal, forma-se imediatamente uma

corrente de recursos financeiros em direção a esse país, junto com a alta das taxas de juros do mercado internacional.” (ibidem, p. 69)

A *crise* – presença e palavra constante nos diagnósticos que Furtado traçará nos próximos anos – teria sua origem nos processos de *desajuste* e nas tentativas de *reajuste* no interior do sistema capitalista internacional.

“Dessa maneira, dois processos de ajustamento ocorridos nas economias cêntricas – o primeiro, ligado ao esforço de recuperação do equilíbrio externo dessas economias em seguida à primeira elevação dos preços do petróleo e tornado possível pela abundância descontrolada de liquidez internacional; o segundo, no tocante às políticas monetárias restritivas do governo norte-americano e à forma como vem sendo financiado o déficit fiscal desse governo – se encontram no ponto de partida da enorme dívida que pesa atualmente sobre os países que constituem a periferia do sistema capitalista.” (ibidem, p. 70)

Recessão, hiperinflação, compromissos internacionais a constranger e a coagir as sociedades periféricas durante os anos oitenta e noventa. Se tal conjuntura encontraria parte de seus determinantes na desordem econômica internacional da década de setenta, os *arranjos econômicos* e os *pactos políticos* realizados nestes países ao longo deste período também teriam sua parcela de culpa. E Furtado demonstrará, no caso específico da sociedade brasileira, como a política econômica da ditadura – com seus ajustes, reajustes, idas, vindas e reiteradas tentativas de sustentar o *crescimento econômico* em um

período de turbulência internacional – representaria uma reedição de um conceito por ele cunhado e de nós já conhecido: a *modernização do subdesenvolvimento*.

II) A construção interrompida: condicionantes *internos* da desarticulação dos centros nacionais de decisão.

Ao analisar o modelo econômico implantado a partir de 1964 no Brasil, Furtado mobilizará conceitos, temas e reflexões presentes em seus *paradigmas* desenvolvidos durante a década de 70. O estudo retrospectivo do fracasso do “milagre brasileiro” será realizado por meio de conceitos como o *excedente*, vinculado a um determinado tipo de estratificação social; a *modernização do subdesenvolvimento*, base da aliança entre burocracia estatal, empresas transnacionais e classes médias; a *cultura*, entendida como espaço por excelência de possíveis reações a este modelo. *O Brasil pós-milagre*, *Cultura e desenvolvimento em época de crise* e *Brasil: a construção interrompida* constituem, assim, tanto o ponto de maturação das novas reflexões teóricas de Furtado como o momento em que suas renovadas concepções políticas serão aplicadas à realidade brasileira.

Tomemos um trecho de *O Brasil pós-milagre* como evidência dessa orientação. De início, antes de analisar detidamente a política econômica da ditadura, Furtado recupera a idéia de *excedente econômico* como produto da *estratificação social* e objeto de *disputas de poder*:

“A ordem de prioridades sociais, subjacente em toda política econômica, é a resultante de um conjunto de forças que cristalizam na estrutura de poder. Quem decide que é mais importante produzir canhões do que manteiga? Que é mais urgente construir viadutos do que serviços de água e esgoto? Nessa composição de forças, o peso das minorias que

controlam, seja a riqueza, seja os meios de informação, é sempre decisivo. Na fase que estamos considerando do desenvolvimento econômico brasileiro, assumiu relevo especial o reforço trazido à posição das classes de rendas médias e altas pelas empresas transnacionais, empenhadas em controlar o mercado do país. *Do ponto de vista das minorias privilegiadas, tratava-se de ter acesso às formas privilegiadas de consumo que estavam emergindo nos centros industriais; ao facilitar esse acesso, as empresas transnacionais assumiram o controle do processo de desenvolvimento.*” (Furtado, 1981: 36) [grifos nossos]

Tal ordem de prioridades se faria evidente diante das modificações institucionais promovidas em nossa economia entre 1964 e 1967. Furtado argumenta que o grande desafio da sociedade brasileira em fins da década de sessenta era pôr fim, no quadro de um projeto progressista, aos obstáculos que tolhiam o processo de acumulação em nossa indústria. Em seu ponto de vista, fazia-se mister atuar com base em três linhas de ação: a) conferir maior profundidade ao setor de bens de capital, dotando-o de autonomia tecnológica, requisito fundamental a qualquer projeto de desenvolvimento autônomo (ibidem, p. 37); b) orientar o sistema industrial em direção ao exterior, segundo critérios pautados por vantagens comparativas e tendo em vista a necessidade de ampliação de mercados (ibidem, p. 38); c) ampliar a capacidade de financiamento a partir da poupança interna, mediante a redução dos gastos de consumo (ibidem, p. 38)

“Aumentar o esforço de poupança e canalizar os investimentos em função de prioridades claramente definidas era o desafio que se colocava ao Brasil no começo dos anos 60, se o que se almejava era elevar o nível de vida da massa da população e preservar a autonomia de decisões”, sintetiza o autor. “Sobra dizer”, prossegue, “que outros foram os caminhos trilhados” (ibidem, p. 39) [grifos nossos]

As trilhas percorridas pelos tecnocratas da ditadura militar já são nossas conhecidas; constituíram objeto de estudo de Furtado em *Análise do modelo brasileiro*. Em linhas gerais, a nova política econômica tinha como objetivo a recuperação do dinamismo perdido em fins da década de 50, por meio da redução dos salários da classe trabalhadora, da expansão do crédito ao consumo das elites e da formação de perfis de demanda adequados aos interesses das grandes empresas transnacionais, produtoras de bens de consumo duráveis. Abandonava-se, portanto, a orientação do desenvolvimento às forças de mercado, acentuando-se os *desequilíbrios estruturais* característicos de nossa formação e utilizando-se a poupança acumulada – ou *excedente social* – no financiamento de hábitos de consumo ditados pela lógica e pela cultura dos países centrais.

Essa estratégia – expressão de um *pacto político* consciente e articulado, tendo em vista determinados valores, horizontes de opções e prioridades sociais – seria possibilitada pela abundância de divisas no plano internacional, com destaque para o mercado de eurodólares. A nova rodada de concentração de renda e de *modernização do subdesenvolvimento* fundamentaria seus alicerces na *captação de poupança no exterior*. Nas palavras de Furtado,

“O estímulo à captação de poupança no exterior, pelos intermediários financeiros e também pelas próprias empresas que absorviam essa poupança, ampliou a capacidade de importação ao mesmo tempo que reforçava o fluxo de financiamento da inversão e do consumo. Desta forma, o sistema operou com um grau de flexibilidade que estava muito acima de sua efetiva capacidade de autotransformação. Contudo, *essa flexibilidade não foi utilizada para introduzir as modificações estruturais requeridas, e sim para reforçar o novo perfil de demanda em que os bens duráveis de consumo ocupavam posição privilegiada.*” (ibidem, p. 40) [grifos nossos]

Mas ao inverter a ordem de prioridades que deveria pautar a política econômica brasileira, os artífices do “milagre” terminariam por criar um modelo incapaz de tomar para si as rédeas do desenvolvimento. Muito embora a produção manufatureira tenha crescido ao longo dos anos 70, a capacidade de autofinanciamento e o coeficiente de exportações se mantiveram estáveis. Como sustentar, nessa conjuntura, um arranjo econômico fortemente calcado na concentração de renda, na captação de financiamento externo e na dependência tecnológica? Como reverter tendências estruturais de nossa sociedade se parcelas significativas de nossa poupança interna eram continuamente destinadas ao consumo de luxo?

“A evolução das estruturas sociais, refletida na concentração de renda, denunciava aspectos ainda mais negativos da orientação tomada pelo desenvolvimento. *Ao contrário do que pretendia a escola de pensamento dominante, a concentração de renda não produziu elevação da propensão a poupar entre os seus beneficiários.* Significou, sim, uma transferência de recursos de consumidores de baixo nível de vida para consumidores de rendas médias e altas, traduzindo-se em modificação na composição da cesta de bens de consumo em benefício dos bens mais sofisticados e menos essenciais. (...) *Poucas vezes ter-se-á imposto a um povo um modelo de desenvolvimento de caráter tão antisocial.*” (ibidem, p. 42) [grifos nossos]

“Em síntese”, sustenta o autor, “no decênio compreendido entre 1964 e 1973, não obstante um considerável aumento do produto interno, não se assinala na economia brasileira *nenhum ganho de autonomia na capacidade de autotransformação, nem tampouco qualquer reforço da aptidão da sociedade para financiar o desenvolvimento.*” (ibidem, p. 43) [grifos nossos]

Tais escolhas e opções não tardariam – literalmente – a cobrar dividendos. A articulação de uma nova rodada de modernização do subdesenvolvimento se fez, como bem observa Furtado, à custa de um fluxo constante de financiamentos externos, captados a taxas de juros variáveis. Mas o recurso maciço a empréstimos no exterior como meio de viabilizar o modelo econômico brasileiro terminaria por resultar naquilo que Furtado denomina “efeito bumerangue”: a progressiva diminuição de nossa capacidade interna para importar e para financiar o desenvolvimento, à medida que aumentavam as taxas de juros internacionais e, com elas, o serviço da dívida externa.

“Com efeito: o custo da dívida externa tenderia a crescer mais rapidamente do que as exportações e do que a poupança interna. Entre 1974 e 1978, ou seja, num período em que o preço real do petróleo importado esteve em declínio, o serviço da dívida – definido como a adição das remessas líquidas ao exterior sob forma de dividendos, de juros e de amortizações – passou de 3,4 para 10 bilhões de dólares, o que significou aumentar a parcela do valor das exportações dedicada a esse serviço de 39 para 73 por cento. Assim, antes mesmo do segundo choque petrolífero, a economia brasileira já se encontrava em situação de ter de dedicar cerca de 5 por cento do seu Produto Interno e três quartas partes das divisas geradas por suas exportações ao serviço de capitais estrangeiros investidos no país.” (ibidem, p. 49)

Tentativas de manter o curso do navio nestes mares internacionais turbulentos terminariam por minar, progressivamente, os três fundamentos de qualquer política econômica autônoma – o controle sobre o *câmbio*, sobre a *moeda* e sobre as *finanças públicas*:

“As empresas públicas e privadas foram incitadas a buscar recursos no exterior para cumprir metas de um plano de desenvolvimento excessivamente ambicioso, assumindo o Estado a responsabilidade cambial. Dessa política resultou a necessidade de *sobrevalorizar o cruzeiro*, a fim de reduzir os custos financeiros dos compromissos assumidos no exterior, tornando-os mais atrativos. Uma das conseqüências dessa situação foi a *progressiva perda de autonomia da política cambial*. Demais, a sobrevalorização da moeda local teria que traduzir-se *em desestímulo às exportações*, numa fase em que era absolutamente essencial que estas se dinamizassem. Procurou-se uma saída a este problema no *apelo aos subsídios*, diretamente às exportações e/ou à produção agrícola destinada ao mercado externo. Ora, na medida em que estes subsídios foram crescendo – e eles conduziam a um *déficit financeiro* que chegou a absorver 5 por cento do Produto Interno – *a autonomia de ação no plano fiscal foi se reduzindo*. O financiamento do referido déficit foi feito mediante a *emissão de obrigações* que, por estarem defendidas contra a inflação, alcançaram alto grau de liquidez e vieram exercer *forte pressão sobre o mercado financeiro*.” (ibidem, p. 50) [grifos nossos]

Sobrevaloriza-se o cruzeiro para financiar os investimentos das empresas públicas e privadas. E, ao mesmo tempo, conferem-se subsídios às exportações para combater os efeitos nocivos da sobrevalorização do cruzeiro. Tais subsídios, contudo, provocam déficits fiscais, que passam a ser combatidos por meio da emissão de obrigações; estas, porém, solapam a autonomia da política monetária. O grande projeto de “Brasil-potência”, como demonstra Furtado, submerge em suas próprias contradições. Pouco antes do aumento abrupto das taxas de juros pelo Federal Reserve e do segundo choque do petróleo, nosso sistema econômico nacional já mostra claros sinais de desarticulação, sendo os rumos de nossa economia ditados, condicionados e tutelados pelos humores da política monetária estadunidense:

“Em síntese: em 1979, no momento da segunda elevação dos preços do petróleo, *a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semiparalisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial*. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortização cada vez mais onerosos. A simples capacidade de previsão do serviço dessa dívida tornar-se-ia cada vez mais precária, pois as taxas de juros de uma parcela crescente dos empréstimos são revistas semestralmente, em função da taxa interbancária de Londres, a qual, por seu lado, segue de perto as flutuações da taxa básica de redesconto da Reserva Federal. Dessa forma, uma mudança da política monetária dos Estados Unidos é suficiente para desfazer todas as previsões que realize o governo do Brasil com respeito ao serviço de sua dívida externa.” (ibidem, p. 51)

X X X

É tempo de recordar o percurso por nós seguido ao longo deste capítulo, estabelecendo bases para o entendimento das *novas propostas de ação política* de Furtado. Como tentamos demonstrar, nosso autor constata, no início dos anos 80 e ao longo da década de 90, o fato de que o Brasil vive uma conjuntura de desarticulação de seus centros nacionais de decisão. Tal circunstância encontraria suas causas *externas* na desagregação da ordem de Bretton Woods – marcada pelo fim da hegemonia global dos Estados Unidos – e seus condicionantes *internos* nos arranjos políticos que sustentaram as rodadas de *modernização do subdesenvolvimento* durante o fim da década de 60 e os anos 70. A consciência acerca destes condicionantes se expressaria em uma frase lapidar de Furtado, síntese de suas teorias sobre o

excedente social: “A ordem de prioridades sociais, subjacente em toda política econômica, é a resultante de um conjunto de forças que cristalizam na estrutura de poder.” (ibidem, p. 36)

Ao formular seus *programas* políticos, Furtado terá assim como objetivo introduzir fissuras nessa ordem cristalizada, redefinindo as prioridades que pautaram, até então, o destino de nosso excedente social. Retomar a *construção interrompida* do Brasil – esta é, em outros termos, a sua meta. E, para tanto, novos atores teriam que forçar a sua entrada nas estruturas de poder.

III) Cultura, povo e construção da nação.

De início, Furtado reconhece que o Brasil vive, desde fins da década de 70, mais uma de suas clássicas conjunturas de crise. Mas estas, ainda que freqüentemente trouxessem consigo a desagregação das estruturas sociais, também representariam oportunidades únicas para a reflexão sobre os caminhos trilhados e as opções assumidas pelas sociedades; seriam, nas palavras de Furtado, ao mesmo tempo um *custo* e um *desafio*. (Furtado, 1984: 9) Se os homens dificilmente se recuperam das lesões a eles impostas por seu passado, as sociedades, argumenta o autor, podem fazê-lo, desde que as crises resultem em “uma reflexão sobre os erros passados que eleve a consciência crítica dos dirigentes.”(ibidem, p. 10)

Furtado inicia dessa maneira tais reflexões, classificando o Brasil como um caso típico de *mau desenvolvimento*, que, a despeito de ter sido estimulado e agravado pelo “milagre brasileiro”, teria seus fundamentos assentados em questões muito mais profundas:

“Por muitos anos temos insistido que a adoção indiscriminada, entre nós, de padrões de consumo de países de níveis de renda muito mais altos, conduz inexoravelmente à crescente heterogeneidade social. Uns poucos terão muito e muitos terão muito pouco. Tudo

se passa como se a composição da oferta comandasse a distribuição da renda e a alocação final de recursos. De vez que o salário básico – da massa da população – interfere no processo apenas como custo, sendo mínimo o seu peso na configuração da demanda em setores mais dinâmicos, o crescimento da produção independe do aumento desse salário básico. Pode-se, portanto, afirmar que o modelo de crescimento seguido em nosso país é estruturalmente concentrador de renda e desarticulador da sociedade.” (ibidem, p. 10)

A clássica reflexão sobre a *modernização do subdesenvolvimento*, como podemos notar. Amparado em suas teorias sobre o *excedente social*, Furtado demonstra como a ditadura militar, ao estabelecer alianças estratégicas com as empresas transnacionais e as classes médias emergentes, viu-se obrigada a sustentar um sistema altamente estratificado, sem espaço para qualquer forma de ativismo político em nossa sociedade civil. A estratificação social imposta pelo governo instalado a partir de 1964 garantiria a transferência de renda das massas assalariadas para as classes médias. A utilização deste excedente, por sua vez, seria regida por valores estranhos à nossa cultura, ditados pelas grandes empresas transnacionais e absorvidos por parcelas significativas de nossa sociedade. E, desempenhando papel fundamental no plano destes *fins* norteadores, o ideário do “Brasil potência” se encarregaria de projetar um futuro idílico, justificando, assim, os esforços e opções assumidas pelos governantes autoritários. Furtado sintetiza a fragilidade deste modelo:

“Segundo a lógica desse sistema, as empresas que controlam internacionalmente a criação tecnológica ditam o que se deve produzir para consumo e os ideólogos da ‘potência emergente’ definem as prioridades na utilização do excedente de que se apropria o Estado, sendo a sociedade civil reduzida ao papel passivo de massa de consumidores. Se temos em

conta, ademais, a crescente inserção nos circuitos financeiros internacionais, criadores de facilidades aos inversionistas privados e encorajadores do gigantismo do setor público, dispomos dos elementos essenciais para compreender por que fomos levados ao desastre do endividamento externo, à tutela dos banqueiros internacionais por intermédio do FMI, à purga recessiva, e *tutti quanti*.” (ibidem, p. 11) [grifos do autor]

Uma tragédia histórica. Esta seria, para Furtado, a melhor definição das conseqüências trazidas pelo modelo econômico acima descrito. Mas como reverter tal situação? Como escapar à armadilha do subdesenvolvimento, que parecia, segundo os ideólogos da ditadura, estar prestes a ser vencida no início dos anos 70? Furtado sustenta a idéia de que o primeiro passo para romper com nossa condição periférica seria a tomada de consciência de que o *crescimento econômico*, por si só, não seria suficiente para vencer a crise. A noção de que seria necessário “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo” constituiria um sofisma, um mito, uma idéia falaciosa, que deveria ser combatida:

“Que se dirá de nós no futuro, caso não saibamos sequer tirar uma lição dessa tragédia histórica? Acima de tudo, devemos ter consciência de que nosso problema não é apenas *sair da recessão*. As elevadas taxas de crescimento do passado não impediram que nos transformássemos num patético caso de mau desenvolvimento; pelo contrário, contribuíram para esse fim. Na fase de mais rápido crescimento da economia a opinião pública pôde constatar estarrecida que índices sociais, como o da mortalidade infantil, se estavam deteriorando em nossas grandes cidades. É necessário que, desde agora, nos previnamos contra o retorno dos que falam em ‘primeiro aumentar o bolo’ e ‘recuperar

espaço para crescer’, somando e subtraindo algebricamente o supérfluo e o essencial, solertes em perpetuar os próprios privilégios.” (ibidem, p. 11) [grifos do autor]

Para vencer o que Furtado intitula “armadilha da racionalidade econômica” fazia-se necessário forjar novos arranjos de poder que dessem voz a segmentos sociais alijados do processo de tomada de decisões. Em outros termos: implicaria deslocar-se da *racionalidade instrumental*, corporificada no discurso tecnocrático, em direção à *racionalidade substantiva*, fundamentada em valores, recuperando aquilo que o autor, em *Criatividade e dependência da civilização industrial*, classificara como o último reduto do poder criativo humano – o espaço da *política*:

“Como escapar à armadilha da ‘racionalidade econômica’ que, entre nós, opera inexoravelmente no sentido de favorecer aqueles que controlam o poder? A resposta é simples: *modificando as bases sociais de sustentação desse poder*. Vale dizer: assegurando uma participação efetiva no processo político dos segmentos sociais vitimados pela referida racionalidade econômica. *Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora. Nosso real atraso é político e não econômico.*” (ibidem, p. 12) [grifos nossos]

Se nosso atraso era de natureza política, a adoção de um novo modelo de desenvolvimento teria como requisito o exorcismo e o banimento da idéia, consagrada pela doutrina econômica do século XIX, de que haveria uma lógica imanente aos processos econômicos e independente de fatores políticos. (ibidem, p. 12) Fazia-se mister, portanto, recuperar o espaço do confronto, da tensão, do ativismo, do questionamento. Ao defender tais posições, Furtado vai direto ao ponto, sem rodeios ou meias-palavras. “A conclusão que se impõe”, sustenta, “é irrefutável: cabe à ação política gerar os recursos de poder requeridos para modificar o modelo de desenvolvimento que nos conduziu à calamitosa situação atual”. (ibidem, p. 13) E o caminho para atingir este novo *pacto social* passaria necessariamente pela aliança entre setores empobrecidos das classes médias – desencantados com as promessas do “milagre brasileiro” – e as massas trabalhadoras. Vislumbra-se, em sua argumentação, a idéia de que a modernização do subdesenvolvimento poderia ser vencida se parte dos extratos superiores da sociedade brasileira *reencontrasse* suas origens sociais:

“O caminho será certamente mais curto e mais fácil se soubermos tirar partido da própria crise para fundar as bases de um pacto social que viabilize a transição para uma política de desenvolvimento voltada para o bem-estar da massa da população. *A crise destruiu grande parte das ilusões de uma classe média que, em sua grande maioria, vinha de estratos sociais de padrões de consumo modestos.* Em face do desemprego ou da brusca redução dos salários, muitos dos membros dessa classe média incipiente reaproximaram-se de suas origens sociais. A facilidade com que muitos profissionais de nível superior estão aceitando reduções consideráveis de salário, e mesmo adaptando-se a novas profissões de *status* social inferior, constitui clara indicação de que o processo de adoção, por parte dessa nova classe média, da visão do mundo dos grupos privilegiados que controlam o poder

econômico ainda se encontra em seus primeiros estágios. *É de admitir, portanto, que lideranças de importantes segmentos da nova classe média tomem consciência de que uma autêntica saída para os impasses a que foi conduzido o País não está em restabelecer privilégios e sim na adoção de políticas econômicas e sociais que ataquem de frente os problemas que angustiam a massa da população.* Caso essa classe média houvesse introjetado plenamente uma visão de mundo legitimadora de seus privilégios, seriam grandes os riscos de sua cooptação por correntes políticas de direita, o que poderia levar o Brasil a repetir a trágica aventura do fascismo, que tantos danos causou a outros povos.” (ibidem, p. 14) [grifos nossos]

A esperança de Furtado em uma aliança entre classes médias e massas trabalhadoras encontra raízes em sua visão singular acerca do processo de formação do povo brasileiro. O autor argumenta que os portugueses, a despeito de constituírem minoria nas terras que dariam origem ao Brasil, exerceram pressão avassaladora do ponto de vista cultural sobre a massa de escravos, negros libertos, índios e homens livres a eles submetidos. Dotados de um arsenal de técnicas superiores e mantendo contato permanente com suas matrizes culturais européias, nossos colonizadores terminaram por formar um estamento político cuja língua, hábitos, maneiras e modos de vida contrastavam flagrantemente com a cultura desarticulada daqueles que não tinham acesso às estruturas de poder. Como observa Furtado, “os aborígenes e os africanos haviam sido isolados de suas matrizes culturais respectivas e, ao serem posteriormente privados das próprias línguas, *perdiam o senso da identidade cultural.*” (ibidem, p. 20) [grifos nossos]

Mas a reação a esse estado de coisas não tardaria a surgir, sob a forma de uma *síntese barroca* entre elementos da cultura portuguesa e dos povos dominados. As correntes artísticas das quais nomes como o Aleijadinho seriam representantes constituiriam, no entender de Furtado, talvez a última das

manifestações do espírito pré-renascentista já descrito em *Criatividade e dependência na civilização industrial* e aqui recuperado:

“O ciclo barroco brasileiro, cuja expressão mais rica é a integração da arquitetura com a escultura, a pintura e a música ocorrida no século XVIII em Minas Gerais, constitui quiçá a última síntese cultural no espírito da Europa do pré-Renascimento. Sua temática e seu poder morfogenético derivam da mesma visão de mundo que nutriu os pintores flamengos do Quatrocentos e da primeira metade do Quinhentos ou, em época anterior, os construtores das catedrais góticas.” (ibidem, p. 21)

Contudo, a inserção particular do Brasil nos quadros do capitalismo mercantil europeu não tardaria a minar o espírito barroco. Furtado narra o processo por meio do qual uma síntese artística que constituiu, durante um considerável intervalo de tempo, expressão cultural de *todas as camadas da sociedade* terminaria por ceder lugar à *modernização dependente*; à ruptura entre o imaginário da elite e o modo de vida das classes populares:

“O distanciamento entre elite e povo será a característica do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura européia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente de comércio permitia adquirir. Na escala de valores desse quadro cultural, a simples visita de uma companhia teatral européia a uma cidade do País assumia a significação de acontecimento cultural marcante na vida de uma geração. O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do

atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não européia e recusando-se valia à sua criatividade artística. O indianismo de um Carlos Gomes ou de um Alencar, ao atribuir aos homens da terra valores emprestados de outra cultura, expressa a rejeição do povo real. E a ironia sutil com que Machado observa esse povo tem o sabor de uma escusa em face de uma tema proibido.” (ibidem, p. 23)

Desprezado pelas elites e associado ao atraso, o povo brasileiro daria continuidade a seu processo formativo de maneira autônoma e independente, consolidando as raízes não européias de sua cultura. Furtado aponta a diferenciação regional de nosso país como evidência da capacidade criativa da cultura de raízes populares. Ao ocupar os espaços vazios do território, abandonando as cidades e os latifúndios da área litorânea, negros libertos e fugidos, homens livres e sem posses, caboclos e mamelucos diferenciam-se nas suas mais diversas matrizes, mantendo, contudo, unidade entre seus modos de vida. Com o intenso processo de urbanização pelo qual passa o Brasil do século XX, este povo migra novamente em direção às cidades, expondo nossas contradições sociais e políticas. Ao analisar tal percurso histórico, Furtado dá novamente mostras de sua esperança na articulação entre massas populares e classes médias empobrecidas em torno de um novo *pacto social*:

“A urbanização torna a presença do povo mais visível, e também mais difícil de escamotear a criatividade cultural deste. Mas é a emergência de uma classe média de importância econômica crescente que introduzirá elementos novos de peso na equação do processo cultural brasileiro. A classe média forma-se no quadro da modernização dependente, mediatizada por uma industrialização que segue as linhas da substituição de importações.

Contudo, a grande maioria de seus elementos está demasiado próxima do povo para poder ignorar a significação cultural deste. Mais ainda: o caráter de massa da cultura de classe média faz que suas relações com o povo sejam não de *exclusão*, como era o caso das elites bovaristas, e sim de *envolvimento e penetração*. Desta forma, a ascensão da cultura de classe média é o fim do isolamento do povo, mas também o começo da descaracterização deste como força criativa.” (ibidem, p. 24) [grifos do autor]

Presente em toda a argumentação de Furtado durante as décadas de oitenta e noventa está a certeza de que as nações são forjadas, definitivamente, em tempos de crise. Nesse sentido, a necessidade de um *pacto social* entre as massas populares e as classes médias expressa a idéia de que a desagregação de nosso sistema econômico nacional nos quadros da modernização dependente poderia constituir oportunidade única para a retomada de rumos, caso engendrasses uma nova *síntese cultural* que, a exemplo do barroco, expressasse nossas particularidades enquanto povo. A *construção interrompida* teria, assim, duas faces. Uma delas, voltada para o passado; outra, mirando a ante-sala do futuro:

“Uma visão panorâmica do processo cultural brasileiro neste final de século descobre, num primeiro plano, o crescente papel da indústria transnacional da cultura, que opera como instrumento da modernização dependente. Num segundo plano, assinala-se a incipiente autonomia criativa de uma classe média assediada pelos valores que veicula essa indústria, mas que tem uma face voltada para a massa popular. Em terceiro plano, abarcando todo o horizonte, perfila-se essa massa popular sobre a qual pesa crescente ameaça de descaracterização. A emergência de uma consciência crítica em alguns segmentos da classe média está contribuindo para elevar o grau de percepção dos valores culturais de origem

popular, criando áreas de resistência ao processo de descaracterização. Uma nova síntese, capaz de expressar a personalidade cultural brasileira, depende, para definir-se, da consolidação dessa consciência crítica, pois somente ela pode preservar os espaços de criatividade que sobrevivem na massa popular.” (ibidem, p. 24)

Considerações finais

*“A verdadeira fidalguia é ação”
Padre Antônio Vieira*

Mapear as metamorfoses de uma idéia diante de novos desafios e conjunturas históricas. Esse foi o objetivo deste estudo. Nossa personagem: o *planejamento democrático*. Nosso intérprete: Celso Furtado. Nosso palco: a América Latina e, em especial, a realidade brasileira.

Ao longo das páginas anteriores, tentamos demonstrar como a ideologia política de Celso Furtado foi objeto de rupturas e transformações durante o período compreendido entre o início dos anos 1970 e meados da década de 1980. De um conjunto de idéias fortemente calcadas na noção de *planejamento democrático* como elemento conciliador de antagonismos; de um corpo de conceitos alicerçados nas teorias de Mannheim sobre o papel dos intelectuais como elementos de síntese das contradições de uma dada ordem social; de um programa econômico e político ancorado na idéia de *industrialização* como elemento de superação do atraso, Furtado migra em direção a novas concepções sobre o fazer político, baseadas em uma crítica à homogeneização dos hábitos, da cultura e dos padrões de comportamento promovidos pela civilização industrial.

Mas tal ideologia política, traduzida e veiculada por meio dos *programas de ação* defendidos por nosso autor, encontra seus fundamentos nas constantes reelaborações, no plano das teorias e *paradigmas*, realizadas por Furtado. Tentamos demonstrar como esse processo de reconstrução epistemológica pode ser dividido em três momentos centrais: a) o início da década de setenta – em obras como *Análise do modelo brasileiro* e *O mito do desenvolvimento econômico* – quando Furtado incorpora o conceito de *modernização do subdesenvolvimento* a seu corpo teórico; b) em fins da década de setenta e início dos anos oitenta, momento em que livros como *Prefácio à nova economia política*, *Pequena introdução ao desenvolvimento* e *Criatividade e dependência na civilização industrial* trazem a público inovações como uma nova teoria do excedente social e uma leitura renovada sobre o papel da criatividade nos processos de

desenvolvimento; c) e, finalmente, meados da década de oitenta e início dos anos noventa, quando esse novo sistema teórico é utilizado no entendimento do processo de *construção interrompida* da nação brasileira e como base para novas propostas de ação política, nas quais a *cultura popular* desempenhará papel central.

Desencantamento da razão. Acreditamos que este título sintetiza o caminho percorrido por Furtado. Constrangido por *eventos históricos* que provocaram a desagregação da ordem de Bretton Woods e a crise do ideário estruturalista das décadas de cinquenta e sessenta, nosso autor, pouco a pouco, desloca-se de uma ideologia política que fundamentava seu poder persuasivo em uma linguagem técnica, fria, precisa e neutra – na razão apegada aos fatos e no uso da teoria econômica como ferramenta persuasiva – para um corpo de programas políticos baseado na idéia de *mobilização popular* e *conflito* como elementos construtores da nação. Mas se a razão tutelar e diretora se desencanta, a *racionalidade substantiva*, ligada a valores essenciais, ao primado da criatividade e dos *fins*, passa por um processo de *encantamento* nas teorias de Furtado, como nos esforçamos por demonstrar.

Um barco é impulsionado pelo vento, mas sua direção é dada pelo velame, disse Antônio Vieira. Se é certo que Furtado nunca desprezaria o papel fundamental das velas – haja vista a função central que sempre atribuirá à *intelligentsia* na articulação internacional dos países periféricos – arriscamo-nos a dizer que o autor de *Formação Econômica do Brasil*, ao longo de quase vinte anos de exílio, aprenderia uma lição: a necessidade de ouvir os ventos, de mapear seus humores, tendências e direções. Pois sem ventos os barcos permanecem estacionados e perdidos em alto mar, por maior que sejam a integridade e a fidalguia das velas.

Anexo I – Metodologia de trabalho

“O que me movia era o desejo de conhecer o mundo, o vasto mundo, convencido de que os reformadores são movidos por idéias de pensadores que a eles se anteciparam”
(Furtado, 1985:19)

Idéias pautando a ação. Visões de mundo interpretando, operacionalizando, conferindo sentido à realidade à nossa volta. Ideologias. A mobilização deste conceito para a compreensão e análise do pensamento político de Celso Furtado – de sua formulação, metamorfoses, re-elaborações, adaptações – requer um quadro analítico capaz de explicar como as idéias, entendidas como um conjunto de normas, valores, teorias econômicas, influenciam a execução de políticas de Estado; ou como, recorrendo aos termos de Furtado, “os reformadores são movidos por idéias de pensadores que a eles se anteciparam”. Tal sistema conceitual deverá, da mesma forma, iluminar a transformação das idéias frente a novos cenários políticos; a conjunturas econômicas favoráveis ou adversas; a mudanças nos horizontes de expectativas. *Formulação e re-elaboração*: eis, portanto, os termos chave que constituem o eixo desta discussão.

I) Formulação

Em seu artigo *Institutional analysis and the role of ideas in political economy* Campbell (1998) discute o papel das idéias econômicas na formulação e implementação de políticas, mobilizando ferramentas do institucionalismo histórico e organizacional para a construção de uma tipologia de trabalho.

Idéias, de acordo com Campbell, podem assumir variadas dimensões. Podem ser crenças e teorias presentes no segundo plano (background) dos debates políticos; podem, ao mesmo tempo, situar-se no primeiro plano (foreground) das discussões, onde são explicitamente articuladas, sob a forma de *programas*, pelas elites políticas e econômicas. Questionadas pública e amplamente no primeiro plano, em meio a acirrados debates, tais idéias permaneceriam, contudo, como axiomas no segundo plano – na mente dos *policy makers*. As idéias também assumiriam características *cognitivas* ou *normativas*. Seriam cognitivas na medida em que, sob a forma de paradigmas ou análises teóricas, estabelecessem relações de causa e efeito, teorias sobre o funcionamento do mundo. E operariam no plano normativo quando assumissem a forma de valores, regras, atitudes (ibidem, p. 384). Campbell identifica assim quatro tipos de idéias – *paradigmas* (paradigms), *opinião pública* (public sentiments), *programas* (programs) e *molduras* (frames) – organizados na tabela a seguir.

	Concepts and theories in the foreground of the policy debate.	Underlying assumptions in the background of the policy debate.
Cognitive level	<i>Programs</i> Ideas as elite policy prescriptions that help policy makers to chart a clear and specific course of policy action.	<i>Paradigms</i> Ideas as elite assumptions that constrain the cognitive range of useful solutions available to policy makers.
Normative level.	<i>Frames</i> Ideas as symbols and concepts that help policy makers to legitimize policy solutions to the public.	<i>Public sentiments</i> Ideas as public assumptions that constrain the normative range of legitimate solutions available to policy makers.

Tabela 1: Tipos de idéias e seus efeitos sobre o *policy making*. Fonte: Campbell, 1998: 385

Cada uma destas idéias exerceria efeitos únicos sobre a formulação de políticas. No segundo plano, os paradigmas estabeleceriam, na mente dos *policy makers*, o conjunto de alternativas consideradas viáveis e possíveis de serem executadas sob a forma de políticas econômicas. Já a opinião pública constrangeria seu raio de manobra, delimitando o leque de ações aceitas pela população. No primeiro plano, os programas, ou prescrições, definiriam caminhos para a resolução de problemas específicos, sendo legitimados por molduras simbólicas construídas para sustentá-los perante o grande público. (ibidem, p.385)

Campbell ilustra sua tipologia por meio do embate ideológico entre economistas neoclássicos e keynesianos nos Estados Unidos da década de setenta do século XX. Naquele momento, a recessão pela qual passava a economia estadunidense assumia a forma de dois “problemas gêmeos”: estagnação e inflação. E em tal conjuntura duas proposições distintas sobre como sair deste impasse travavam batalhas na academia, na mídia, nas ruas, nos salões e corredores do Congresso, sob a forma de programas, paradigmas, opinião pública e molduras.

a) *Programas*. Entendidas como um plano de ação, ordenadas logicamente em torno de relações de causa e efeito, formuladas em *campus* universitários, veiculadas em *papers* acadêmicos, congressos, colóquios, duas proposições de política econômica definiam estratégias de batalha para derrotar os problemas gêmeos. De um lado, os Keynesianos. Tais economistas advogavam um conjunto de políticas que visava à ampla reordenação institucional da economia estadunidense. Defendiam a construção de comissões de planejamento, a criação de agências que canalizassem capitais para setores estratégicos, o estímulo a institutos de pesquisa e desenvolvimento, a formação de bancos públicos nos moldes do New Deal. De outro lado, os neoclássicos e sua única e límpida proposição: cortar impostos. Campbell argumenta que a simplicidade desta proposta permitiu a união de seus defensores em um *front* intelectual

único, atraindo a atenção dos *policy makers*, para os quais a redução de taxas de indivíduos e empresas constituía um plano de ação muito mais conciso e coerente.

b) *Paradigmas*. Ao contrário dos programas, precisos e concretos em seu curso de ação, os paradigmas seriam formados por esquemas teóricos e ontológicos acerca do funcionamento do mundo, estabelecidos na mente dos *policy makers*. Seriam poderosos na medida em que definiriam o terreno no qual se processaria o discurso. Prescrições de políticas que se encaixassem no paradigma dominante soariam familiares, lógicas, coerentes, viáveis, naturais. (ibidem, p.389)

Na década de setenta o paradigma neoclássico torna-se hegemônico nos Estados Unidos, irradiando-se a partir das principais universidades, revistas acadêmicas e centros de pesquisa. Delimitado desta maneira o terreno do embate, a correlação de forças, por ocasião da crise, é francamente desfavorável aos Keynesianos. Dissolve-se o consenso em torno de suas idéias; muitos economistas, confrontados com a necessidade de gerar empregos e reativar a produção, recorrem ao paradigma dominante. Reordenar institucionalmente a economia de seu país é uma proposição que, neste novo cenário, não mais se ajusta a seu sistema conceitual. (ibidem, p. 389)

c) *Opinião pública*. Se os paradigmas constituem um conjunto de crenças, valores e princípios cristalizados no imaginário dos *policy makers*, a opinião pública desempenharia um papel equivalente no plano dos sentimentos da população; do que esta julga aceitável e legítimo. De nada adiantaria, afirma Campbell, um conjunto de medidas ter sua viabilidade reconhecida pela alta burocracia de Estado sem encontrar ressonância em amplos segmentos da opinião popular.

No caso norte-americano, a opinião pública desempenhou papel fundamental na resolução do embate entre keynesianos e neoclássicos, pois as propostas destes iam ao encontro de crenças, valores e preconceitos firmemente enraizados no cidadão médio. A opinião corrente de que os governos são perdulários, de que desperdiçam recursos em políticas de eficácia e honestidade duvidosas gerou ampla

legitimidade para as propostas de corte de impostos, cobrindo de descrédito as proposições Keynesianas – que pediam *mais* e não *menos* ação do Estado. (ibidem, p. 393)

d) *Molduras*. A simplicidade programática, a adequação ao paradigma dominante e a aderência à opinião pública encontrariam sua síntese nos símbolos e metáforas construídos pelos *policy makers* para adornar suas propostas com perfis palatáveis e atraentes à população. E, neste aspecto, os neoclássicos se revelaram artífices muito mais inspirados do que seus oponentes. Evocaram, em um primeiro momento, o consagrado discurso Jeffersoniano acerca dos perigos da centralização administrativa; enfatizaram princípios basilares estadunidenses como a família, a liberdade, a autonomia individual; mobilizaram exemplos históricos, como o amplo corte de impostos efetuado por Kennedy em 1963, que supostamente teria livrado o país da recessão. Muito mais do que teoria econômica aplicada, portanto, a construção de molduras constituiria uma arte, da qual políticos sagazes, talentosos e intuitivos como Ronald Reagan teriam feito uso com maestria. (ibidem, p. 395)

Programas, paradigmas, opinião pública, molduras. Estabelecendo rotas de ação, limitando o leque de alternativas consideradas viáveis pelos *policy makers* e aceitáveis pelo público, originando símbolos e metáforas que sustentariam e legitimariam políticas de Estado, as idéias estabelecidas por Campbell em sua tipologia constituem ferramentas de grande utilidade para o estudo do pensamento de Celso Furtado; de sua formulação e aplicação. De como os reformadores brasileiros foram movidos pelas idéias deste pensador que a eles se antecipou.

Tal investigação poderia, entretanto, se levássemos em conta os quatro tipos estabelecidos na Tabela 1, atingir extensões que ultrapassariam em muito os limites de uma dissertação de mestrado. Tomando de início o segundo plano (background), teríamos de nos debruçar, ao longo de toda a segunda metade do século XX, sobre a dinâmica dos paradigmas de análise econômica no Brasil – como, quando, por que cada um deles se torna mais ou menos influente, quais as universidades, centros de pesquisa,

publicações responsáveis por sua formulação e difusão. Da mesma forma, teríamos de mapear, neste período, as oscilações da opinião pública, buscando entender em que medida elas determinaram o resultado dos embates de Furtado com seus oponentes ideológicos.

Mas tomemos o primeiro plano (foreground) da tipologia de Campbell. Programas e molduras. Prescrições de ação, busca por legitimação. Uma série de questões surge a partir destes dois pontos, acenando para uma agenda viável de pesquisa: como Furtado, durante sua trajetória intelectual, ao dialogar com diferentes conjunturas políticas e econômicas, nos cenários nacional e internacional, propõe “guias para a ação” sob a forma de *programas* e prescrições de políticas? Quais seriam as *molduras* que o economista mobiliza para revestir suas propostas de uma roupagem atraente, aceitável à opinião pública, numa tentativa de assegurar legitimidade a suas idéias?

Mais ainda: se recorrêssemos ao segundo plano (background) da Tabela 1 apenas com o objetivo de estudar a mudança de paradigmas *no âmbito do pensamento de Furtado*, poderíamos questionar como sua teoria econômica, suas ferramentas epistemológicas, seus valores e princípios se modificam, dialogam com novos horizontes de expectativas, servem de base para outros programas e molduras. E, finalmente, a partir do estudo de todas estas questões, recolheríamos elementos que elucidassem nosso objeto central de pesquisa – a validade, para o autor, do *planejamento democrático* enquanto instrumento de conciliação e mobilização política.

x x x

Ao incorporar, como Hall (1996), o conceito de idéias, crenças e sistemas de valores à análise institucional, Campbell estabelece, assim, critérios de grande utilidade para o estudo do primeiro de nossos eixos-chave: a *formulação* do pensamento político de Furtado – a construção de seus *programas* e *molduras*, apoiados em *paradigmas* teóricos. Por que determinadas idéias e proposições de políticas são

mais bem sucedidas em certos contextos? Esta é a questão que Campbell se propõe a elucidar, e o faz de maneira rigorosa e convincente – considerando as idéias como um tipo específico de *instituições* que constroem, pautam e orientam a ação dos homens.

Mas como explicar a *mudança institucional*? A metamorfose das idéias diante de novos contextos políticos e econômicos, de novos horizontes de expectativas? Campbell deixa tal questão em aberto. Com o objetivo de compreendê-la, devemos, a partir deste momento, nos concentrar na análise de Ellingson (1995), que, ao estudar o embate de idéias entre abolicionistas e escravistas nos Estados Unidos do séc. XIX, nos fornecerá subsídios para o desenvolvimento de nosso segundo eixo chave: a *reelaboração* das idéias políticas de Celso Furtado.

II) Reelaboração

Cincinnati, Ohio, agosto de 1835. James Birney, um dos líderes do movimento abolicionista na região, anuncia sua decisão de fundar um jornal para difundir sua doutrina. A opinião pública polariza-se. Membros da elite escravista tentam sem sucesso dissuadi-lo de sua empreitada. Estudantes, intelectuais e pessoas das camadas médias manifestam seu apoio entusiasmado às suas pretensões. Uma intensa luta ideológica é travada, a partir deste momento, entre os jornais da cidade.

Ellingson demonstra como o discurso de cada um dos editores-ideólogos é construído e reelaborado dialeticamente, ao sabor das novas conjunturas políticas e como consequência das ações coletivas que orientam. De início os editoriais se organizam em torno de três campos discursivos: o abolicionista, que prega a erradicação daquilo que representaria uma afronta aos direitos civis fundamentais do país; o escravista, para o qual o fim da escravidão resultaria em colapso econômico, sendo o uso da força o único meio de evitar este transtorno, ao silenciar os subversivos partidários da libertação; o defensor da “lei e ordem”, segundo o qual todo debate e eventuais reformas deveriam ser realizados sem crises, conflitos ou rupturas drásticas.

Em torno dos discursos, dividem-se as forças; organiza-se a população. Os escravistas mobilizam amplo apoio, isolando a facção abolicionista e os adeptos da “lei e ordem”. Inflammada por seus contundentes editoriais, uma multidão invade em uma noite de agosto o jornal de Birney, destruindo suas prensas e ateando fogo em sua sede. A violência foge ao controle. Enfurecidos, os escravistas atacam os bairros negros e abolicionistas, desencadeando nos dias seguintes batalhas campais que só serão interrompidas com a intervenção da polícia.

A repercussão é negativa para os ideólogos do confronto. Ao contrário do esperado, nas semanas que se seguem ao ataque a população de Cincinnati se dá conta de que os conflitos de rua poderiam macular a reputação pacífica de sua cidade e afetar negativamente seus interesses comerciais. *Reconfiguram-se, então, os discursos.* Diante da mudança na opinião pública, a facção defensora da lei e ordem torna-se hegemônica, mobilizando a população em torno de suas idéias. Birney, ao dar-se conta da conjuntura favorável, modifica seus editoriais, deixando de enfatizar a questão dos direitos civis e passando a alertar a população para a necessidade de paz, ordem e tranqüilidade – a serem atingidas plenamente, no futuro, com a abolição. A imprensa escravista está isolada. Não lhe resta outra opção senão a de também clamar por lei, ordem e aplacar os ânimos dos partidários da violência.

Ellingson interpreta esta dinâmica como resultado da interação dialética entre *discursos* e *ação coletiva*. Definidos pelo autor como um conjunto de argumentos organizados em torno de diagnósticos e soluções para problemas específicos, os discursos, endereçados a determinadas audiências, mobilizam suporte e orientam, tal como em Cincinnati, a ação prática.

Mas discursos também representam *objetos culturais* em permanente mutação. É certo que definem, em determinadas conjunturas, algumas atitudes e valores como legítimos, reproduzindo ou desafiando estruturas sociais e relações de poder. São, porém, re-elaborados pelos ideólogos, que em face de *eventos* imprevistos criam outras definições, estabelecem novos meios para resolver problemas distintos, abandonam e atualizam argumentos, reinterpretam questões em debate:

“Although events are shaped by some set of ideas, beliefs or rules embodied in ritual, symbol or speech (...) they also transform these same cultural objects and social structures. *Events disrupt the operative system of ideas, beliefs, values, roles, and institutional practices of a given society. In so doing events change the way in which social actors think about the meaning and importance they assign to modes of action and the rules that govern interaction, groups and their discourses, symbols and rituals.* In the event, the meaning carried by cultural objects are embodied in historic actors and actions and then reinterpreted and reconfigured based on the consequences (real or perceived) the event has for particular actors.” (ibidem, p. 103) [grifos nossos]

Inspirado nas teorias de Marshall Sahlins (1991), Ellingson confere aos *eventos*, portanto, papel central em sua análise. A dinâmica dos eventos se desdobraria em três momentos específicos: a *manifestação*, quando categorias sociais e culturais seriam expressas por pessoas, atos, objetos. O *desenlace*, palco da ocorrência de incidentes drásticos. A *totalização*, momento em que as consequências de um evento seriam incorporadas aos discursos, com a re-elaboração destes objetos culturais (ibidem, p. 103)

Modificados e reordenados, trabalhados pelos ideólogos como reação aos eventos, os discursos poderiam, em uma nova conjuntura, ser bem ou mal sucedidos. O sucesso discursivo ocorreria quando os novos argumentos passassem a pautar as questões em discussão – forçando os oponentes a alterar suas idéias –, e ganhassem a aprovação, reconhecimento e suporte da audiência a que se destinavam.

Tendo em mãos a argumentação de Ellingson e tomando como base a tipologia criada por Campbell, podemos agora definir a metodologia de que faremos uso para tentar atingir nosso objetivo de pesquisa: mapear a *formulação* e *re-elaboração* do pensamento político de Celso Furtado.

III) Formulação e reelaboração

Idéias pautando a ação. Visões de mundo interpretando, operacionalizando, conferindo sentido à realidade à nossa volta. Ideologias. De que maneira as teorias de Campbell e Ellingson a respeito deste tema poderiam nos auxiliar na criação de nossa própria metodologia de trabalho?

De início é conveniente que recuperemos alguns pontos estabelecidos na Seção 1. Havíamos definido, ao fim deste item, algumas ferramentas de que faríamos uso em nosso trabalho. Havíamos considerado as idéias como um tipo determinado de *instituições*, que operam tanto no plano *cognitivo* – a consciência – como no normativo – sob a forma de regras, princípios, preceitos. Havíamos, da mesma forma, feito uso de três elementos da tipologia de Campbell: *programas* e *molduras*, com o objetivo de compreender as prescrições de política econômica formuladas por Furtado, assim como os símbolos e metáforas que as adornam e revestem; e *paradigmas*, considerados no âmbito dos valores e instrumentos epistemológicos do autor.

Havíamos igualmente nos dado conta de que análise de Campbell, precisa e rigorosa em seu propósito de estudar o embate de idéias em um contexto específico, não se debruçava, contudo, sobre o tema da *re-elaboração ideológica*; das idéias entendidas enquanto *instituições em mutação*. Tendo tal fato em mente, tentamos demonstrar, ao longo da Seção 2, como Ellingson cobre esta lacuna ao definir o conceito de discurso como *objeto cultural* – como parte integrante de um imaginário que, em meio à

manifestações, desenlaces, totalizações, se elabora e re-elabora, se cristaliza e dissolve, se solidifica e desvanece.

Formulação e reelaboração. Com base, portanto, nestas teorias complementares, seria possível definir um elo que as unisse conceitualmente? Que as transformasse em um conjunto único e ordenado de ferramentas, prontas para serem aplicadas a nosso objeto de estudo?

Recuperemos aqui um trecho de Ellingson acerca do papel fundamental dos eventos: “Events disrupt the operative system of ideas, beliefs, values, roles, and institutional practices of a given society. In so doing, events change the way in which social actors think about the meaning and importance they assign to modes of action and the rules that govern interaction, groups and their discourses, symbols and rituals.” (Ellingson, 1995: 103)

Events *disrupt*. Eventos *rompem*. Assim definido, o conceito de *evento* permitiria, se agregado à tipologia da Tabela 1, dar conta das re-elaborações dos *programas*, *paradigmas* e *molduras* de Furtado. Como este pensador dialoga com diversas conjunturas políticas e econômicas nos cenários nacional e internacional, estabelecendo “guias para a ação” sob a forma de *programas* e prescrições de políticas? Quais seriam as *molduras* por ele construídas neste processo? Como sua teoria econômica, suas ferramentas epistemológicas, valores, princípios, se modificam, interagem com novos horizontes de expectativas? Tais questões, por nós formuladas ao fim da primeira seção, poderiam, a partir deste momento, ser definidas em termos mais precisos, à luz de uma variável adicional – a idéia de *evento histórico*.

Redefinindo, portanto: como *eventos históricos*, considerados nos “terrenos” político e econômico nos quais se move Furtado, rompem com seu sistema operativo de crenças e valores, geram re-elaborações de *programas*, questionamento de *paradigmas*, reconstrução de *molduras*? E quais as consequências desta dialética para sua ideologia política – a crença nas virtudes do *planejamento democrático*?

Mas os *eventos*, como frisado no parágrafo anterior, se dão em *terrenos* históricos. E é sobre estes que devemos, agora, concentrar nossa atenção.

Anexo II – O terreno: a ideologia política de Celso Furtado e o conflito norte-sul

I) Política externa e desenvolvimento

Eventos históricos sempre são carregados de sentido. Fazem parte de movimentos mais amplos, que lhes conferem uma lógica, uma chave interpretativa. E, no plano das relações internacionais, a natureza dos constrangimentos aos quais é submetida a geração de Furtado e Prebisch guarda estreitas relações com o grande movimento que se desdobra, na segunda metade do século XX, em vários eventos e episódios, capítulos e incidentes: o conflito estrutural entre norte e sul – a luta do Terceiro Mundo pela construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Em sua obra *Structural Conflict – The Third World Against Global Liberalism*, Stephen Krasner (1985) analisa parte deste processo. O autor defende a tese de que a ação dos países periféricos no plano internacional deve ser compreendida à luz de sua *vulnerabilidade política*, resultado de restrições *externas e internas*:

“Political weakness and vulnerability are fundamental sources of Third World behavior. This weakness is a product of both external and internal factors. Externally, the national power capabilities of most Third World states are extremely limited. The national economic and military resources at the disposal of their leaders are unlikely to alter the behavior of Northern actors or the nature of international regimes. Southern states are subject to external pressures that they cannot influence through unilateral action. The international weakness of almost all less developed countries (LDCs) is compounded by the internal underdevelopment of their political and social systems. The social structures of most LDCs

are rigid, and *their central political institutions lack the power to make societal adjustments that could cushion external shocks*. They are exposed to vacillations of an international system from which they cannot extricate themselves but over which they have only limited control.”

(Krasner, 1985: 4) [grifos nossos]

O baixo poder de barganha internacional, associado à rigidez de suas estruturas políticas e econômicas internas, levaria os países periféricos a adotar políticas externas idealizadas e efetuadas com o objetivo de ganhar fôlego em meio às “vacilações do sistema internacional”. Krasner parte de uma abordagem realista, considerando os Estados como atores centrais neste sistema. Seu pressuposto é o de que todo Estado tem como objetivo principal a defesa de sua *integridade territorial e política*. Tais metas, porém, seriam estrangidas por limitações estruturais *externas* – a distribuição de poder no sistema internacional e sua posição neste arranjo – e *internas* – o papel das ideologias, dos grupos de interesse e a natureza da relação entre Estado e sociedade. (ibidem, p. 28)

Nesse contexto, as estratégias dos países periféricos para atenuar sua vulnerabilidade seriam jogadas no grande tabuleiro das organizações e fóruns responsáveis pela criação e manutenção de *regimes internacionais*. Entendidos como um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, os regimes seriam responsáveis pelo ordenamento jurídico das mais diversas relações no sistema internacional – aviação, navegação, proliferação nuclear, preservação ambiental, comércio, entre outros. Muito mais do que uma mera norma, contudo, estes arranjos desempenhariam papel fundamental na distribuição de riqueza entre atores atuantes neste sistema, justificando, desta maneira, as demandas da periferia nos fóruns globais:

“Changes in regimes can alter the control and allocation of resources among actors in the international system. Every state wants more control over international regimes in order to make its own basic values and interests more secure (...) The Third World has supported international regimes that would ameliorate its weakness. As a group, the developing countries have consistently endorsed principles and norms that would legitimate more authoritative as opposed to more market-oriented modes of allocation. *Authoritative allocation* involves either the direct allocation of resources by political authorities, or indirect allocation by limiting the property rights of nonstate actors. A *market oriented* regime is one in which the allocation of resources is determined by the endowments and preferences of individual actors who have the right to alienate their property according to their own estimations of their own best interest”(ibidem, p. 5) [grifos nossos]

Authoritative: autoritário, dominante, impositivo. *Authoritative allocation*: alocação de recursos sob a égide, domínio e tutela dos Estados nacionais. Controlando um maior conjunto de recursos, os Estados periféricos aumentariam sua margem de manobra contra as “vacilações” externas, em relação às quais suas rígidas estruturas sociais não seriam capazes de se adaptar – sob pena de choques, conflitos e convulsões de ordem econômica e política. Para as elites dirigentes no Terceiro Mundo, a estabilidade necessária à execução de estratégias de desenvolvimento passaria, assim, pela inserção soberana no sistema internacional; pela regulação e controle dos mercados globais; pelos regimes caracterizados pela *authoritative allocation*.

Com tais objetivos em mente, a diplomacia destes países passa a adotar duas estratégias: a) alterar, no quadro das instituições internacionais já existentes, a correlação de forças entre norte e sul, centro e periferia, por meio do apoio e suporte a organizações baseadas no princípio de “uma nação, um

voto” – onde o Terceiro Mundo era maioria – e da demanda pela criação de instituições orientadas para o desenvolvimento econômico, como a UNCTAD; b) proporcionar suporte a regimes e organizações comprometidos com a soberania dos Estados na alocação de recursos econômicos, assim como lutar pela ampliação, no interior destas instituições, da gama de atividades entendidas como atribuições exclusivas destes mesmos Estados nacionais (ibidem, p. 6)

Atuando nestes fóruns e espaços comuns, tomando consciência da universalidade de suas demandas, articulando alianças e interpretando sua situação como fruto de um mesmo processo histórico, as elites políticas do Terceiro Mundo não tardariam, com o tempo, a criar identidade e ideologia próprias. Os anos setenta seriam palco de um conjunto complexo e articulado de demandas da periferia, sob a forma da *Ideologia da Nova Ordem Econômica Internacional*. Tais reivindicações, realizadas em meio à crise da hegemonia americana e ao choque provocado pelo aumento unilateral do preço do petróleo, ambicionavam a reestruturação completa da ordem internacional instituída pelos acordos de Bretton Woods. Abrangiam temas tão diversos como comércio, assistência financeira, dívida externa, indústria aeroespacial, corporações multinacionais, navegação e jornalismo. E sua emergência representaria, para Krasner, o ponto culminante da diplomacia conjunta dos Estados periféricos, iniciada nos anos 40. (ibidem, p. 7)

Mas o grau de sucesso destas ambições estaria estreitamente relacionado a três variáveis: a) a natureza das estruturas institucionais – regimes já existentes, organizações e agências como a UNCTAD e a UNIDO – dentro das quais atuava a diplomacia periférica; b) a habilidade, por parte dos intelectuais do Terceiro Mundo, em elaborar um sistema coerente de idéias que pautasse a agenda das negociações internacionais e cimentasse a unidade do instável e heterogêneo grupo de países que compunham o bloco do “sul”; c) o grau de receptividade e o poder de barganha dos países industrializados, especialmente os Estados Unidos, em relação às demandas por uma Nova Ordem Econômica Internacional. (ibidem, p. 9)

Estruturas institucionais, coerência ideológica e poder de barganha internacional. Concentremos nosso olhar em dois destes aspectos, que se revelarão, ao longo deste trabalho, de fundamental importância para a compreensão do “terreno” internacional em que se moveram Furtado e Prebisch. No campo das idéias, a doutrina da CEPAL não tardaria a abalar a hegemonia liberal firmemente estabelecida no pós-guerra:

“Beginning with the work of Raul Prebisch at the Economic Commission for Latin America in the late 1940s, spokesmen for Third World countries developed a set of arguments that placed the major responsibility for underdevelopment on the workings of the international system rather than on specific characteristics of developing countries and the policies adopted by their leaders. (...) The ability of the Third World to present a coherent world view (...) provided a rationale for making demands on the North, helped the Group of 77 (formed at first UNCTAD meeting by seventy-seven LDCs) to coordinate its programs across several issue areas, and reduced negotiating costs among developing countries by suggesting specific policy proposals. *By the early 1970s the industrialized world was on the defensive in major international forums. The agenda was being set by the Third World. The Gramscian hegemony enjoyed by liberal doctrines in the immediate post-war period had been totally undermined. It was rejected by almost Third World leaders and questioned by many specific groups, including some policy makers, in the North.*” (ibidem, p. 9) [grifos nossos]

Mas, como já sabiamente assinalou Gramsci, a supremacia política encontra seus pilares no convencimento e na força. Se confrontadas pelo programa da CEPAL as idéias liberais do pós-guerra se viram ameaçadas em seu poder de persuasão, a força de seu principal propagandista – os Estados Unidos – também deveria, segundo Krasner, ser levada em conta:

“The final variable influencing the degree of success realized by the Third World in securing international regimes based upon authoritative allocation has been *the power of the North, especially the United States*. This too changed over time. The United States emerged from the Second World War in an extraordinarily dominant position. (...) Over time this domination has eroded. The Europeans and the Japanese recovered. The Soviet Union and several other countries secured nuclear weapons. The Japanese challenged the United States even in the most technologically advanced industries. Dependence on imported energy supplies increased dramatically. Vietnam undermined the domestic consensus that had supported U.S. foreign policy.” (ibidem, p. 10) [grifos nossos]

Convém relembrar, neste momento, nossa questão inicial, definida na introdução deste trabalho: *como a dinâmica política e econômica internacional da segunda metade do século XX influencia, no pensamento de Celso Furtado, a idéia de planejamento democrático?* Está claro que tal pergunta poderá ser reformulada, em termos mais precisos, com base na discussão estabelecida por Krasner.

Notamos que o conceito de *planejamento democrático* – a conciliação de interesses antagônicos por meio da racionalidade da teoria econômica – guarda estreita relação com a *rigidez das estruturas internas* nos países periféricos, apontada por Krasner. A ambição de Furtado em promover no

Brasil uma transição politicamente ordenada rumo ao desenvolvimento seria, portanto, objeto dos mesmos constrangimentos impostos ao Terceiro Mundo pelas “vacilações” do sistema internacional. “Não se trata de fazer a revolução antes que o povo a faça, pois não existe revolução sem povo, e sim de contribuir com inteligência e realismo para iluminar os caminhos dessa revolução e evitar que oportunistas e fanáticos assumam seu comando.” A advertência de Furtado na tribuna da OEA contra possíveis convulsões políticas na América Latina – “oportunistas e fanáticos” no poder – representaria, assim, uma das muitas dimensões na luta das elites políticas periféricas com o objetivo de abrir espaço de manobra, no sistema internacional, para a realização de seus propósitos; para atingir a inserção externa soberana que conduziria ao progresso e à estabilidade interna; para, em seus países, “iluminar os caminhos” do desenvolvimento econômico.

E quais variáveis determinariam o êxito ou o fracasso desta luta diplomática? Eis nossa hipótese: *as mesmas que influenciariam, para Krasner, o êxito ou fracasso das demandas por regimes internacionais baseados na “authoritative allocation”* – a natureza dos fóruns internacionais; a coerência ideológica do Terceiro Mundo; a receptividade e o poder internacional de barganha dos países do norte, em especial os Estados Unidos.

x x x

Ao cunhar a expressão *conflito estrutural* e investigar seus determinantes, Krasner traça um quadro convincente e de grande valia para a compreensão do amplo movimento que engloba, limita e condiciona as ambições de Furtado. A idéia de *planejamento democrático* – o desejo de “iluminar os caminhos” da revolução latino-americana – estaria, portanto, indissociavelmente ligada à luta de seus Estados por uma *inserção internacional soberana*.

Temos assim elucidada uma das peças de nosso problema: as “vacilações” do sistema internacional na segunda metade do século XX impõem, de fato, constrangimentos a Furtado, membro da elite política do Terceiro Mundo. E dispomos ainda, da mesma forma, graças à análise de Krasner, de um roteiro preciso de pesquisa. Nossa formulação inicial – como esta dinâmica influencia a crença de Furtado no planejamento democrático – pode ser reformulada em outros termos, mobilizando as três variáveis estabelecidas pelo autor como indicadoras do êxito das demandas da periferia por novos regimes internacionais. Ou seja: como a) as mudanças na natureza das *instituições e fóruns internacionais* e b) as variações no *poder de barganha dos países industrializados* influencia c) a *coerência ideológica* dos argumentos de Furtado em prol do planejamento democrático ?

Não devemos, porém, neste momento, abandonar a cautela, ainda que disponhamos de peças definidas e roteiros para montá-las. Se a natureza dos constrangimentos impostos a Furtado pelo sistema internacional pode ser compreendida à luz de duas novas variáveis – a dinâmica das instituições internacionais e as variações no poder de barganha do norte – nossa hipótese de que a precisão das demandas por mudanças nos regimes internacionais guarda estreita relação com a crença no planejamento democrático permanece, até este momento, como apenas isto – uma hipótese. Que deve ser comprovada.

A *coerência ideológica* da periferia na formulação de pautas e demandas para a modificação dos regimes internacionais – uma Nova Ordem Econômica Internacional – implicaria, necessariamente, em crença nas virtudes do planejamento democrático? Em outros termos: é certo que Krasner aponta a rigidez estrutural dos países do Terceiro Mundo – fonte potencial de distúrbios e instabilidade política – frente ao instável sistema internacional. E que demonstra, da mesma forma, como uma nova inserção internacional propiciaria “margem de manobra” à permanência no poder de suas elites dirigentes. Mas o autor deixa um ponto em aberto: a busca pela *margem de manobra internacional* estaria associada a planos explícitos com vistas à superação da *rigidez estrutural* – objetivo síntese da ideologia política de Celso Furtado?

Há que se definir assim nossa última peça – a relação direta entre *conflito estrutural* e *planejamento democrático*. Para tanto, recorreremos à obra de Murphy (1984).

II) Política externa e planejamento

Em *The Emergence of the New International Economic Order Ideology*, Craig Murphy identifica a Ideologia da Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO) como uma das “faces visíveis” do conflito estrutural entre norte e sul – um contraponto ao ideário liberal advogado pelos países centrais.

“Together, the two ideologies constitute *the ideological face of the current north-south conflict*. That ideological conflict appears throughout statements made by the advocates of the new order and those made on similar topics by the people who want to continue the present system. On its face *the conflict is one between two specific conceptions of how international economic relations can and should be governed*. The dominant ideology and the NIEO ideology both identify a proper realm for international, rational management of the world economy. The ideologies differ in the ways they define the boundaries of that realm, the main goals of such management activity, and the policies that should be employed.”
(Krasner, 1984: 4)

Mas como o embate ideológico acerca da organização da economia política internacional nos apontaria evidências da relação direta entre *conflito estrutural e planejamento democrático*? De acordo com Murphy, a Ideologia da Nova Ordem Econômica Internacional tinha como objetivo “racionalizar” as demandas de um grupo heterogêneo de países do Terceiro Mundo em torno do que estes julgavam ser o objetivo central para a superação de seu subdesenvolvimento: a *industrialização*.

“The primary new order goal remains industrial development in the Third World.

NIEO advocates believe that the other benefits of modernization will flow from industry. Many other goals that third world spokesmen cite as elements of the new order program are simply means to encourage third world industry. Thus, meeting the basic needs of people throughout the world, working toward worldwide disarmament, maintaining the economic growth of developed nations, and preventing protectionism among DMC’s are NIEO goals to the extent that contribute to industrialization.” (ibidem, p. 159) [grifos nossos]

A industrialização no Terceiro Mundo não ocorreria, contudo, sem conflitos e rupturas. Tampouco se daria, segundo o caminho então idealizado por Furtado, sem o contrapeso necessário a estas tensões: a racionalização de interesses conflitantes por meio da teoria econômica – o planejamento como instrumento interno de conciliação. Murphy reconhece e identifica estas tensões em sua análise. Em seu ponto de vista, as *características internas* da Ideologia da Nova Ordem Econômica Internacional nasceriam exatamente em função destas necessidades, pois as demandas pelo reordenamento do sistema internacional também possuíam reflexos domésticos, resultavam em maior coesão das diversas classes e atores políticos de cada país – requisito fundamental à continuidade no poder das elites do Terceiro

Mundo. E aqui, neste ponto, reside a peça pela qual procurávamos: a relação direta entre *conflito estrutural e planejamento democrático*; entre demandas por uma nova ordem econômica internacional e o combate à rigidez estrutural; entre a dinâmica da economia e política internacionais e os constrangimentos impostos às ambições de Furtado.

“In most third world countries *the governing coalition’s interests are expressed in a national development plan*. Part of the strength of the NIEO ideology, of course, *is that can justify almost any national development plan*. The only constants across national development plans that NIEO ideology seems to demand are some affirmation of national cultural autonomy (the new internationalism) and some relatively central position for industrial development. These, in fact, are constants across third world development plans.”
(ibidem, p. 171) [grifos nossos]

O desejo pela “autonomia cultural” a que se refere Murphy evidencia, por sua vez, o último elo entre a Ideologia da Nova Ordem Econômica Mundial e o pensamento político de Furtado. A qual das muitas culturas presentes em cada país seria conferida autonomia? Qual delas seria representativa da cultura nacional em plano global? Segundo Murphy, uma classe social presente em toda a periferia estaria fadada a permanecer fora da coalizão no poder: os latifundiários – coincidentemente, o principal alvo da aliança arquitetada por Furtado.

“Yet third world cultural nationalist development ideologies rarely focus on the countryside. *Instead of strengthening customary elites the ideologies often weaken them at the expense of central government which acts as the sole definer of the national culture*. Even

if ideologies of national cultural autonomy were created by people who did not even covertly desire to strengthen the power of the state, they invariably serve that function because the government uses its ability to define the national cultural as a means to *reward allies and exclude opponents*. In the process, the government need never contradict the interests of the governing coalition based in urban areas and interested in industrialization – whether that coalition be centered on local or foreign entrepreneurs, industrial workers, merchants, petty wage earners, or even the unemployed.” (ibidem, p 171) [grifos nossos]

x x x

Definidos o *método* e o *terreno*, passemos ao estudo de uma conjuntura específica em que Furtado, o “demiurgo do Brasil”, fez uso de sua obra e análises como ferramentas de sustentação ideológica a serviço de um plano nacional de desenvolvimento. É hora de nos debruçarmos sobre o conturbado período João Goulart.

Anexo III – Arquiteto do Bloco no Poder

Talvez em nenhum outro momento a ação “racionalizadora” de Furtado tenha sido mais evidente do que durante o período em que este ocupou o cargo de ministro do planejamento do governo João Goulart. Em uma conjuntura de crise, o presidente, limitado pela opção parlamentarista, convoca um plebiscito que lhe possibilitaria novamente concentrar poderes em suas mãos. Furtado é escalado para o ministério. Em poucos meses formula um plano de governo – o Plano Trienal – que possibilitaria a Goulart expor ordenada e coerentemente, perante a opinião pública, suas propostas. Considerado por muitos como “o canto do cisne do nacional desenvolvimentismo”, tal plano, contudo, fracassaria, intensificando a conjuntura de crise que terminaria por conduzir à derrubada do presidente.

Mas para além de um plano econômico, o programa de governo estruturado por Furtado carregava consigo claros objetivos políticos. E os indícios de tais ambições, muitas vezes difusos na ampla extensão do Plano Trienal, se condensariam em um livro finalizado por Furtado poucos dias antes de ser chamado ao gabinete de Jango: *A Pré-Revolução Brasileira*, uma sofisticada peça de resistência ideológica, um apelo à juventude, uma defesa racional e muitas vezes apaixonada das Reformas de Base. Uma tentativa de “iluminar os caminhos” de nossa revolução. E de angariar apoio público para a constituição de um novo bloco no poder.

Tal conceito – bloco no poder – representa o elo entre Furtado, seu contexto histórico e a teoria política de Nicos Poulantzas (1977). Quais seriam as possíveis contribuições do cientista político grego, formuladas em sua obra *Poder Político e Classes Sociais*, para o entendimento da elaboração ideológica de Furtado? Com esta questão em mente seguiremos aqui o seguinte percurso: a) a contextualização histórica do período pré-64 a partir da obra de Dreifuss (1987), com o objetivo de lançar luz ao momento em que Furtado passa a atuar como um dos principais ideólogos do governo João Goulart; b) a

interpretação desta época com base em alguns conceitos poulantzianos chave; c) a aplicação destes conceitos à leitura crítica do livro-manifesto *A Pré-Revolução Brasileira*.

I) Renné Dreifuss: capital monopolista versus governo reformista

Planejamento racional, manipulação e contenção das camadas populares. Tais seriam os objetivos do capital monopolista transnacional em terras brasileiras – metas que, diante da erosão do pacto populista, se encontrariam sob constante ameaça. Nessa conjuntura de crise, o confronto entre propostas modernizantes/conservadoras e um Executivo nacional reformista teria gerado o impasse que conduziria, meses depois, ao golpe de 64. Esta é a tese de Renné Armand Dreifuss.

O autor aponta a assimetria entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado e sua falta de liderança política como elemento central para a compreensão deste processo. (Dreifuss, 1987: 105) A supremacia econômica demandava uma capacidade de modernização e racionalização capitalista da economia e da política que se chocavam com os interesses tradicionais, cristalizados em arenas como o Congresso Nacional. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) esta incompatibilidade foi contornada por meio da criação de estruturas paralelas de poder – grupos executivos, comissões de planejamento, agências que se incumbiam de revestir com uma roupagem técnica, científica e “racional” as demandas do bloco multinacional e associado. Busca-se assim, ao longo de um período de quase uma década, com relativo sucesso, uma acomodação com o bloco populista de poder.

Tal arranjo começaria a fazer água com a renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart ao Executivo. A conjuntura é crítica. O regime populista é alvo de demandas conflitantes e mutuamente exclusivas por parte dos interesses multinacionais e associados e das classes trabalhadoras mobilizadas. Os mecanismos de contenção das camadas populares, as formas limitadas de participação

política, a cooptação, controle e apaziguamento não surtem mais efeito. Cessa a conciliação. Nas palavras de Dreifuss,

“Tal ‘conciliação’ múltipla de interesses e pressões diversificadas, como a que foi alicerce e expressão da administração de Juscelino Kubitschek, não se repetiria após seu governo. De certa forma, o período configurou-se como a mais efetiva expressão sócio-econômica e política do populismo. Porém, ao final da década de cinquenta, as incoerências estruturais da convergência de classe populista começaram a aflorar” (ibidem, p. 125)

O bloco monopolista e associado exige reformas: estabilização da economia, controle rígido de salários, combate à inflação, cortes nas despesas públicas para serviços sociais, reorientação de diretrizes econômicas que favorecessem a concentração da renda. (ibidem, p. 134) As classes populares organizadas demandam reformas: fim do abuso econômico transnacional, reajustes salariais, combate às estruturas oligárquicas de poder. (ibidem, p. 139) Dissolve-se o pacto populista. A articulação de consensos cede lugar a novas formas de participação política, de expressão de demandas, para as quais os novos atores podem, a partir deste momento, apelar:

“Tal crise se tornou orgânica quando os efeitos de mudanças econômico-produtoras que ocorriam com intensidade crescente a partir de meados da década de cinquenta foram traduzidos para a política por duas forças sócio-econômicas fundamentais, os interesses multinacional associados e as classes trabalhadoras que passam por um processo de intensa

politização. Essas mudanças levaram a uma confrontação ideológica e política das classes, tornando-se a crise da forma populista de domínio em princípios da década de sessenta” (ibidem, p. 144)

“A incapacidade do regime populista de impor sua direção ideológica”, conclui Dreifuss, “era, em última instância, a incapacidade da aliança no poder de superar por si mesma suas próprias contradições exacerbadas” (ibidem, p. 144) [grifos nossos]

Direção ideológica. Aliança no poder. Os termos utilizados por Dreifuss apontam possíveis pistas acerca do papel desempenhado por Furtado – ministro do planejamento de Goulart, defensor da conciliação e um dos principais ideólogos do governo – nesta conjuntura. Furtado, adepto ardoroso do planejamento democrático; Furtado, autor de *A Pré Revolução Brasileira*, livro manifesto debatido em meio a coletivas à imprensa, discursos, reuniões, crises de estafa, viagens pelo país defendendo uma nova direção ideológica para o regime. Mas não nos adiantemos. Convém recuperar, neste momento, antes de iniciarmos a análise desta obra, alguns conceitos estabelecidos por Nicos Poulantzas que podem ser de extrema valia para a compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas deste período.

II) Poulantzas: bloco no poder, intelectuais e reforma do Estado

Poderiam os conceitos utilizados por Dreifuss – capital monopolista transnacional, direção ideológica, conciliação, demandas populares, Executivo reformista, crise das estruturas de cooptação – ser lidos a partir de uma perspectiva poulantziana? E de que maneira esta “filtragem” serviria de base à análise do papel de Furtado em uma conjuntura de crise?

Recorreremos para tanto, nesta seção, a alguns conceitos definidos em *Poder Político e Classes Sociais*, tendo em mente que nosso trabalho constitui um exercício de aprendizagem, e não uma tentativa

de “enquadramento” da obra de Dreifuss – mesmo porque o próprio autor recorre a termos poulantzianos ao longo de todo seu livro. Adotaremos o seguinte método: a recuperação de conceitos específicos através da citação direta da obra de Poulantzas; a aplicação destes conceitos ao momento histórico estudado por Dreifuss.

a) O Estado

“No interior da estrutura de vários níveis defasados por desenvolvimento desigual, o Estado possui a função particular de constituir o *fator de coesão* dos níveis de uma formação social.” (Poulantzas, 1977: 42) [grifos nossos]

“Para além de fator de coesão da unidade de uma formação, é também [o Estado] a estrutura na qual se *condensam as contradições* entre os diversos níveis de uma formação. O Estado é assim o lugar no qual se reflete o índice de dominância e de sobre-determinação que caracteriza uma formação, um dos seus estágios ou fases. Por isso o Estado aparece como o lugar que permite a *decifração* da unidade e da articulação das estruturas de uma formação.” (ibidem, p. 43) [grifos nossos]

“Deste modo, este Estado apresenta-se constantemente como a unidade propriamente política de uma luta econômica, a qual manifesta, na sua natureza, esse isolamento. Apresenta-se como *representativo do ‘interesse geral’* de interesses econômicos concorrenciais e divergentes que ocultam aos agentes, tal como por eles são vividos, o seu caráter de classe. Por via de consequência direta, e por intermédio de todo um funcionamento complexo do ideológico, *o Estado capitalista oculta sistematicamente, ao nível das suas instituições políticas, o seu caráter político de classe*: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular nacional de classe. Este Estado apresenta-se como a *encarnação da vontade popular do povo-nação*, sendo o povo-nação institucionalmente fixado como

conjunto de ‘cidadãos’, ‘indivíduos’, cuja unidade o Estado capitalista representa, e que tem precisamente como substrato real esse efeito de isolamento que as relações sociais econômicas do M.P.C. manifestam.” (ibidem, p. 129) [grifos nossos]

x x x

Relembremos a tese de Dreifuss: o confronto entre propostas modernizantes/conservadoras e um Executivo nacional reformista teria gerado o impasse que conduziria, meses depois, ao golpe de 64, tendo em vista a incompatibilidade entre as exigências do bloco multinacional e associado – o planejamento racional/tecnocrático da economia e o disciplinamento das camadas populares – e as demandas do proletariado urbano organizado. A crise do modelo de acumulação capitalista vigente até então teria fadado ao fracasso qualquer tentativa de acomodação de interesses em torno de metas de crescimento econômico, e as classes trabalhadoras, cujo nível de consciência aumentara significativamente em relação ao período Kubitschek, não poderiam mais ser contidas por meio dos mecanismos populistas clássicos.

Como este pano de fundo preparatório ao golpe de 64 poderia ser interpretado à luz do conceito poulantziano de *Estado*?

Acreditamos que a chave da questão reside na idéia de *Estado capitalista* como “fator de coesão dos níveis de uma formação social”; como uma “estrutura na qual se condensam as contradições entre os diversos níveis de uma formação” e que “oculta sistematicamente, ao nível das suas instituições políticas, o seu caráter político de classe”.

Vejamos: no período em questão, a formação social brasileira se caracterizava pela convivência de diversas formas de organização da produção capitalista. Do capitalismo agrário, voltado para a exportação e representado pelo latifúndio, passando por setores industriais de caráter nacional e

urbano e chegando, por fim, aos interesses internacionais monopolistas associados. No plano político, a coesão entre tais modos de produção contraditórios era garantida no interior das inúmeras ramificações do Estado capitalista brasileiro. O latifúndio tinha seus interesses solidamente enraizados no Congresso Nacional; o capital internacional monopolista e associado montara, ao longo do governo Kubitscheck, uma estrutura paralela de administração, com o objetivo de contornar as dificuldades impostas pelo Legislativo; industriais nacionalistas, por sua vez, viam seus interesses representados no plano do Executivo. E sob o lema de “cinquenta anos em cinco”, guiados pela bandeira da “superação do subdesenvolvimento”, regidos por JK, o “artista do impossível”, tais interesses de classe permaneciam ocultos, dissimulados, mascarados no plano político pelas instituições políticas do Estado. Mas como compreender a dinâmica, os contratempos, as idas e vindas desta *unidade contraditória de classes* explorada por Dreifuss? Como elucidar as distintas e mutuamente excludentes demandas por reformas no Estado populista? É chegada a hora de recorrermos, tendo tais questões em mente, a três outros conceitos poulantzianos fundamentais: *bloco no poder*, *hegemonia*, e mudanças na *forma do Estado*.

b) *Bloco no Poder, hegemonia e forma do Estado.*

b.1 – *O bloco no poder*

“O Estado capitalista apresenta igualmente, em virtude de sua estrutura específica, e *nas suas relações com as classes e frações dominantes*, uma particularidade em relação aos outros tipos de Estado. Trata-se do problema do ‘bloco no poder’” (ibidem, p. 224) [grifos nossos]

“Este conceito de bloco no poder, que não é utilizado expressamente por Marx e Engels, *indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular de Estado capitalista.* (...) Neste sentido, o conceito de bloco no poder relaciona-se ao nível político, recobre o campo das *práticas políticas*, na medida em que este campo

concentra em si, e reflete, a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classe de um estágio determinado.” (ibidem, p. 229) [grifos do autor]

b.2 – A *hegemonia*

“Este [o bloco no poder] constitui (...) uma unidade contraditória complexa com dominante. É aqui que o *conceito de hegemonia* pode ser aplicado a uma *classe* ou fração no interior do bloco no poder. Essa classe ou fração hegemônica constitui, com efeito, o elemento *dominante* da unidade contraditória das classes ou frações politicamente “*dominantes*” (ibidem, p. 232)

“O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, *encontra-se nele constantemente presente*, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica.” (ibidem, p. 234) [grifos do autor]

b.3 – *As relações entre bloco no poder, hegemonia e forma do Estado*

“A configuração típica, característica de um bloco no poder, correspondente a uma forma de Estado em um estágio, depende da combinação concreta de três fatores importantes: 1) da classe ou fração que nele detém concretamente a hegemonia; 2) das classes ou frações que nele participam; 3) das formas que esta hegemonia assume; por outras palavras, da natureza das contradições e da relação concreta entre as forças no bloco no poder. Um deslocamento do índice de hegemonia do bloco de uma classe, ou fração, para outra, uma modificação importante da sua composição – saída ou entrada de uma classe ou fração –, um deslocamento da contradição principal ou do aspecto principal da contradição de classes, por um lado, entre o bloco no poder, e, por outro, as outras classes e frações, ou no próprio interior do bloco no poder, podem corresponder, conforme o efeito concreto da sua *combinação*, a uma transformação da forma de Estado.” (ibidem, p. 237) [grifos do autor] (RNC)

Uma “*unidade contraditória* complexa com *dominante*”, na qual deslocamentos no “índice de hegemonia” podem provocar mudanças na forma do Estado. A conceitualização poulantziana de *bloco no poder, hegemonia e forma do Estado*, formulada com base nas análises de Marx e Engels sobre a luta de classes na França, é de extrema valia para a compreensão dos dilemas, limites e opções confrontados pelo governo Goulart. Se a *unidade contraditória* foi expressa pela convivência, ao longo do período Kubitschek, entre capital monopolista internacional, burguesia industrial nacionalista, latifúndio e proletariado urbano no interior do aparelho de Estado, é certo que este *bloco no poder* também se sustentou sob a égide do desenvolvimento econômico e da modernização, e se legitimou por meio de mecanismos paralelos de administração e de uma ideologia tecnocrática – claras evidências da *hegemonia* do capital monopolista internacional. Mas com a crise econômica e política esta *forma* específica de Estado é confrontada. Jânio quadros renuncia; o país mergulha na perplexidade. Goulart assume a presidência e, com ele, ascende ao poder a máquina petebista. O proletariado urbano, confiante e mobilizado, insatisfeito com a mediação populista, exige reformas. Demanda a regulação do capital internacional, reajustes salariais, fim do latifúndio. Desloca-se, a partir deste momento, o *índice de hegemonia* do bloco no poder. Apontam-se possíveis mudanças na *forma do Estado* que poderiam, se levadas adiante, chocar-se frontalmente com os interesses monopolistas internacionais e associados.

Em meio à crise, Furtado tenta, de seu ministério, manter o controle do leme, articulando alianças, costurando consensos. Mas não abre mão – ele também – da demanda por mudanças e reformas no Estado brasileiro. E *A Pré-Revolução Brasileira*, seu livro finalizado poucos meses antes, representa o exemplo mais acabado desta tentativa – uma elaborada construção ideológica que, se analisada em suas partes constituintes, revelará a real intenção do autor: a constituição de um novo bloco no poder.

IV) Furtado: arquiteto da coerência imaginária

Qual o significado da posição de Furtado no governo Goulart? Seria correto a ele atribuir o papel de um dos principais ideólogos do presidente?

Recuperemos um trecho de suas memórias, em que o economista relata a missão da qual foi incumbido por Goulart em 1962. “A fins de setembro de 1962, o presidente chamou-me a Brasília e me disse à queima-roupa: ‘Quero que você assuma o Ministério Extraordinário do Planejamento. Vamos ter que nos preparar para o plebiscito, que devolverá os poderes ao presidente, e quero me apresentar aos eleitores com um plano de governo nas mãos’” (Furtado, 1997: 237).

Furtado assim avalia seu papel: “Ora, minha responsabilidade imediata consistia em apresentar um plano convincente, capaz de aliciar apoio nas diversas classes sociais, a fim de que o presidente, agora em véspera de assumir os mais amplos poderes, viesse a obter uma base de sustentação política mais efetiva.” (ibidem, p. 246) [grifos nossos]

Um plano que propiciasse uma base de sustentação política mais efetiva. Ou, traduzindo em termos poulantzianos, que permitisse uma reconfiguração do índice de hegemonia do bloco no poder, acompanhada das mudanças necessárias na forma do Estado – do parlamentarismo para o presidencialismo. Mas que também representasse ordenada e coerentemente as contradições que então agitavam a formação social brasileira. Um plano de governo – convincente, estruturado, realista, capaz de aliciar apoios e superar a crise. Em suma: um guia para a ação. Ideológico, segundo Poulantzas:

“Ora, a ideologia, enquanto instância específica de um modo de produção e de uma formação social, constitui-se, dentro dos limites fixados por este modo e por esta formação, no oferecer de uma coerência imaginária à unidade que rege as contradições reais do conjunto

de uma formação. A estrutura do ideológico depende do fato de refletir a unidade de uma formação social (...) reconstituindo-a em um plano imaginário.” (Poulantzas, 1977: 203)

A tentativa de reconstituir contradições em uma interpretação coerente surge já nas primeiras linhas de *A Pré-Revolução Brasileira*, livro endereçado à juventude e cuja primeira edição data de agosto de 1962 – um mês antes, portanto, do chamado presidencial. Furtado admite, de início, que o país passa por um momento de crise:

“Em meus contatos com a juventude universitária, de todo o Brasil, tenho observado que crescentes ansiedades dominam os espíritos. Generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; e de que, sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis. E todos, ou quase todos os jovens, desejam compreender o que está ocorrendo e pretendem participar conscientemente destas transformações: querem assumir uma posição ativa e contribuir para moldar um porvir que lhes pertence por excelência. Se bem que muitas vezes indecisa e insegura, a juventude está confiante. E está exigindo de todos nós uma definição clara de posições: identificação corajosa de objetivos e métodos na luta pela conquista do futuro.” (Furtado, 1962: 13)

A interpretação desta conjuntura incerta – forças insondáveis trabalhando sob nossos pés – por meio da teoria econômica *racionaliza* a questão, conferindo-lhe coerência. Desmistifica tais forças e esclarece sua origem: o *desenvolvimento sem política de desenvolvimento*.

“Pode-se afirmar que o desenvolvimento dos últimos três decênios foi simples decorrência da atuação de forças profundas da economia, sem que o acesso aos novos caminhos tenha sido facilitado por uma autêntica política de desenvolvimento. Até 1953 prevaleceram, de maneira geral, as forças ligadas às linhas de pensamento com raízes na velha estrutura colonial.” (ibidem, p. 67)

“Apreciando em conjunto o período que se inicia em 1953, comprova-se que está praticamente superada aquela etapa intermediária, iniciada em 1930, e que se caracterizou pela busca de novos caminhos. A velha estrutura colonial está enterrada no passado. O desenvolvimento econômico, hoje, é, basicamente, um processo de industrialização. Esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semi-automatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe antepõem, tudo indica que ele seguirá adiante. Este fato traduz-se na consciência generalizada de que é dever de qualquer governo deste país fazer do desenvolvimento o seu magno objetivo.” (ibidem, p. 68)

A ausência de uma autêntica política de desenvolvimento, por sua vez, explicaria – nos marcos de uma exposição fria da realidade – as tensões sociais que agitavam o Brasil de então:

“A análise econômica limita-se a expor friamente a realidade. Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três-quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram desse desenvolvimento. Mais ainda: essas massas viram reduzir-se o seu padrão de vida, quando confrontado com o de grupos sociais ocupados no comércio e em outros serviços. O operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira, cresceu em termos absolutos e relativos, sem contudo melhorar apreciavelmente o seu padrão de vida. Também aqui houve piora relativa, pois, com o grande crescimento do emprego urbano nos serviços, os operários presenciaram a ascensão de outros grupos sociais, de rendas mais altas.” (ibidem, p. 14)

Constatado o fato de que sob os pés dos brasileiros, “como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis”; explicada e racionalizada a origem destas forças; definidos os entraves ao desenvolvimento, como lidar com estas questões? Que fazer?

“A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos

públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o governo dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo.” (ibidem, p. 32) [grifos nossos]

Reforma agrária, redefinição das funções parlamentares, controle sobre o capital estrangeiro. Nota-se que Furtado incorpora, em sua racionalização da crise, muitas das demandas do proletariado urbano organizado e dos setores ligados a Goulart, conferindo-lhes, por meio da “exposição fria dos fatos” inerente à teoria econômica, um status científico; incontestável, portanto. Mas qual seria o maior dos obstáculos ao desenvolvimento? O que impediria os gestores do Estado de exercer plenamente suas funções? Insinua-se, a partir deste momento, a idéia de um novo bloco no poder. Estabelece-se a meta síntese: *a mudança na forma do Estado; o fim do sistema parlamentarista e a concentração de poderes no Executivo.*

“Havendo tomado consciência de nosso subdesenvolvimento e havendo definido como aspiração social máxima a melhoria das condições de vida do povo, – objetivo só alcançável através do desenvolvimento econômico, – fomos inapelavelmente conduzidos a reformular as funções do Estado. (...) Se admitimos que é objetivo precípua da ação estatal promover padrões mais altos de bem-estar social, cabe-nos estabelecer em que condições e sob que forma compatível com outros ideais de convivência social postulados poderá o

Estado, em um país subdesenvolvido, alcançar aquele objetivo.” (ibidem, p. 73) [grifos nossos]

“É compreensível”, argumenta Furtado, “a indignação da juventude diante deste quadro: aí estão supostos representantes do povo eleitos pelos empreiteiros de obras públicas, aí está a aliança da máquina feudal com as verbas orçamentárias produzindo parlamentares, que somente poderão sobreviver se forem instrumentos dóceis de seus financiadores” (ibidem, p. 15). Novamente surgem aqui, racionalizadas e ordenadas, as demandas da base de sustentação de Goulart. A transferência de poderes para as mãos do presidente em detrimento do Parlamento, a mudança na forma do Estado, o deslocamento no índice de hegemonia do bloco no poder se justificaria, portanto, em função de uma tarefa histórica: tomar para si as rédeas do desenvolvimento. Esta seria uma das bandeiras centrais de Jango no plebiscito que se anunciava:

“O fato de que o Parlamento não capacite a administração para coletar os impostos de que necessita e ao mesmo tempo amplie todos os dias os gastos do governo em função do desenvolvimento, traduz claramente a grande contradição que existe presentemente na vida política nacional. Existe a consciência clara de que o desenvolvimento deve ser postulado como objetivo supremo de toda política econômica, e por isso se votam as verbas e os planos de obras. Mas, como o Parlamento representa apenas uma fração da opinião pública nacional, – aquela economicamente mais bem armada para vencer nas eleições, dentro do sistema eleitoral vigente, o investimento público é financiado não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com o sacrifício daqueles que não têm acesso a esses frutos.” (ibidem, p. 43) [grifos nossos]

Há que se promover mudanças; há que se reformar o Estado; há que se superar os impasses da pré-revolução brasileira e realizar, enfim, nossa revolução nacional-democrática; mas com bom senso e cautela. Furtado endereça críticas às duas ideologias que com ele disputavam a primazia da opinião pública: marxistas e liberais-modernizantes. As propostas dos primeiros representariam um retrocesso em nossas instituições políticas:

“Vou permitir-me fazer mais uma reflexão sobre métodos revolucionários: baseando-se o marxismo-leninismo na substituição de uma ditadura de classe por outra, constituiria um regresso, do ponto de vista político, aplicá-lo a sociedades que hajam alcançado formas de convivência social mais complexas, isto é, nas modernas sociedades abertas. (...) Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Deste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista leninista representa óbvio retrocesso político.”
(*ibidem*, p. 27)

Já as propostas de reformas no Estado veiculadas na imprensa por ideólogos liberal-modernizantes como Eugênio Gudin e Roberto Campos seriam inadequadas à realidade brasileira, por se fundamentarem em uma técnica *a priori*, desvinculada de nossa realidade social:

“Ora, a grande dificuldade que enfrenta o estudante de Economia, em um país subdesenvolvido, é que as teorias que lhe são ensinadas são exatamente aquelas que se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural, é fundamentalmente distinto daquele em que vive. Essas simplificações do mundo real são muitas vezes ditadas pela mera conveniência do uso de certas técnicas de análise. Não devemos esquecer que quem analisa a realidade adota uma técnica de análise, técnica essa que preexiste à escolha do objeto analisado. E, uma vez adotada determinada técnica, ou método, é comum, em Economia, que a própria técnica, emprestada de outra ciência, passe a condicionar a marcha do esforço de teorização.”
(ibidem, p. 95)

V) Conclusões

Em *A Favor de Marx*, Louis Althusser (1960) desenvolve um método marxista para a leitura científica de um dado discurso. Polemizando com os argumentos revisionistas, para os quais a obra de Marx deveria ser vista como uma totalidade – um corpo que evolui gradativamente rumo à verdade e a superação – o autor propõe princípios distintos para uma nova teoria do desenvolvimento ideológico.

A análise das ideologias deveria levar em conta sua *problemática* – a unidade lógica dos elementos que a compõem – e seu *campo ideológico* – sua postura frente à realidade concreta. Ideologias, para Althusser, seriam produtos e respostas às possibilidades e polêmicas de um determinado tempo histórico, na medida em que seriam produzidas pelo humano – um ator concreto em sua realidade social. E, ao serem escritas, expressas, difundidas, interviriam e modificariam, elas também, este contexto.

Quais seriam então a problemática e o campo ideológico em meio aos quais se move *A Pré Revolução Brasileira*, o livro-manifesto de Furtado? Esta é a questão central que nos motivou ao longo desta discussão.

Utilizando conceitos formulados por Poulantzas – bloco no poder, hegemonia, forma do Estado – e recorrendo à obra de Dreifuss para situar Furtado em seu contexto histórico, acreditamos ter definido o *campo ideológico* em questão. Campo tenso, incerto, contraditório, em que arranjos populistas de acomodação de interesses viam-se ultrapassados, em que propostas distintas de reforma do Estado – liberal-modernizantes, nacional-reformistas, marxistas – aspiravam à hegemonia do novo bloco que viria a se formar. Campo que se expressa, assim, na postura cautelosa de Furtado frente a esta realidade concreta; no reconhecimento de que “sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis”. Que deveriam ser domadas. Mas sem “retrocessos políticos”.

E é na tentativa de domar tais forças que se encontra a chave para a *problemática* de Furtado: os elementos que compõem lógica e coerentemente *A Pré Revolução Brasileira*; que demonstram, passo a passo, ao longo da argumentação do autor, que as tensões com as quais convivíamos tinham sua origem na especificidade de nossa trajetória de desenvolvimento sem política de desenvolvimento. “A teoria econômica se limita a expor friamente os fatos.” Jogando habilmente com a racionalidade inerente à teoria econômica, Furtado – objetivo, frio, preciso, mas traindo aqui e ali a paixão que motivava suas intenções, expõe os fatos. Pauta a ação. Fundamenta seu projeto político. Sustenta o presidente.

O resultado é conhecido. O retrocesso político veio, em 1964, sob a forma de uma quartelada que redefiniu o bloco no poder, sob a égide do capital monopolista e associado. Os anos seguintes seriam o tempo do exílio; tempo em que o arquiteto do bloco no poder cederia lugar ao profeta desarmado e ao combatente das idéias.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BLOCK, Fred. *Los orígenes del desorden econômico internacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

CAMPBELL, John L. "Institutional Analysis and the Role of Ideas in Political Economy" in *Theory and Society*, 27, 377-409. 1998

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2003.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1987.

EICHGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ELLINGSON, Stephen. "Understanding the Dialectic of Discourse and Collective Action: Public Debate and Rioting in Antebellum Cincinnati" in *American Journal of Sociology*, 101, 100-144. 1995

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *Prefacio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Obra Autobiográfica*. São Paulo, Paz e Terra: 1997.

GARDNER, Richard N. *Sterling-dollar diplomacy – anglo-american collaboration in the reconstruction of multilateral trade*, Oxford: Clarendon Press, 1956.

GUIMARÃES, Maria Eugenia. *Modernização brasileira no pensamento de Celso Furtado* – Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da historia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

HALL, P. A & TAYLOR, R “Political Sciences and the three new institutionalisms” in *Political Studies*, 44, 1996.

HELLEINER, Eric. *States and the reemergence of global finance – from Bretton Woods to the 1990's*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

KRASNER, Stephen D. *Structural Conflict – The Third World Against Global Liberalism*. Berkeley: University of California Press, 1985.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. London: Routledge & Kegan, 1960.

MORAES, Reginaldo C. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.

MURPHY, Craigh . *The Emergence of the New International Economic Order Ideology*. Boulder: Westview Press, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. *Celso Furtado: economia* – São Paulo: Ática, 1983

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAMPAIO JR, Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Maria Odete – *Nação e mundialização no pensamento de Celso Furtado* – Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 1998.